

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

FELIPE FERREIRA DE OLIVEIRA ROCHA

**O USO DOS CONCEITOS DE AMÉRICA LATINA E DE AMÉRICA DO SUL PELA
DIPLOMACIA BRASILEIRA DE 1995 A 2014**

RECIFE

2017

FELIPE FERREIRA DE OLIVEIRA ROCHA

**O USO DOS CONCEITOS DE AMÉRICA LATINA E DE AMÉRICA DO SUL PELA
DIPLOMACIA BRASILEIRA DE 1995 A 2014**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, na área de concentração em Relações Internacionais e linha de pesquisa em Política Internacional como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Almeida Medeiros.

Coorientador: Prof. Dr. Rodrigo Barros de Albuquerque.

RECIFE

2017

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

R672u Rocha, Felipe Ferreira de Oliveira.
 O uso dos conceitos de América Latina e de América do Sul pela
 diplomacia brasileira de 1995 a 2014 / Felipe Ferreira de Oliveira Rocha.
 – 2017.
 99 f. : il. ; 30 cm.

 Orientador : Prof. Dr. Marcelo de Almeida Medeiros.
 Coorientador : Prof. Dr. Rodrigo Barros de Albuquerque.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco,
 CFCH. Programa de Pós-graduação em Ciência Política, 2017.
 Inclui Referências.

 1. Ciência política. 2. América Latina. 3. América do Sul. 4. Relações
 internacionais – Brasil. 5. Diplomacia – Brasil. 6. Análise de conteúdo. I.
 Medeiros, Marcelo de Almeida (Orientador). II. Albuquerque, Rodrigo
 Barros de (Coorientador). III. Título.

320 CDD (22. ed.)UFPE (BCFCH2017-035)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**O USO DOS CONCEITOS DE AMÉRICA LATINA E DE AMÉRICA DO SUL PELA
DIPLOMACIA BRASILEIRA DE 1995 A 2014**

FELIPE FERREIRA DE OLIVEIRA ROCHA

APROVADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo de Almeida Medeiros, UFPE (Orientador).

Prof. Dr. Dalson Britto Figueiredo Filho, UFPE (Examinador Interno).

Prof.^a Dra. Cristina Carvalho Pacheco, UEPB (Examinadora Externa).

Para minha família, em sentido amplo.

AGRADECIMENTOS

Segundo diz Clarice Lispector, há um conjunto de pessoas às quais não podemos – e nem desejaríamos poder – explicar, mas apenas agradecer. Levando isso em consideração, urge que eu diga: “Muito obrigado. Sem você, a probabilidade de que eu tivesse chegado até aqui é baixa”.

Começo pelos meus pais, afinal de contas, foi a partir deles que eu pude embarcar nessa montanha-russa que é a vida acadêmica. Em seguida, lembro-me de meu irmão, que subiu em outra montanha-russa, espacialmente, mais distante do que a minha. Agradeço, assim, por ter nascido em um lar em que predomina, desde cedo, o amor pelo conhecimento, por parte de minha mãe, e pela simplicidade da vida bucólica, por parte de meu pai.

Em Pernambuco, sou grato a Thiago de Moura Silva por já há algum tempo vir a se transformar em meu contranarciso. Além disso, agradeço à sua família pela gentileza e pela bondade com a qual sempre me receberam. Sou grato também à Lidianie Pascoal da Silva, afinal, juntos, começamos a nos familiarizar com o ritmo acelerado da rotina recifense.

Agradeço à CAPES, cujo investimento viabilizou a existência dessa dissertação. Sou imensamente grato à orientação do Prof. Dr. Marcelo de Almeida Medeiros e à coorientação do Prof. Dr. Rodrigo Barros de Albuquerque, sem eles, eu continuaria perdido nesse universo de possibilidades que é a pesquisa e a escrita científicas. Portanto, muito obrigado pelas valiosas e incontáveis contribuições que me foram dadas nesses anos de mestrado.

Urge, igualmente, que eu agradeça à Prof.^a Dra. Cristina Carvalho Pacheco e ao Prof. Dr. Dalson Britto Figueiredo Filho por terem, prontamente, se disponibilizados a examinar, criticar e sugerir novas perspectivas para esse trabalho, tanto na qualificação, quanto na avaliação da defesa final do mesmo. Além disso, desejo agradecer à Prof.^a Dra. Andrea Quirino Steiner e ao Prof. Dr. José Alexandre Ferreira Filho por aceitarem serem examinadores suplentes dessa dissertação.

Sou também grato aos demais professores do programa de pós-graduação em Ciência Política que contribuíram, significativamente, com o meu amadurecimento intelectual.

Resta, por fim, agradecer à vida por ter permitido que eu finalize a meta que eu havia traçado, em tempo hábil e com percepção de luz em meus olhos.

Frequentemente, na diplomacia, falar é agir. É por esse motivo que a palavra, em política externa, é constitutiva e não apenas declaratória.

(Celso Lafer)

RESUMO

Essa dissertação examina a variação longitudinal dos usos dos conceitos de América Latina e de América do Sul no discurso da diplomacia brasileira. O objetivo principal é demonstrar como a diplomacia nacional, em sua vertente presidencial e profissional, operacionalizou ambos os conceitos. Para isso, foram analisados 6.523 pronunciamentos disponibilizados nas Resenhas de Política Exterior do Brasil de 1995 a 2014. Primeiro, os fatores ideacionais utilizados foram definidos e depois foi empreendido um retorno histórico baseado em ciclos de longa duração para demonstrar as oscilações conceituais e o ponto de origem do problema dessa pesquisa. Em seguida, foram elucidados os argumentos e autores a partir dos quais as duas hipóteses de trabalho surgiram, as mesmas foram testadas através de uma perspectiva metodológica focada na Análise de Conteúdo e nas medidas descritivas populacionais. Dentre os resultados obtidos, o primeiro indicou que o conceito de América do Sul foi, em média, 57,6 vezes mais mencionado do que o conceito de América Latina. O segundo demonstrou que a diplomacia da Era Lula falou, em média, 326,2 vezes mais em termos sul-americanos do que a diplomacia da Era FHC e 370,8 vezes a mais do que a diplomacia do primeiro mandato de Dilma. Por fim, alguns eventos citados como paradigmáticos pelos autores tiveram o seu grau de saliência analisado. Desse modo, foram originadas novas evidências empíricas para o debate sobre a sul-americanização da Política Externa Brasileira.

Palavras-chave: Ciência Política. América Latina. América do Sul. Relações Internacionais – Brasil. Diplomacia – Brasil. Análise de Conteúdo.

ABSTRACT

This dissertation assesses longitudinal variation between the uses of the concepts of Latin America and South America in the discourse of Brazilian diplomacy. The main objective is to demonstrate how the national diplomacy, both presidential and professional, operationalized these concepts. In order to do so, we analyzed 6.523 pronouncements available in documents called *Resenhas de Política Exterior do Brasil* from 1995 to 2014. First of all, a definition of the ideational factors used was carried out. Then, a historical return based on long-term cycles was undertaken to demonstrate the conceptual oscillations and the origin of the problem of this research. The subsequent step was to introduce the arguments and the authors from which both hypotheses have emerged. Afterward, through a methodological perspective based on Content Analysis and descriptive measures for population, the hypotheses were tested. From this point, a set of results was obtained. The first indicated that the concept of South America was used 57.6 times more than the concept of Latin America, on average. The second result showed that diplomacy of Lula's years spoke, on average, 326.2 times more in South American terms than diplomacy of FHC's years and 370.8 times more than diplomacy of President Dilma's first term. Lastly, some events cited as paradigmatic by the authors had their degree of salience analyzed. Therefore, new empirical evidence was provided to the debate about the south-americanization of Brazilian Foreign Policy.

Keywords: Political Science. Latin America. South America. International Relations – Brazil. Diplomacy – Brazil. Content Analysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – A materialização diplomática do conceito de América do Sul	36
Quadro 2 – Operacionalização das Variáveis Dependentes.	60
Gráfico 1 – Média de Discursos por Semestre.	63
Gráfico 2 – Média de Discursos por Mandato Presidencial.	64
Figura 2 – Componentes da Análise de Conteúdo.	68
Gráfico 3 – Cobertura (<i>coverage</i>) dos conceitos.	73
Gráfico 4 – Média por semestre da utilização dos conceitos.	74
Quadro 3 – Tendências temporais da utilização dos conceitos.	75
Gráfico 5 – Média das menções à América Latina menos a média das menções à América do Sul.	77
Gráfico 6 – Soma das menções da América Latina e da América do Sul.	78
Gráfico 7 – Média de utilização conceitual por mandato presidencial.....	79
Gráfico 8 – Subtração da Média das Frequências dos Conceitos por mandatos presidenciais.	80
Gráfico 9 – Valores referentes aos eventos paradigmáticos via subtração da média das menções à América Latina menos à América do Sul.	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Descritivos da Quantidade de Discursos por Mandato Presidencial.	65
Tabela 2 – Documentos primeiramente convertidos para OCR.	66
Tabela 3 – Estatística Descritiva.	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APE	Análise de Política Externa
Alalc	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
Alca	Área de Livre Comércio das Américas
ALCSA	Área de Livre Comércio da América do Sul
BASIC	Brasil, África do Sul, China e Índia
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CALC	Cúpula da América Latina e do Caribe
Casa	Comunidade Sul-Americana de Nações
Celac	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBAS	Fórum de diálogo Índia-Brasil-África do Sul
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
IRBR	Instituto Rio Branco
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério de Relações Exteriores
Nafta	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
OCR	<i>Optical Character Recognition</i>
OPA	Operação Pan-Americana
Parlasul	Parlamento do Mercosul
PDF	<i>Portable Document Format</i>
PEB	Política Externa Brasileira
PEI	Política Externa Independente
PT	Partido dos Trabalhadores
RI	Relações Internacionais
TEC	Tarifa Externa Comum
TNP	Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares
Txt	Arquivo de Texto
UE	União Europeia
Unasul	União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: FATORES IDEACIONAIS E FASES HISTÓRICO-CONCEITUAIS	17
1.1 O Construtivismo na APE: Fatores Ideacionais na Pesquisa de Relações Internacionais.....	17
1.1.1 Contribuições do construtivismo à APE	17
1.1.2 Ideias, quadros conceituais, discursos, identidades e regiões	21
1.2 As Identidades na História da Política Externa do Brasil	24
1.2.1 Do europeísmo ao pan-americanismo	25
1.2.2 A América Latina como quadro conceitual.....	27
1.2.3 O novo espaço da América do Sul?	31
2 OS CONCEITOS DE AMÉRICA LATINA E DE AMÉRICA DO SUL NA DIPLOMACIA BRASILEIRA DE 1995 A 2014	35
2.1 A Prioridade Conceitual de 1995 a 2014.....	35
2.1.1 Por que a América do Sul foi tida como a prioridade conceitual do período?.....	36
2.1.2 Quais as consequências da ascensão do conceito de América do Sul?	38
2.2 Os Conceitos nos Mandatos Presidenciais	40
2.2.1 Fernando Henrique Cardoso (1995-1998).....	40
2.2.1.1 <i>Linhas gerais</i>	40
2.2.1.2 <i>Usos Conceituais</i>	42
2.2.2 Fernando Henrique Cardoso (1999-2002).....	44
2.2.2.1 <i>Linhas gerais</i>	44
2.2.2.2 <i>Usos Conceituais</i>	46
2.2.3 Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006)	48
2.2.3.1 <i>Linhas gerais</i>	48
2.2.3.2 <i>Usos Conceituais</i>	50
2.2.4 Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010)	51

2.2.4.1 <i>Linhas gerais</i>	51
2.2.4.2 <i>Usos Conceituais</i>	53
2.2.5 Dilma Vana Rousseff (2011-2014)	54
2.2.5.1 <i>Linhas gerais</i>	54
2.2.5.2 <i>Usos Conceituais</i>	56
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	58
3.1 Os Pressupostos	58
3.2 O Desenho de Pesquisa e a Operacionalização das Variáveis	59
3.3 Os Dados	61
3.4 As Técnicas	67
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	72
4.1 Resultados	72
4.2 Discussões	83
CONCLUSÃO	90
REFERÊNCIAS	93

INTRODUÇÃO

Como variaram os conceitos de América Latina e de América do Sul no discurso da diplomacia brasileira? Partindo de tal pergunta, essa dissertação testa duas hipóteses:

- a) as menções ao conceito de América do Sul foram maiores do que as menções ao conceito de América Latina;
- b) as menções ao conceito de América do Sul foram maiores durante os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) do que em qualquer outro governo do período.

O teste da primeira hipótese possibilita mensurar indícios de sul-americanização da política externa brasileira (PEB). Quanto ao teste da segunda hipótese, ele possibilita verificar se tal sul-americanização foi um dos principais traços das gestões Lula. Assim, o objetivo geral da dissertação é examinar a variação no uso desses dois conceitos no discurso diplomático presente nas Resenhas de Política Exterior do Brasil de 1995 a 2014.

Além disso, os objetivos específicos são: a. Estimar a frequência de menções a ambos os conceitos no recorte temporal adotado; b. Identificar as continuidades e as rupturas na trajetória desses conceitos; c. Mensurar o grau de saliência conceitual em eventos considerados paradigmáticos pela literatura mobilizada.

Por que cumprir com tais objetivos e realizar uma análise focada em dimensões discursivas e conceituais? O argumento central é o de que os conceitos são artificiais, possuem uma trajetória própria e são construídos por alguém com alguma finalidade (COX, 1981; DUROSELLE, 2000). Portanto, um exame focado nas trocas e emissões simbólicas da diplomacia é essencial para explicar a projeção internacional do Estado brasileiro.

Dito de outro modo, as menções a determinado enunciado possuem fins políticos. Examiná-las é uma forma de entender qual foi o encadeamento argumentativo construído para justificar determinadas ações e inações em âmbito externo. O foco pode ser qualitativo, em que a prioridade é identificar a construção semântica do conceito. Ou quantitativo, em que a prioridade é mensurar a variação na saliência das emissões do mesmo. No caso dessa dissertação, a finalidade está nesse segundo foco.

Essa estrutura investigativa se sustenta em uma linha de pesquisa cujo contexto parte de análises históricas baseada em ciclos de longa duração sobre a inserção internacional do Brasil que revelaram que a evolução da agenda discursiva da diplomacia nacional usou diferentes enunciados em que cada um se referia a um tabuleiro geográfico específico.

O Brasil imperial se dizia europeu, ao passo que a partir da primeira república o mesmo passou a priorizar a identidade pan-americana. Depois de Juscelino Kubistchek, a diplomacia introduziu o conceito de América Latina, a ponto de, em 1988, a Constituição Federal Brasileira¹ classificá-lo como objetivo basilar das relações internacionais do país (VIZENTINI, 1999; SANTOS, 2005; GALVÃO, 2009).

A partir da década de 1990, então, percebeu-se a utilização sistemática e inédita do conceito de América do Sul nas emissões da diplomacia nacional, o que levou pesquisadores a identificar um relativo abandono da etiqueta latino-americana (SANTOS, 2005, 2014, COUTO, 2006, 2007; GALVÃO, 2009). Começou, então, a ser constituída a agenda de pesquisa na qual essa dissertação se vincula.

Em geral, as primeiras publicações alicerçaram a base teórica do tema através de investigações cuja natureza era exploratória e descritiva e em que prevalecia a abordagem histórico-comparativa. As publicações de Santos (2005; 2014), de Couto (2006; 2007) e de Galvão (2009) se encaixam aqui. Apesar de terem contribuído para a fixação teórica do tema, elas são similares metodologicamente e não fazem um levantamento exaustivo de dados.

Para minimizar tal lacuna, trabalhos mais recentes incorporaram novos métodos e processos inferenciais em seus desenhos de investigação. Assim, Meunier (2012) e Meunier e Medeiros (2013) empregaram instrumentais quantitativos e qualitativos e identificaram diferenças e semelhanças no âmbito da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) quanto à conformação de uma identidade sul-americana.

Outro exemplo se encontra nos trabalhos de Miranda (2014) e Miranda e Ribeiro (2015) que utilizaram a análise de discurso para dissecar a estrutura e a formação enunciativa construída pelos diplomatas para harmonizar e acomodar o conceito de América do Sul na retórica da diplomacia dos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), Lula e Dilma Vana Rousseff (Dilma).

Cada uma dessas publicações contribuiu com a elucidação de aspectos fundamentais da ascensão do conceito de América do Sul. Semelhantemente, essa dissertação almeja oferecer a sua parcela de contribuição ao tema. Ela se posiciona mais próxima dos trabalhos que pluralizaram as abordagens metodológicas da temática por realizar uma análise baseada na saliência quantitativa dos enunciados e, assim, introduzir uma perspectiva pouco pesquisada pelos autores brasileiros.

¹ Segundo o texto constitucional, em seu artigo 4º e parágrafo único: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

Quanto à estrutura textual da dissertação, ela se divide em quatro capítulos, para além dessa introdução e da futura conclusão. O capítulo inicial faz um debate teórico e um retorno histórico conceitual. Em um primeiro momento, o objetivo é demonstrar a tradição teórica dessa pesquisa, incorporando o subcampo da Análise de Política Externa (APE) e as contribuições do construtivismo ao mesmo. Além disso, definem-se os principais fatores ideacionais utilizados, como: ideias, discursos, quadros conceituais, identidades e regiões. Em um segundo e último momento, faz-se uma remissão histórica para expor os quatro conceitos geográficos da PEB: o europeu, o pan-americano, o latino-americano e o sul-americano. O intuito é contextualizar o ponto de partida que originou o problema aqui investigado.

O foco do segundo capítulo é discutir o recorte temporal da dissertação e apresentar os autores que influenciaram na formulação das hipóteses a serem testadas. Assim, serão mostrados argumentos que justificam a expectativa da América Latina ser menos mencionada do que a América do Sul. Depois, os debates se especificam para os meandros dos mandatos presidenciais, em que serão incorporadas as linhas gerais de cada um dos cinco governos e os usos conceituais da diplomacia dos mesmos para que se explicitem as razões que justificam a segunda hipótese.

Os dois primeiros capítulos caracterizam o espaço teórico ao qual essa pesquisa se vincula. Os dois últimos, por seu turno, têm como prioridade focar nos dados, na sua análise e em seus resultados. Desse modo, o terceiro capítulo reúne todos os estágios e decisões metodológicas que definiram o modo com o qual eles foram manuseados e examinados. Abrange, portanto, os pressupostos implícitos às pesquisas que quantificam os textos, a questão da operacionalização do desenho de pesquisa, a coleta das evidências textuais e as técnicas utilizadas. O objetivo é assegurar a legitimidade, confiabilidade e replicabilidade dos valores obtidos.

O quarto capítulo apresenta os resultados e as discussões dos mesmos. Aqui, a variação longitudinal das variáveis será exposta graficamente, as duas hipóteses terão suas plausibilidades testadas, o grau de saliência dos conceitos para determinados eventos será indicado e algumas afirmações e expectativas teóricas serão comparadas com o que as evidências sugerem, a fim de cumprir todos os objetivos definidos nessa dissertação.

Por último, a conclusão une as discussões teóricas com as empíricas e pondera acerca das descobertas obtidas e suas implicações para o tema problematizado. Também se desenvolverá um debate sobre limites inerentes à quantificação de dados qualitativos e agendas futuras serão propostas para que se possam minimizar as lacunas existentes apesar e, de certo modo, por causa dessa dissertação.

1 ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: FATORES IDEACIONAIS E FASES HISTÓRICO-CONCEITUAIS

Esse capítulo desenvolve uma discussão, teórica e histórica, sobre a análise de PEB nos moldes dessa dissertação. Nesse sentido, os debates convergem para a inclusão de variáveis ideacionais em estudos que almejam explicar as estratégias discursivas da diplomacia em busca da inserção internacional do Brasil. Para isso, é axiomático o fato de abandonar a discussão do se (*whether*) e focar nos debates sobre como (*how*) as ideias importam na explicação das realidades políticas, tal qual a PEB (MEHTA, 2011).

O capítulo está estruturado em dois pontos. O primeiro reúne as discussões sobre o construtivismo no subcampo da APE. Fatores como identidade, ideias, discursos, quadro conceituais, interesses, regiões e instituições são abordados nesse âmbito. O segundo ponto, por sua vez, traz o contexto histórico da PEB e demonstra a trajetória dos significantes geográficos como quadros conceituais que existiram no mercado de ideias diplomáticas brasileiras².

1.1 O Construtivismo na APE: Fatores Ideacionais na Pesquisa de Relações Internacionais

Essa parte cumpre duas funções: uma revisão sobre a incorporação do construtivismo na APE e a conceituação dos principais fatores ideacionais utilizados nessa dissertação. Quanto ao primeiro tópico, objetiva-se apresentar as contribuições da perspectiva construtivista para os estudos que almejam explicar a inserção de um determinado Estado no sistema internacional por vias identitárias e discursivas. No que tange à segunda função, a prioridade é introduzir e conceituar fatores como as ideias, os quadros conceituais, os discursos, as identidades, os interesses e as construções sociais das regiões.

1.1.1 Contribuições do construtivismo à APE

A partir de 1950, tornou-se clara a divisão entre os estudiosos que se dedicavam a teorizar a política internacional e os que tinham como objetivo analisar a política externa de

² Essa expressão foi retirada de Spektor (2010) e retrata adequadamente a questão dos usos e desusos dos conceitos em um tecido discursivo. Dessa maneira, assim como em um mercado, os conceitos embora aparentemente circulem livremente, eles dependem de circunstâncias exógenas que definem a quantidade de oferta e de demanda dos mesmos em uma realidade discursiva.

países específicos (WICAKSANA, 2009). Embora o subcampo da APE não tenha se desenvolvido à revelia das contribuições que as correntes teóricas das RI forneciam (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013); a dificuldade de combinar os pressupostos dessas mesmas correntes com os objetivos do analista de política externa desfavorecia uma maior integração entre os pesquisadores (HOUGHTON, 2007).

Define-se a APE como sendo o subcampo que “tem como objeto o estudo da política externa de governos específicos, considerando seus determinantes, objetivos, tomada de decisões e ações efetivamente realizadas” (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p. 40), não apenas envolvem processos, mas também unidades e agentes decisórios e suas percepções, representações e interesses (HUDSON; VORE, 1995).

Por definição, portanto, não se adota uma perspectiva unitária e homogênea do processo de decisão. Aqui, a metáfora dos Estados como bolas de bilhar não se aplica (HUDSON, 2005). O analista de política externa estuda o envolvimento das principais unidades domésticas que influenciam a tomada de decisão, quer sejam líderes, instituições burocráticas, poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, partidos políticos, opinião pública, percepção societária, entre outros vetores (FIGUEIRA, 2011). Além disso, a noção de interesse nacional é desintegrada a fim de permitir a passagem da visão monolítica centrada no ente estatal para o pluralismo próprio dos processos decisórios que envolvem vários atores ou *players* (HUDSON; VORE, 1995)

Embora contribuam com conceitos explicativos de determinados ângulos da realidade, os paradigmas racionalistas e materialistas das RI, como o realismo e o liberalismo, não estimularam a natureza plural e multicausal da APE (ADLER, 1999). Então, uma série de críticas foi levantada acerca dessas teorias.

- 1) em uma perspectiva geral, não observam que as ideias podem intermediar e filtrar o impacto que elementos como a distribuição de capacidades e interesses definidos em bases estritamente materiais exercem sobre as decisões de política externa [...];
- 2) ignoram que a própria distribuição de poder e o significado de interesses dos atores envolvidos na formulação e na execução da política externa podem ser socialmente construídos e relegam a segundo plano os atributos ideacionais historicamente específicos dos agentes, o que os impede de examinar que práticas intersubjetivas e processos de aprendizado e de interação podem transformar o conteúdo e os rumos das políticas externas; e 3) tendem a acreditar que as ideias são meramente reflexos dos desenvolvimentos no mundo material e objetivo e não conseguem captar que tais fatores ideacionais presentes na formulação e na condução da política externa podem ser construções de um discurso particular e poderoso sobre a política de identidade, que segrega a diferença e reproduz a exclusão (JESUS, 2009, p. 505–506).

Essa citação demonstra não apenas os limites das teorias racionalistas das RI, mas também demarca o espaço preenchido pela perspectiva construtivista na APE. Isso porque ao inserir fatores ideacionais nos estudos voltados à política internacional, ela inaugurou uma esfera de interconexão entre a realidade multivetorial dos processos decisórios de política externa e a necessidade de parcimônia na pesquisa que busca explicar tais processos, fornecendo um *framework* que equilibra os recursos materiais com os fatores ideacionais (ADLER, 1999; HOUGHTON, 2007). Segundo Houghton (2007) e Wicaksana (2009), é essa abordagem que vem estimulando o conhecimento mútuo entre os teóricos de política internacional e os analistas de política externa, aproximando campos antes distanciados.

O construtivismo pode ser definido como “a perspectiva segundo a qual o modo pelo qual o mundo material forma a, e é formado pela, ação e interação humana depende de interpretações normativas e epistêmicas dinâmicas do mundo material” (ADLER, 1999, p. 205). Dessa maneira, Wendt (1994), identifica três principais afirmações partilhadas pelos pesquisadores dessa perspectiva. A primeira é a de que o Estado é a principal, mas não a única, unidade de análise. A segunda é a de que as estruturas basilares do sistema internacional são intersubjetivas, não apenas materiais. E, por fim, a terceira afirmação é a de que as identidades e os interesses estatais são partes relevantes e construídas pela interação nesse sistema social.

Nesse caso, além dos recursos materiais, importam os símbolos, os discursos, as convenções, os protocolos sociais e as expectativas dos agentes (HOUGHTON, 2007). No entanto, cabe salientar que o construtivismo não é uma teoria de relações internacionais, mas uma corrente que fornece uma perspectiva social dos fenômenos internacionais³ (WENDT, 1999).

Além disso, apesar dos consensos, ele não é uma corrente coesa, em termos de convergência de entendimentos entre os autores. Nesse aspecto, Adler (2002) os divide em quatro categorias. Os modernistas são aqueles que buscam investigar os mecanismos sociais causais e constitutivos das RI. Eles pesquisam a construção de identidades e de interesses estatais por meio das técnicas metodológicas tradicionais. Encaixam-se aqui os trabalhos produzidos por Alexander Wendt e Emanuel Adler. Os modernistas linguísticos (*modernist linguistic*), por sua vez, enfatizam a importância da análise dos discursos, das normas e dos

³ No geral, os autores que adotam a perspectiva construtivista em suas pesquisas concordam que ela não é uma teoria, por não almejar explicar, de um modo único e geral, o porquê das Relações Internacionais. Em vez disso, o construtivismo fornece uma série de conceitos e de propostas para que seja possível estudar fenômenos que não seriam estudados sem os conceitos fornecidos por tal perspectiva. Fato que explica, por exemplo, a existência de vários “construtivismos”. Cf. ONUF, 1998.

símbolos para captar a realidade internacional. Reúnem-se, aqui, os trabalhos de Nicholas Onuf e Friedrich Kratochwil.

Os construtivistas radicais, segundo Adler (2002), adotam perspectivas pós-modernas e pós-estruturais. Eles não consideram a existência da realidade material, mas apenas da realidade social e discursiva. Ademais, a ciência é vista apenas como mais um discurso hegemônico. Aqui, os principais expoentes são Der Derian e Ashley. Há, por fim, os construtivistas críticos que buscam a ciência como um projeto de emancipação social como os trabalhos de Andrew Linklater e Robert Cox. Salienta-se que as técnicas metodológicas tradicionais usadas pela ciência para alcançar a inferência não são, nesses dois últimos grupos, em geral, utilizadas e a realidade material é vista como uma criação social e discursiva, uma vez que, via de regra, eles compactuam com a visão derridiana de que não há nada fora do texto.

No caso específico dessa dissertação, optou-se pelos autores categorizados entre os construtivistas modernistas e os modernistas linguísticos. Há duas justificativas para isso. A primeira é o fato de que o desenho dessa pesquisa parte da utilização de técnicas metodológicas tradicionais para mensurar fatores ideacionais. A segunda razão é o fato de ela analisar as ideias utilizando os discursos e os conceitos textualmente representados como evidências empíricas.

De tal modo, adotar tal perspectiva implica que uma análise baseada nos discursos não esteja limitada a identificar a retórica instrumental dos tomadores de decisão da PEB, fazendo uma pesquisa tautológica que se resume a recontar o que os diplomatas discursaram por meio de outras palavras. Assim, utilizar o construtivismo e não outras correntes mais materialistas das RI, faz com que os discursos nem sejam analisados de forma ingênua e nem descartados em prol de uma visão instrumental. Reside aí, portanto, o espaço estabelecido pela corrente construtivista: A inauguração de um programa de pesquisa que permite extrair evidências significativas acerca dos interesses de inserção internacional de um país por meio da variação e do comportamento sistemático de suas emissões simbólicas (HOPF, 1998).

Os símbolos são, então, vistos como formas de exercer poder. Isso, por sua vez, só se torna coerente quando se adota uma visão mais ampla do significado desse conceito nas RI. Nesse caso, sem negar a importância dos recursos materiais como formas de mensurar e projetar poder, o construtivismo, ao demonstrar que as relações internacionais são também frutos de interações sociais e intersubjetivas, abre espaço para “a noção de que as ideias são

uma forma de poder, que poder é mais do que força bruta e que poder material e discursivo estão relacionados” (HOPF, 1998, p. 177, tradução livre do autor da dissertação⁴).

É a partir, portanto, dessa maneira mais ampla de se compreender o poder que os discursos podem ser mobilizados e pesquisados como uma forma basilar de se constituir práticas sociais. Desse modo, as palavras podem exercer funções práticas de instituir realidades, tornando-se instrumentos para a constituição de políticas do dizer (ARBILLA, 2000) e servindo como atos de fala (*speech acts*) que são performativos de realidades. De tal maneira:

Se, entretanto, os falantes frequentemente repetem um ato de fala específico com o mesmo efeito geral, todo mundo envolvido começa a achar que a repetição se torna significativa [...] Constantemente repetido, o mesmo atos de falas se transformam em convenção conforme todo mundo começa a acreditar que as palavras em si, e não os falantes as balbuciando, são responsáveis pelo que acontece (ONUF, 1998, p. 66).

Em resumo, o construtivismo na APE permite que a reprodução constante de um determinado conceito em um discurso possa ser interpretada como um instrumento significativo de implementação das decisões de política externa. Para que isso seja realizado, além de uma construção metodológica robusta, é necessário incorporar fatores ideacionais à pesquisa. Quanto a isso, a próxima seção apresenta, define e conceitua cada um desses fatores utilizados.

1.1.2 Ideias, quadros conceituais, discursos, identidades e regiões

Primeiramente, os fatores ideacionais aqui apresentados partem da perspectiva construtivista das RI, da APE e do neoinstitucionalismo discursivo⁵. Com fins de entender o interesse da diplomacia brasileira ao transmitir um conceito em detrimento do outro, cinco fatores serão utilizados: ideias, quadros conceituais, discursos, identidades e regiões. Como eles são múltiplos em significados, para evitar a ambiguidade, o esforço dessa parte é o de defini-los, da maneira mais direta possível.

A conceituação de ideias utilizada aqui é a de que elas são crenças causais (BÉLAND; COX, 2011). Por crenças, entende-se que elas são resultados de uma interação cognitiva e

⁴ Convém esclarecer que em todos os casos de citação direta de textos que estão em idiomas estrangeiros, houve tradução livre do autor da dissertação.

⁵ O neoinstitucionalismo discursivo é uma abordagem da Ciência Política que almeja explicar a relação existente entre as instituições, as identidades, os atores e a constituição dos tecidos discursivos. Ela provém de uma série de tradições como o institucionalismo, a psicologia, a sociologia e o construtivismo. Cf. BÉLAND; COX (2011) e MEUNIER; MEDEIROS (2013).

psicológica. Auxiliam, portanto, na interpretação do mundo material e na produção e reprodução dos interesses (HAY, 2011). Por serem causais, elas indicam conexões entre a realidade material e a social. Fornecem, por conseguinte, *frameworks* de ações (BÉLAND; COX, 2011b).

Tais ideias só são conhecidas, uma vez que são comunicadas. Nesse caso, os discursos são entendidos como meios pelos quais elas são difundidas (SCHMIDT, 2011). Apesar de seus muitos significados, aqui eles são definidos como textos em contextos, cujo objetivo é transmitir a interpretação mental da realidade de um determinado indivíduo ou instituição (WICAKSANA, 2009).

Um discurso, por sua vez, contém um espaço com conceitos, modelos, metáforas, categorias, analogias e significações (WICAKSANA, 2009). No caso específico dos diplomáticos, eles contêm quadros conceituais que são “enunciados envolvendo diagnósticos sobre a realidade nacional, de prioridades de política externa e definições dos princípios que devem guiar a conduta externa do país” (ARBILLA, 2000, p. 340).

Os quadros conceituais possuem como característica a dualidade. Agem simultaneamente como definidores cognitivos da realidade e prescrevem normativamente as ações a serem tomadas. Participam, por conseguinte, dos argumentos retóricos que redefinem uma quantidade limitada de conceitos e de representações do interesse nacional (ARBILLA, 2000). Ao se falar em quadros conceituais na APE significa que ideias e conceitos são, em conjunto, articulados a fim de implementar uma determinada política do dizer.

Ideias, discursos e quadros conceituais são fatores que auxiliam na produção e na reprodução das identidades e dos interesses nacionais. Nesse sentido, define-se identidade como “uma propriedade dos atores intencionais que gera disposições motivacionais e comportamentais” (WENDT, 1999, p. 224). Além disso, ela envolve um processo de interação entre o Eu (*Self*) e o Outro (*Other*). Esse processo se dá em um contínuo de identificação que representa até que ponto o outro é visto como um oposto da identidade que se constrói e até que ponto ele é visto como uma extensão da mesma. Isso depende das circunstâncias temporais e temáticas (WENDT, 1994).

Portanto, analisar a construção das identidades e dos interesses dos Estados é condição necessária, embora não suficiente, para entender a inserção internacional dos mesmos. Uma vez que a mesma depende da interação e da representação entre o interesse e a identidade do si e a do outro. E esse processo interativo é o que define a relação entre os diferentes entes estatais, se de cooperação, integração ou rivalidade (WENDT, 1994, 1999). Cabe salientar que essa discussão não envolve saber até que grau as identidades são naturais e aceitas ou

artificiais e instrumentais. Mas, apenas, como elas são constituídas dentro de uma realidade discursiva em estudo⁶ (ARBILLA, 2000).

Identities, interesses, ideias, discursos, quadros conceituais são os cinco fatores que estão conectados em um mesmo contínuo, nessa dissertação. Nesse sentido, a dinâmica doméstica de um Estado, unida a seu contexto sistêmico, proveniente das interações e interpretações entre os países conforma os dois primeiros (WENDT, 1999). Os mesmos são, por sua vez, resultados das diversas ideias que surgem através dessa dinâmica de identificação entre o eu e o outro (WENDT, 1994). Os discursos e os quadros conceituais, por sua vez, são meios de apresentar e representar tais ideias, identidades e interesses. E essa apresentação modifica continuamente a dinâmica da forma com a qual um Estado interpreta o outro.

Antes de introduzir as discussões sobre as mudanças conceituais de significantes geográficos na história da política externa brasileira, cabe salientar dois pontos. O primeiro é que o que se diz pode ou não ser diferente do que se faz. Nesse sentido, ainda que o discurso seja oposto às ações, o dizer “é uma forma de implementar ou de possibilitar a implementação do que quer fazer de verdade” (ARBILLA, 2000, p. 342). Por isso, os fatores e as condições que determinam as ações não são, necessariamente, compatíveis com os fatores e as condições que determinam o conteúdo das palavras.

Portanto, ao se analisar os quadros conceituais da diplomacia brasileira, o objetivo principal está direcionado “diretamente nas identidades e nos interesses como variáveis dependentes e ver se, como e porque eles mudam” (WENDT, 1994, p. 391). Dessa forma, o objetivo dessa dissertação não é o de contrastar retórica com realidade. Mas analisar, historicamente, a política do dizer. Destarte, investigar se e como os conceitos de América Latina e de América do Sul foram comunicados em diferentes conjunturas históricas.

O segundo, e último, ponto a ser discutido é a questão da construção social de determinada região. Em primeiro lugar, por mais preciso que um significante geográfico pareça ser, a noção de região não é uma categoria objetiva, mas um elemento politicamente contingente e, portanto, contestado (WEHNER, 2015). Una-se a isso o fato de que:

[...] os limites geográficos de uma região pouco têm de óbvio ou natural, e suas fronteiras resultam de um embate político que envolve as percepções, interesses, valores e identidades de jogadores-chave dentro e fora da região [...]. Nesse sentido, as regiões são claramente “comunidades imaginadas”. O ponto básico para esta

⁶ É por esse motivo que não se empreendeu, em parte alguma dessa dissertação, um debate sobre, por exemplo, se a identidade latino-americana é ou não percebida como importante para o tomador de decisão, a elite ou o cidadão comum brasileiro. A discussão aqui não é sobre percepção ou opinião pública, mas sobre a variação nas emissões dessas identidades nos discursos da diplomacia.

análise é que a noção de “região” é objeto de contestação política (SPEKTOR, 2010, p. 31).

Em resumo, região é o que os atores fazem dela (NOLTE; COMINI, 2016). Isto significa que elas podem ser discursivamente formuladas para produzir e reproduzir interesses estatais específicos. Nesse sentido, Wehner (2015) explica que por ser socialmente constituída e dependente das interações estatais, tal noção comporta distintas narrativas em que algumas são hegemônicas em detrimento de outras. Isto é, a plataforma regional enfatizada nos discursos dos tomadores de decisão de determinado Estado diz muito sobre as prioridades do mesmo em termos de projeção internacional. Nesse aspecto, o pesquisador precisa “levar a sério os enunciados, declarações e propostas dos atores envolvidos em projetos regionais” (NOLTE; COMINI, 2016, p. 550).

Portanto, essa dissertação objetiva contribuir com os estudos que buscam identificar a narrativa brasileira acerca de seu horizonte regional, problematizando a passagem do conceito de América Latina para o de América do Sul. Essa é uma análise importante, uma vez que a pretensão do Brasil em ser percebido como uma potência regional perpassa pela persuasão dos outros países de que a sua narrativa regional é o projeto mais adequado a ser adotado pelos demais, tornando-a noção hegemônica do conceito geográfico. O que, por sua vez, permite que o país desenvolva um papel (*role*) primário de representante da região em outros fóruns multilaterais (COUTO, 2006, 2007; CHRISTENSEN, 2007; NOLTE, 2010; SPEKTOR, 2010; WEHNER, 2015).

1.2 As Identidades na História da Política Externa do Brasil

A identidade, os interesses, os discursos e quadros conceituais de um Estado, para a corrente construtivista, são formações dinâmicas e socialmente definidas (ADLER, 2002). Do mesmo modo, as ideias e conceitos que circulam no mercado de ideias diplomáticas brasileiro resultam de um movimento histórico na política exterior nacional que usou, desusou e reusou determinados conceitos em detrimento de outros (ARBILLA, 2000; SPEKTOR, 2010).

Devido aos fins dessa dissertação, essa parte empreende um retorno temporal baseado em ciclos de longa duração lastreados nas fases histórico-conceituais do Brasil⁷. Ressalta-se que o objetivo não é tratar de todos os possíveis conceitos já adotados pelos tomadores de

⁷ O objetivo aqui não é o de discutir ações e eventos da política externa brasileira. Mas apresentar, de acordo com a literatura utilizada, quais são as características principais dos discursos de cada fase identitária deixando continuidades e/ou rupturas nas ideias que circulam o mercado de ideias diplomáticas do Brasil. Justifica-se, portanto, a análise em ciclos de longa duração e os saltos temporais dados.

decisão brasileiros. Aqui a ênfase recai nos principais significantes geográficos utilizados pela diplomacia para determinar o horizonte regional brasileiro, a saber: o europeu, o pan-americano, o latino-americano e o sul-americano (VIZENTINI, 1999; SANTOS, 2005, 2014; COUTO, 2006, 2007; GALVÃO, 2009).

1.2.1 Do europeísmo ao pan-americanismo

O quadro ideacional do império brasileiro foi marcado por duas características: o regime monárquico e a proximidade para com os valores europeus (SANTOS, 2014). O processo de independência não ocasionou uma mudança na variável regime político. Desse modo, o Brasil continuou a ser uma monarquia em meio às repúblicas americanas (GALVÃO, 2009) que “procurava capitalizar um papel de Europa nos Trópicos, antagonizando-se com as repúblicas formadas na Hispano-América” (VIZENTINI, 1999, p. 138). Portanto, a continuidade dessa distinção manteve inalterada a construção da identidade internacional do país, já que o império brasileiro continuou identificando a Europa como uma extensão de sua identidade e a América como o seu outro identitário (SANTOS, 2005; COUTO, 2007).

Essa identificação não era, pacificamente, compartilhada pela sociedade brasileira da época. Enquanto os monarquistas seguiam a tendência descrita acima, o movimento republicano se baseou na busca da adoção do republicanismo e do americanismo como conceitos-chave de política externa (COUTO, 2006). Evidência simbólica disso é o mote do seu manifesto: o somos da América e queremos ser americanos (SANTOS, 2014). Dessa forma, o conflito político entre monarquistas e republicanos significou, paralelamente, um embate simbólico entre os conceitos de identidade europeia e americana.

Com a proclamação da república e o fim da monarquia, o distanciamento em relação à América foi interrompido (SANTOS, 2005) e deu-se início ao americanismo como paradigma da política exterior do Brasil (PINHEIRO, 2010). Esse novo paradigma representou a mudança conceitual da valorização da Europa para o hemisfério americano (COUTO, 2006), mas significou, principalmente, a passagem da unilateralidade brasileira focada no mercantilismo português e britânico para a unilateralidade com foco nas relações com os Estados Unidos da América (EUA) (VIZENTINI, 1999).

Apesar do advento da república ter aproximado, em aspectos de visões e valores, o Brasil dos demais vizinhos, com destaque para os EUA; a americanização da política externa brasileira, de forma pragmática, só se iniciou através da gestão do Barão de Rio Branco como

ministro das relações exteriores entre 1902 e 1912 (VIZENTINI, 1999; COUTO, 2006; PINHEIRO, 2010; MIRANDA, 2014).

O Barão foi responsável por transferir o eixo das relações Brasil-Inglaterra para Brasil-EUA (DORATIOTO, 2000; OLIVEIRA, 2005). Segundo Pinheiro (2010) fatores como o ganho de importância da cultura do café, o alto consumo desse produto por parte dos estadunidenses e a baixa participação da Inglaterra nesse mercado influenciaram o grau de apoio da elite em relação a essa mudança. De tal maneira, diferente da aproximação em termos puramente ideológicos para com os EUA, a partir da gestão de Rio Branco, o paradigma pan-americano ganhou contornos estratégicos em que o Brasil atuou em duas dimensões. A primeira foi a conformação da chamada aliança não escrita com os EUA, a segunda foi a inserção estratégica no Cone Sul, com destaque para as relações com a Argentina e o Chile (VIZENTINI, 1999; DORATIOTO, 2000; PINHEIRO, 2010; SANTOS, 2014).

A partir desse contexto, portanto, o paradigma americanista passou a conter duas perspectivas, a ideológica e a pragmática (PINHEIRO, 2010). Elas apareceram na política externa brasileira de modo pendular, em que uma oscilava em relação à outra. Sob esse âmbito, o pan-americanismo serviu como quadro conceitual de uma série de ações governamentais brasileiras. Novamente, não se trata aqui de abordar descritivamente todas elas, mas apenas de enfatizar aquelas que a literatura entende como paradigmáticas do processo de construção conceitual.

Desse modo, a participação brasileira na Primeira Guerra Mundial resultou no aprofundamento dessa aliança não escrita e especial com os EUA (SANTOS, 2005). Para entender a importância desse evento na fixação do pan-americanismo como quadro conceitual da diplomacia brasileira, deve-se lembrar que “o conflito mundial fez com que aumentassem substancialmente os investimentos norte-americanos no Brasil, elevando os Estados Unidos à condição de mercado preferencial em função do declínio das atividades econômicas britânicas” (PINHEIRO, 2010, p. 19). Recrudescer, então, o processo de alinhamento automático com tal Estado (OLIVEIRA, 2005).

O limite desse alinhamento ideológico se intensificou com a ascensão da era Vargas. Aí, o americanismo se uniu ao sistema de barganhas, característico da equidistância pragmática de tal líder. O fato é que Vargas, por meio de cálculos estratégicos, aproveitou das brechas entre a ascensão dos EUA e da Alemanha como polos de poder para negociar investimentos materiais (OLIVEIRA, 2005). Dessa forma, ele manteve-se americanista ao participar da Segunda Guerra Mundial ao lado dos EUA, mas seu pragmatismo e barganha lhe

asseguraram resultados duradouros como a construção da primeira siderúrgica nacional, a usina em Volta Redonda (PINHEIRO, 2010).

Com o fim do conflito mundial, Vargas foi substituído por Dutra e a perspectiva pragmática foi suprimida pelo americanismo ideológico. Ou seja, “enquanto o alinhamento durante o Estado Novo era um instrumento de política externa, o alinhamento durante o governo Dutra se traduziu no próprio objetivo da política externa” (OLIVEIRA, 2005, p. 64). Passado o mandato de Dutra, um americanismo mais pragmático voltou a ser quadro conceitual da classe política e diplomática brasileira. Tanto Vargas (1951-1954), quanto Juscelino Kubistchek (1956-1961) tentaram barganhar retornos materiais na aliança com os EUA. Entretanto, o continente americano, em geral, deixou de ser estrategicamente necessário para os objetivos imediatos desse país. A Europa ocupou esse espaço, pois era palco dos vetores originários da Guerra Fria (MIRANDA, 2014).

As ações e inações dos EUA levaram à gradual queda da força do americanismo na PEB. Contribuiu para essa mudança de percepção o fato de que a trajetória das Américas passou a se bifurcar. Ao norte, um polo rico e emergente de um poder em vias de se tornar hegemônico. Ao sul, países subdesenvolvidos com estruturais problemas macroeconômicos e sociais (OLIVEIRA, 2005; SANTOS, 2005; COUTO, 2006, 2007; PINHEIRO, 2010; MIRANDA, 2014).

Encerra-se, então, essa segunda fase da PEB que perdurou da gestão de Rio Branco até o fim do governo de Juscelino Kubistchek. Após o desencantamento com a Europa, na primeira fase, e com os EUA, na segunda, a diplomacia brasileira abandonou a unilateralidade das relações e passou a adotar a multilateralidade e a busca por autonomia. Nesse contexto, a América Latina se transformou em um tabuleiro prioritário de atuação (VIZENTINI, 1999).

1.2.2 A América Latina como quadro conceitual

A queda do americanismo e a ascensão do conceito de América Latina no quadro conceitual da diplomacia brasileira ocorreram em razão de alguns fatores. Como mencionado, o primeiro foi a trajetória seguida pelos países do continente americano em relação ao fim da Segunda Guerra e ao início da Guerra Fria (COUTO, 2006). Nesse cenário, foi relevante a percepção de que as promessas dos EUA de ajuda financeira à América Latina não se cumpriram (MIRANDA, 2014; SANTOS, 2014). Assim, “O Brasil sentiu-se traído pela atitude estadunidense e assistiu, perplexo, ao declínio de sua relação especial com os Estados

Unidos, sem que o país obtivesse as compensações às quais acreditava fazer jus por sua tradicional aliança” (SANTOS, 2005, p. 11).

A ascensão do pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) fez também parte da explicação sobre a perda de atratividade do americanismo (COUTO, 2007; GALVÃO, 2009; MIRANDA, 2014). A comissão foi estabelecida pelas Nações Unidas, em 1948, e buscou pensar o fortalecimento econômico da América Latina. Desempenhou uma função basilar nos processos regionais ao prever a necessidade dos países latino-americanos substituírem as suas importações através de um Estado que atuasse de forma contundente no estímulo à industrialização (OLIVEIRA, 2005).

Em primeiro lugar, a inclusão da expressão América Latina na sigla de uma comissão das Nações Unidas legitimou institucionalmente esse significante (COUTO, 2007). Cabe lembrar que, embora a criação desse termo remeta à França do período de Napoleão III, tal conceito não era utilizado consensualmente pelos países da região (SANTOS, 2014). A força dessa expressão, por sua vez, surgiu de forma gradual e esteve ligada ao enfraquecimento do conceito de América hispânica (COUTO, 2006). A Cepal, por seu turno, contribuiu com a institucionalização dessa expressão como modo de se referir à região.

Em segundo lugar, a Cepal exerceu uma significativa relevância na forma pela qual o Brasil passou a interpretar a sua inserção no sistema internacional. Desse modo, os tomadores de decisão brasileiros perceberam o seu *status* de país subdesenvolvido e periférico cujos termos de trocas com o centro se caracterizavam pela deterioração. Portanto, as relações latino-americanas e o desenvolvimento industrial nacional era a dimensão que precisava ser enfatizada (VIGEVANI; RAMANZINI JR., 2010). Ademais, ela influenciou iniciativas como a Operação Pan-Americana (OPA) e a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc).

A OPA foi um projeto político proposto em 1958, por Juscelino Kubistchek, que tentou angariar recursos financeiros dos EUA para solucionar o problema do subdesenvolvimento no continente (PINHEIRO, 2010). A estratégia do presidente brasileiro era a de, invocando a identidade pan-americana, conseguir investimentos para as questões macroeconômicas da região (OLIVEIRA, 2005). Entretanto, os EUA não se interessaram em cooperar com o desenvolvimento econômico da região, uma vez que estava mais interessado em temas de segurança e em trazer a Europa para a zona de influência capitalista (VIZENTINI, 2013).

O desinteresse estadunidense levou à constatação de que o pan-americanismo trazia poucos resultados materiais para a PEB (VIZENTINI, 1999). Esse fracasso unido ao

pensamento autonomista e desenvolvimentista da Cepal gerou uma percepção cada vez maior acerca do imperativo em se redefinir a PEB para que o Brasil seguisse um rumo que estimularia a diversificação das parcerias, uma atuação mais autônoma e um menor grau de dependência em relação aos EUA (OLIVEIRA, 2005).

Isso influenciou tanto a criação da Alalc, quanto a formulação do pensamento por trás da Política Externa Independente (PEI) (OLIVEIRA, 2005). A Alalc foi uma iniciativa de cooperação latino-americana que, em 1960, tentou criar uma área de livre comércio entre os países. Essa proposta aproximou ainda mais a diplomacia brasileira da concepção latino-americana (COUTO, 2006; MIRANDA, 2014). Embora padecesse do problema das assimetrias entre os membros e o objetivo pré-estabelecido de conformar a zona de livre comércio em até doze anos não tenha sido cumprido, a Alalc serviu de importante instrumento na aproximação dos países latino-americanos (ROSAS, 2008) e na fixação da região como quadro da diplomacia brasileira.

A PEI, por sua vez, foi um marco paradigmático na PEB que influenciou não apenas o aumento do grau de aproximação do Brasil com seus vizinhos, mas também com os países do chamado terceiro mundo (PINHEIRO, 2010). A sua importância é tamanha que Vizentini (1999) considera que foi a partir da sua formulação que o Brasil inaugurou uma terceira fase em sua inserção internacional. Dessa vez não mais baseada na unilateralidade, quer seja com Portugal, com Inglaterra ou com EUA, mas na busca da autonomia e das relações multilaterais.

A PEI foi conformada durante os governos de Jânio Quadros (1961) e de João Goulart (1961-1964). Dentre as suas principais características destacaram-se “a multilateralização das relações exteriores e os componentes ideológicos nacionalistas, onde o alinhamento automático em relação aos Estados Unidos passa a ser questionado” (VIZENTINI, 1999, p. 145). Nesse sentido, ela contribuiu com o aumento da horizontalização da PEB. Ou seja, a América Latina e a África passaram a ser relações estratégicas para os objetivos brasileiros em termos de política externa (VIZENTINI, 1999; 2013). Isso, por sua vez, influenciou na utilização dos termos latino-americanos como horizonte regional brasileiro (COUTO, 2006).

No tocante ao pan-americanismo e ao latino-americanismo, o regime militar⁸ apresentou uma exceção na evolução histórica que aqui se discute; uma vez que ambos os conceitos exerceram influência no quadro conceitual dos tomadores de decisão em distintos

⁸ Vale notar que existe uma extensa literatura sobre as tensões, rupturas e continuidades no processo decisório brasileiro em termos de PEB com a ascensão e queda do regime militar e do regime democrático. Por não ser, entretanto, foco temporal e temático dessa dissertação, optamos por fazer uma discussão específica das transições conceituais.

momentos (MIRANDA, 2014). De tal maneira, durante o governo de Castelo Branco prevaleceu, quer na dimensão política, quer na econômica, a percepção de que o horizonte latino-americano deveria ser substituído pelo pan-americano (VIZENTINI, 2004). Essa visão era embasada pelo discurso da Escola Superior de Guerra e pelo conceito de fronteiras ideológicas. Consequentemente, tal período se configurou por representar um recuo na política autônoma que a diplomacia vinha buscando por meio da PEI e das relações com o terceiro mundo (VIZENTINI, 1999).

O governo Costa e Silva, por outro lado, não deu continuidade à gestão de seu antecessor, uma vez que a “diplomacia da prosperidade”, quadro conceitual do período, buscou um desenvolvimento autônomo que guardava um certo grau de semelhança com a PEI (VIZENTINI, 1999). Isso, por seu turno, influenciou na retomada da noção de América Latina no espaço discursivo da diplomacia brasileira, ainda que de forma gradual e sem vir acompanhada de iniciativas práticas ou mesmo propostas de arranjos políticos no âmbito multilateral (MIRANDA, 2014).

Em Médici, houve crescimento econômico e a imagem de um Brasil Potência (PINHEIRO, 2010). Se, por um lado, a noção de América Latina que marcou o discurso do seu antecessor não foi ampliada, por outro, não aconteceu o retorno ao pan-americanismo como em Castelo Branco. Isso, por exemplo, levou à conclusão que a dimensão utilizada foi a das relações bilaterais (VIZENTINI, 2004).

Segundo Vizentini (1999) os dois últimos governos militares, a saber, Geisel e Figueiredo, fazem parte de uma mesma fase em que o pragmatismo responsável teria retomado o *framework* da PEI e estimulado uma multilateralização ampliada. Ademais, o conceito de América Latina voltou a ser demandado discursivamente, mesmo que sem seguir iniciativas que materializassem tal retórica (COUTO, 2006).

O fim do regime militar dissolveu essa fluidez nos quadros conceituais e o retorno à democracia legitimou, através do novo texto constitucional de 1988, a noção de América Latina. Exemplo disso é o conteúdo do parágrafo único do artigo quatro que estabeleceu que “a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (BRASIL, 1988).

Sob o signo de América Latina, o Brasil buscou maior acesso aos mercados vizinhos, um discurso mais reivindicatório, o aumento das relações comerciais bilaterais, com destaque para a aproximação com a Argentina, e a defesa da não intervenção e uma posição mais clara em relação a Cuba (COUTO, 2006):

Em consequência, a política externa brasileira passou a priorizar, claramente, a América Latina. São marcos desse processo, entre outros, os entendimentos entre os Presidentes José Sarney e Raul Alfonsín, iniciados em Foz do Iguaçu; a incorporação do Brasil ao Grupo de Apoio a Contadora; o Consenso de Cartagena (1985) sobre a questão da dívida externa latino-americana; o reatamento de relações diplomáticas com Cuba, em junho de 1986; a fundação do Grupo do Rio; a Ata para a Integração Brasileiro-Argentina (julho de 1986), que conduziu ao Tratado que criou o Mercado Comum Brasil-Argentina; e, naturalmente, o Tratado de Assunção, que constituiu o Mercosul, em 1991 (SANTOS, 2014, p. 109)

Assim sendo, a América Latina como quadro conceitual propiciou que o Brasil buscasse redefinir os eixos de sua política externa. A unilateralidade característica das relações com a Europa e com os EUA foi substituída pela multilateralidade em que a dimensão latino-americana emergiu com destaque. Cabe salientar que a horizontalização – eixo Sul-Sul – e a utilização do latino-americanismo em detrimento do pan-americanismo não significaram o abandono das relações verticais da PEB – eixo Norte-Sul – mas um reposicionamento brasileiro nos vários tabuleiros de sua inserção (VIZENTINI, 1999).

1.2.3 O novo espaço da América do Sul?

A partir de princípios dos anos 1990, uma série de fatores impulsionou o desconforto do Ministério de Relações Exteriores (MRE) em relação ao uso da etiqueta América Latina para sustentar o discurso de identidade internacional do Brasil, fato que teria impulsionado o conceito de América do Sul (SPEKTOR, 2010). Cabe salientar que, diferentemente da transição entre o europeísmo e o americanismo, ainda não há consenso de entendimentos sobre se houve, ou se está ocorrendo, a passagem entre o latino-americanismo e o sul-americanismo. Isso, inclusive, estimulou o problema de investigação dessa dissertação. Dessa maneira, essa discussão não sugere nada sobre a existência ou inexistência dessa transição. O que se propõe apresentar aqui é quais são os fatores que levaram ao uso inédito e sistemático de termos sul-americanos nos discursos da diplomacia brasileira, segundo a literatura mobilizada.

Em primeiro lugar, a estrutura do sistema internacional após a Guerra Fria estimulou tanto processos de globalização, quanto de regionalização (SILVA, 2008). Gradualmente, as regiões foram se tornando unidades para a formação de coalizões que buscam estratégias institucionais para equilibrar o impacto do poder das grandes potências na inserção internacional dos Estados menores, servindo como uma espécie de *soft balancing* (FLEMES,

2010). Nesse ínterim, a partir do momento em que a noção latino-americana dificultou a negociação de interesses comuns, o Brasil buscou constituir um novo tabuleiro de coalizão, a América do Sul (COUTO, 2007; NETO, 2016).

Dentre os autores que estudam o novo espaço dado à América do Sul na PEB, dois fatores são consensualmente mencionados para explicar a dificuldade de negociar consensos e interesses na plataforma latino-americana: A inserção dos EUA na região e as respostas do México perante isso (SANTOS, 2005, 2014; COUTO, 2007; GALVÃO, 2009; CABALLERO SANTOS, 2011; MIRANDA, 2014).

No tocante aos EUA, a principal questão levantada é a busca por ampliar o acesso aos mercados latinos por meio da liberalização econômica. Nesse aspecto, ganhou destaque a proposta e as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que foi sugerida nesses termos em 1994, mas cuja origem data de 1990 com a Iniciativa para as Américas de George Bush (OLIVEIRA, 2005). A percepção era de que a possível execução de tal iniciativa poderia: a. Pôr fim às plataformas de atuação do Brasil no continente, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul); b. Recrudescer o grau de dependência regional; e, c. Diminuir o nível de autonomia com a qual o país poderia se inserir no sistema internacional (GALVÃO, 2009; VIZENTINI, 2013). Isso porque,

Uma área de livre comércio com os EUA produziria provavelmente efeitos destrutivos em boa parte do sistema produtivo brasileiro, especialmente nos setores mais sofisticados em que a primazia das empresas norte-americanas é quase sempre inquestionável (por exemplo, bens de capital, componentes eletrônicos, química, eletrônica de consumo, software e informática). A economia brasileira tenderia a regredir à condição de economia agrícola ou agroindustrial e produtora de bens industriais leves ou tradicionais (BATISTA JR, 2003, p. 273).

Portanto, a necessidade de uma coalizão que auxiliasse o Brasil a defender seus interesses político-econômicos recrudescu (SANTOS, 2005; MIRANDA, 2014). No entanto, a proposta da Alca era atrativa para algumas economias latino-americanas (BATISTA JR, 2003), fato que dificultou, em determinados aspectos, o consenso sob o signo latino-americano. Nesse ínterim, o Brasil tentou negociar uma Área de Livre Comércio da América do Sul (ALCSA) que foi proposta em outubro de 1993 através de Itamar Franco. Apesar de não ter sido materializada, ela sinalizou a inclusão da noção de América do Sul no quadro conceitual diplomático brasileiro (SANTOS, 2005; COUTO, 2006; RAMOS, 2012; MIRANDA, 2014).

A inserção dos EUA na região provocou diferentes posições dos Estados latino-americanos. De um lado, países como o México e como os da América Central tendiam a

aceitar a Alca ou a assinatura de acordos comerciais bilaterais e liberalizantes. Por outro lado, países como o Brasil e a Argentina viam com cautela e pragmatismo tais iniciativas (SPEKTOR, 2010). Um exemplo paradigmático dessa diferença de harmonizar as posições no continente foi a aproximação do México com os EUA.

Sem consultar as instâncias institucionais regionais de que fazia parte, tal qual a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), o México aderiu em 1994 ao Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta). Tratava-se de um pacto entre México, EUA e Canadá que objetivou criar um comércio regional livre de barreiras alfandegárias. Ele simbolizou a influência da superpotência sobre um país latino-americano, que passou a ser visto como porta voz estadunidense na região (COUTO, 2007; GALVÃO, 2009).

Ademais, tal adesão sem consulta prévia provocou uma série de críticas no sentido em que o México teria se beneficiado do mercado estadunidense à custa dos demais países, fato que teria desrespeitado os princípios da Aladi (ROSAS, 2008). A partir de então, as relações entre Brasil e México – que sempre oscilaram entre encontros e desencontros – passou a ser de desconfiança e rivalidade (NETO; FIGUEIREDO, 2015). Assim, “perante a postura do México no sentido de ‘pedir perdão’, em vez de ‘pedir permissão’, o governo de Brasília chegou a sugerir que o México fosse expulso da ALADI dado que havia violado os estatutos e o espírito da instituição” (ROSAS, 2008, p. 100).

Consequentemente, foi intensificada a percepção de que o conceito de América Latina, em determinados momentos, era pouco operacional e contraproducente (SPEKTOR, 2010; CABALLERO SANTOS, 2011). Uma vez que para o Brasil propor iniciativas sob o signo latino-americano e excluir o México era, diplomaticamente, deselegante. Mas incluí-lo, em determinadas situações, significava, implícita e taticamente, abarcar os interesses estadunidenses durante as negociações.

Dessa maneira, a ideia de América do Sul teria sido uma forma geográfica de afastar o país mexicano dos fóruns brasileiros de negociação. Esse fato abriu a possibilidade de que o discurso diplomático se justificasse nos seguintes termos: A América do Sul é uma política “que tampouco se volta contra qualquer país ou grupo de países que não pertencem estritamente ao universo geográfico sul-americano. Aqui quem exclui ou inclui é a geografia” (DANESE, 2009, p. 90). Dito de outro modo, é o determinismo geográfico, e não a vontade política, que retira dos fóruns de diálogos países como o México.

A operacionalização da América do Sul e a sua transformação em horizonte regional brasileiro, segundo Couto (2007) e Galvão (2009), se deu de forma gradual e através de uma série de iniciativas, tanto discursivas, simbólicas e imagéticas, quanto políticas, com reuniões,

fóruns e criações institucionais. Essa discussão, por sua vez, será introduzida mais à frente. Diferente desse, que trouxe uma análise baseada em ciclos de longa duração, o próximo capítulo realiza uma análise focada na diplomacia durante os governos de FHC, Lula e Dilma. O mesmo descreve a conjuntura e as iniciativas de tais governos no que diz respeito à utilização dos dois conceitos investigados.

Haja vista, o objetivo cumprido nesse capítulo foi o de apresentar as ferramentas conceituais e as perspectivas teóricas que dão suporte à análise da PEB nos moldes feitos nessa dissertação, vinculando, portanto, fatores ideacionais e fases histórico-conceituais. Ademais, ele expôs a evolução histórica dos usos de diferentes significantes geográficos como quadros conceituais da diplomacia nacional. Mostrou, portanto, que, com fins de justificar a sua inserção no sistema internacional, os tomadores de decisão optaram por enfatizar determinados horizontes regionais em detrimento de outros.

Não obstante, a importância principal desse capítulo foi o de exibir a paisagem teórica que sustenta o problema de pesquisa investigado nessa dissertação. Nesse aspecto, constatou-se que a ascensão do conceito de América do Sul perante o de América Latina inaugurou um novo objeto de discussões na academia brasileira. Nesse interim, o próximo capítulo visa a discutir tal objeto no recorte temporal inerente a esse trabalho.

2 OS CONCEITOS DE AMÉRICA LATINA E DE AMÉRICA DO SUL NA DIPLOMACIA BRASILEIRA DE 1995 A 2014

Conforme discutido no capítulo anterior, ao fazer uma análise histórica baseada em ciclos de longa duração, percebe-se que a diplomacia brasileira perpassou, em sua agenda discursiva, por um conjunto de quadros conceituais que justificaram ações e inações em determinados horizontes regionais, como o europeu, o pan-americano e o latino-americano. Em paralelo, a partir da década de 1990, o conceito de América do Sul começou a ser emitido de uma maneira sistemática pelos tomadores de decisão em assuntos de PEB, fato que, segundo os autores mobilizados, levou à priorização de tal conceito em detrimento do enunciado de América Latina. Por sua vez, isso deu origem ao problema aqui investigado.

Partindo desse contexto, o presente capítulo objetiva explicar a formulação das hipóteses com base nos argumentos da literatura especializada na temática desse trabalho. Para isso, ele foi estruturado em duas partes. A primeira discute as tendências gerais no uso de ambos os conceitos. Origina-se, portanto, da discussão que finalizou o primeiro capítulo e a aprofunda trazendo o entendimento dos autores sobre os possíveis impactos do uso do conceito de América do Sul na fase identitária atual do Brasil. Explana-se, aqui, o porquê da primeira hipótese. A segunda parte, por sua vez, trata do uso dos conceitos na diplomacia exercida durante os governos de FHC, Lula e Dilma. Inicialmente, serão introduzidas as linhas gerais de cada mandato presidencial e, depois, os debates se especificam para a questão conceitual. Essa discussão elucida a segunda hipótese.

2.1 A Prioridade Conceitual de 1995 a 2014

Ao final do capítulo anterior foi apontado que, a partir de 1990, os termos sul-americanos estiveram presentes de forma cada vez mais expressiva na agenda da diplomacia nacional. Conforme essa expressividade foi se fazendo notar, uma linha de pesquisa passou a se constituir com a finalidade de problematizar, em perspectiva histórica, a existência ou não de impactos associados a tal ascensão para o *status* operativo do conceito de América Latina como horizonte básico para a construção da identidade internacional do país.

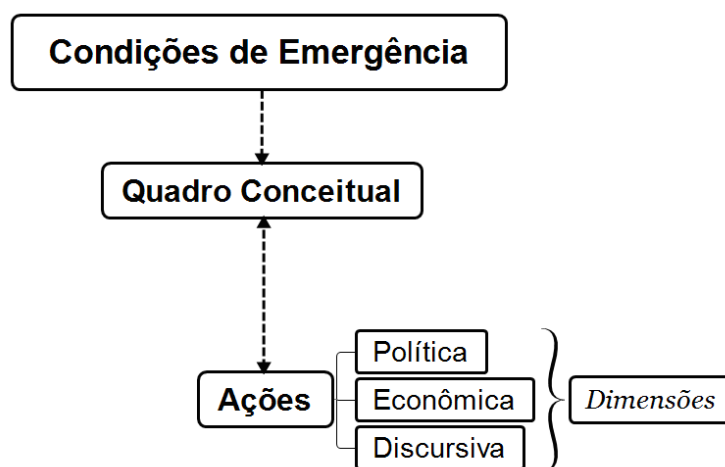
Fruto desse contexto, o propósito desta seção é o de apresentar, de forma mais detalhada, essa problemática. Para tanto, essa parte dá continuidade a tais discussões com o objetivo de demonstrar os pontos de divergência e de convergência entre os autores e elucidar

a origem teórica da primeira hipótese dessa dissertação. Para que isso seja realizado, é necessário responder as duas seguintes perguntas: a. Por que os autores empregados entendem a América do Sul como a prioridade conceitual do período? b. Em quais pontos eles discordam e concordam?

2.1.1 Por que a América do Sul foi tida como a prioridade conceitual do período?

Para esboçar uma resposta para essa primeira indagação, convém sondar os fatores que induziram ao aumento do grau de saliência do conceito de América do Sul, a ponto dele ser apreendido pelos acadêmicos como sendo uma nova estratégia de projeção internacional do Brasil que precisava ser examinada analiticamente. Nesse sentido, a figura 1 esquematiza quais foram os indicadores que levaram os autores a entenderem a América do Sul como prioridade conceitual da diplomacia do recorte temporal analisado.

Figura 1 – A materialização diplomática do conceito de América do Sul



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Foucault (2008), Onuf (1998) e Miranda (2014), Wendt (1999).

Como demonstrado pelo diagrama acima, um quadro conceitual se materializa a partir de dois vetores, as condições de emergência e as ações. Quanto ao primeiro, ele se refere às estruturas que permitem com que um enunciado se torne hegemônico em um determinado discurso (FOUCAULT, 2008). No caso da política externa, isso depende tanto de uma coerência enunciativa, quanto da permissibilidade do sistema internacional e da percepção de que isso está em consonância com o interesse nacional.

Então, para que um enunciado possa ser hegemônico no discurso diplomático, é preciso que haja um equilíbrio entre os constrangimentos causados pela sua enunciação, os

danos que o silêncio em relação a tal enunciado provocaria e a posição do Estado enunciador na distribuição assimétrica do poder (WENDT, 1999). Nesse aspecto, conforme discutido no capítulo anterior⁹, as condições que permitiram a ascensão e o fortalecimento do conceito de América do Sul nas emissões do discurso diplomático brasileiro foram:

- a) a inserção dos EUA na região com a proposta da Alca e de acordos bilaterais de liberalização;
- b) a aproximação do México para com as posições estadunidenses;
- c) o desconforto com a etiqueta latino-americana como representação do discurso de identidade internacional brasileira;
- d) o esforço em se compor uma coalizão que empreendesse um *soft balancing* com relação aos EUA;
- e) o interesse, ainda que oscilante, em adotar um projeto regional de liderança que colocasse o Brasil como porta voz sul-americano em fóruns multilaterais.

Logo que as condições de emergência se tornam favoráveis, o quadro conceitual, por consequência, também se torna mais plausível, uma vez que os constrangimentos de suas emissões serão menores (MIRANDA, 2014). Então, geralmente, ações passam a ser tomadas com o intuito de operacionalizar o enunciado para que seja possível justificar repetições enunciativas nos mais variados contextos institucionais (ONUF, 1998; SCHMIDT, 2011). No caso específico do conceito de América do Sul, essas ações podem ser divididas em três dimensões, a política, a econômica e a discursiva.

A dimensão política se refere a todo e qualquer tipo de arranjo negocial entre os tomadores de decisão em assuntos de PEB. Nesse aspecto, a ampliação do número de viagens oficiais aos países vizinhos, das reuniões, dos fóruns, dos debates, das palestras, das propostas de criações institucionais com o foco voltado para o âmbito sub-regional¹⁰ foram indicadores apontados pelos pesquisadores para sustentar que, de fato, a diplomacia nacional passou a priorizar o tabuleiro sul-americano em sua projeção internacional (SANTOS, 2005; COUTO, 2006, 2007; GALVÃO, 2009; MIRANDA, 2014).

Na dimensão econômica, cada vez mais a região foi se tornando basilar ao comércio internacional brasileiro. De tal modo, em 2002, as exportações totalizaram US\$ 7,5 bilhões, ao passo que, em 2008, as mesmas passaram para US\$ 38,4 bilhões, um aumento de 412%. No caso das importações dos produtos da América do Sul, o Brasil passou de uma cifra de US\$ 7,6 bilhões, em 2002, para US\$ 25 bilhões em 2008 (SIMÕES, 2011). Desse modo, o

⁹ Mais especificamente na seção 1.2.3.

¹⁰ Sobre isso especificamente, a próxima seção aprofunda tal debate.

MRE, em alguns de seus relatórios, começou a sugerir a existência de uma possível relação entre a valorização conceitual e o aumento dos fluxos financeiros regionais (SANTOS, 2013).

Por fim, o último fator que auxiliou os especialistas a apontar a América do Sul como o primado da diplomacia nacional foi a mudança ocorrida ao nível da retórica. Dessa maneira, tornou-se um lugar comum, entre os diplomatas de carreira, construções enunciativas que qualificavam a América do Sul como sendo:

- a) a primeira e principal prioridade da PEB (SANTOS, 2005);
- b) a vértebra ou coluna vertebral da inserção internacional do Brasil e até mesmo a circunstância do eu diplomático do país (DANESE, 2009);
- c) a força profunda da identidade internacional brasileira (LAFER, 2001¹¹);
- d) o sonho e a realidade da PEB (SIMÕES, 2011)¹².

Destarte, perante todos esses fatores e através de estudos que aplicaram metodologias qualitativas, vários autores, dentre os quais, Santos (2005, 2014), Couto (2006, 2007), Galvão (2009) Miranda (2014), Miranda e Ribeiro (2015) conseguiram captar o inédito *status* dado para o conceito de América do Sul na PEB¹³. Porém, tais pesquisas não foram homogêneas quanto às conclusões acerca das consequências disso para o discurso identitário que vinha sendo construído a partir da noção de América Latina. Em função disso, convém expor quais são as convergências e divergências de entendimentos quanto a essa questão.

2.1.2 Quais as consequências da ascensão do conceito de América do Sul?

Conforme supramencionado, ao analisar as consequências da ascensão do conceito de América do Sul na agenda da diplomacia brasileira, os autores convergem e divergem em determinados aspectos. Quanto aos prismas discrepantes, duas posições podem ser formuladas. Por um lado, houve pesquisadores que entenderam que o aumento nas emissões do conceito de América do Sul e a aparente dissipação das menções ao conceito de América Latina deveriam ser interpretados como um projeto estrutural que buscava redefinir a retórica da identidade internacional do Brasil e que o país teria diminuído, vertiginosamente, o seu interesse em se auto-representar como latino-americano para se tornar sul-americano

¹¹ No caso de Lafer, mesmo não sendo diplomata de carreira, ele foi incluído em razão de ter exercido funções diplomáticas enquanto Chanceler brasileiro.

¹² Os autores citados entre parêntesis são exemplos de diplomatas que publicaram trabalhos utilizando esses argumentos para se referir ao conceito de América do Sul.

¹³ Acerca disso, a abordagem quantitativa adotada aqui almeja testar essa captação qualitativa e aperfeiçoá-la ao evidenciar semestralmente a frequência numérica exata do grau de saliência dos conceitos.

(COUTO, 2006, 2007; REIS DA SILVA, 2008; SPEKTOR, 2010; CABALLERO SANTOS, 2011; RAMOS, 2012).

Por outro lado, houve acadêmicos que afirmavam que ainda era prematuro falar em um processo de substituição conceitual e de transição de fases identitárias. Mesmo que o Brasil estivesse interessado em se afirmar como um país sul-americano, isso não se traduziria no abandono da retórica subjacente à identidade latino-americana. O entendimento prevalecente era que o país poderia assumir várias camadas identitárias sem que isso fosse contraditório, uma vez que ambos os conceitos se referem a realidades geográficas distintas e complementares (SANTOS, 2005, 2014; PUNTIGLIANO, 2008; GALVÃO, 2009; SARAIVA, 2010a; MEUNIER; MEDEIROS, 2013; MIRANDA, 2014).

Apesar dessa divergência de entendimentos quanto aos impactos conceituais da ascensão dos termos sul-americanos, todos os autores convergem em um entendimento, o de que o conceito de América do Sul passou por um processo inédito de valorização tornando-se um tabuleiro prioritário na PEB entre 1995 e 2014. Nesse aspecto, Caballero Santos (2011) e Ramos (2012) chegam a afirmar, de modo categórico e sem apresentar dados quantitativos, que o incremento das menções à América do Sul ocasionou o fim das citações explícitas ao conceito de América Latina. De modo menos radical, os trabalhos desenvolvidos por Santos (2005; 2014), Couto (2006; 2007), Galvão (2009), Saraiva (2010), Spektor (2010), Reis da Silva (2011), Santos (2013), Miranda (2014) e Saraiva e Gomes (2016) atestam que a América do Sul constituiu-se como a primeira prioridade da diplomacia brasileira do período.

Partindo de tais entendimentos, essa dissertação objetiva examinar, em forma de hipótese, as variações quantitativas no grau de saliência dos conceitos de América Latina e de América do Sul nas emissões textuais diplomáticas para testar se a convergência apresentada aqui se sustenta perante a análise dos dados cujo propósito inicial é o de saber se a noção sul-americana foi ou não o quadro prioritário das emissões discursivas da diplomacia brasileira.

Contudo, essa dissertação não avança no tema que mais causa divergência entre os autores, a questão do impacto conceitual. Para que isso pudesse ser realizado, seria necessário outro desenho de pesquisa que previsse um modelo causal para mensurar matematicamente tais impactos. Em razão disso não ter sido definido no escopo original dessa investigação, esse tópico continuará sendo um desafio a ser solucionado por futuros trabalhos.

2.2 Os Conceitos nos Mandatos Presidenciais

Considera-se que a variação no grau de intensidade dos conceitos problematizados depende também do mandato presidencial analisado. De tal forma, essa parte elucida quais foram os principais meandros existentes nos governos de FHC, Lula e Dilma. Para isso, após introduzir as linhas gerais de cada presidente, as discussões focam na temática específica dos dois conceitos¹⁴. Os debates convergem para a apresentação dos argumentos teóricos que justificaram a formulação da hipótese segundo a qual teria sido na diplomacia da Era Lula (2003-2010) em que se encontram as maiores menções aos termos sul-americanos.

2.2.1 Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)

2.2.1.1 Linhas gerais

A política externa do primeiro mandato de FHC foi fruto dos condicionantes estruturais e dos paradigmas decisórios de seus antecessores. Nesse sentido, o fim da Guerra Fria e o aparente triunfo dos valores político-econômicos ocidentais, dentre os quais a liberalização econômica e a defesa do regime democrático, foram vetores que marcaram o cálculo dos tomadores de decisão brasileiros (OLIVEIRA, 2005; VIZENTINI, 2013).

Dessa maneira, tal como Fernando Collor e Itamar Franco, FHC seguiu o receituário liberal inspirado pelo Consenso de Washington¹⁵ ao formular políticas públicas (CERVO, 2003). O intuito era diminuir o peso do Estado no mercado, privatizar setores e desregulamentar as atividades sociais e econômicas estatais (VIZENTINI, 2005; REIS DA SILVA, 2008). Essa atuação sob o signo do neoliberalismo rompeu com o paradigma desenvolvimentista que perdurou de 1930 a 1989 e inaugurou um enfoque baseado no paradigma do Estado normal¹⁶ (CERVO, 2003).

¹⁴ Convém enfatizar que essa dissertação não objetiva empreender uma descrição exaustiva sobre todas as iniciativas de cada um dos presidentes, mas apenas mencionar os eventos que são vistos como relevantes pela literatura utilizada no que tange à composição dos discursos diplomáticos.

¹⁵ Entende-se por Consenso de Washington a reunião, em 1989, de propostas econômicas feitas por instituições como o FMI e o Banco Mundial que recomendaram a adoção de medidas neoliberais como melhor política a ser adotada pelos Estados latino-americanos para superação das crises monetárias.

¹⁶ Segundo Cervo (2003), é possível periodizar a história da política externa brasileira a partir de um enfoque paradigmático. A fase liberal-conservadora predominou de 1808 a 1930 e ela se caracterizou pela crença da inclusão na sociedade internacional e a busca de investimentos externos. Ela foi substituída pelo paradigma desenvolvimentista que prevaleceu de 1930 a 1989 com a busca por uma conduta realista, pela industrialização e pelo desenvolvimento da nação tendo como vetor o Estado. O terceiro paradigma é o do Estado normal que durou de 1990 a 2002 e foi marcado pela atuação aos moldes do neoliberalismo e na crença da globalização

A adoção do programa neoliberal por FHC não foi um fim em si mesmo, mas um método para alcançar o seu objetivo de aderir aos regimes internacionais e ao multilateralismo, ganhar confiança externa e, desse modo, atrair investimentos para estimular o crescimento do país (VIZENTINI, 2013). Consequentemente, a diplomacia do período se aproximou da percepção elaborada por organizações financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (VIZENTINI, 2005).

Em termos econômicos, o primeiro mandato de FHC pode ser conceituado como uma fase em que prevaleceu o otimismo liberal (REIS DA SILVA, 2008). Em termos políticos, a busca por inclusão e reconhecimento nos regimes internacionais foi, por sua vez, conceituada como de autonomia pela integração (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003). A união da percepção política e econômica levou às decisões sobre a inserção internacional do Brasil, em que se aplicaram, domesticamente, aspectos do receituário liberal e, com isso, buscou-se reconhecimento e inclusão nas instituições multilaterais externas (REIS DA SILVA, 2008).

Além disso, durante esse mandato ocorreram duas mudanças no processo decisório da política externa: a diplomacia presidencial e a hegemonia da corrente institucional pragmática no Itamaraty. Sabe-se que, formalmente, no Brasil, “toda diplomacia só pode ser ‘presidencial’ já que a Constituição assim o estabelece” (SATO, 2015, p. 255). Entretanto, historicamente, a regra é que, via autorização, os presidentes delegaram suas atribuições em assuntos de política externa para o Ministro de Relações Exteriores e o Itamaraty (PRETO, 2006; DANESE, 2009; MARIANO, 2015). No entanto, durante o primeiro mandato de FHC essa tendência sofreu uma ruptura e, então, a diplomacia exercida direta e pessoalmente através da figura presidencial tornou-se um novo vetor no cálculo decisório da PEB (VIZENTINI, 2013).

Em FHC, mudou-se também a corrente de pensamento hegemônica no Itamaraty. Segundo Saraiva (2010b), o MRE convive com duas correntes que possuem quadros interpretativos distintos acerca do sistema internacional. Por um lado, estão os institucionalistas pragmáticos, que são favoráveis à universalização das relações brasileiras, ao liberalismo econômico, à adesão aos regimes internacionais e às grandes potências. Por outro lado, estão os autonomistas, que se voltam mais para um desenvolvimentismo econômico, assegurado pela proteção do Estado e pelo nacionalismo. De tal modo, em FHC, a

puramente benigna. Por fim, o paradigma do Estado logístico surge da percepção de uma dimensão assimétrica na ideia de globalização, dos frutos indesejados do neoliberalismo e do receituário do Consenso de Washington. Desse modo, o Estado atua de forma logística quando une o liberalismo com a busca por desenvolvimento e autonomia. Cf. CERVO, 2003.

ala dos institucionalistas pragmáticos foi a que exerceu a hegemonia decisória na diplomacia da época.

Essas características levaram a uma série de consequências em termos decisórios da PEB. Assim, em 1º de janeiro de 1995, a tarifa externa comum (TEC) entrou em vigor, iniciando a União Aduaneira do Mercosul. Ela sustentou a centralidade da agenda do bloco nas questões comerciais e financeiras sob os auspícios do regionalismo aberto¹⁷, ocasionando uma queda no protecionismo e aumentando o grau de abertura do Brasil ao comércio regional (BERNAL-MEZA, 2002).

Na dimensão política, duas deliberações se destacaram. A primeira foi a adesão ao Tratado de Não-Proliferação de armas nucleares (TNP), concluída em 1998, que significou uma mudança na percepção brasileira em termos de segurança e defesa nacionais (VIZENTINI, 2005). A segunda foi a assinatura do Protocolo de Ushuaia, em 1998, que estabeleceu o compromisso com o regime democrático como condição basilar para a participação dos Estados no Mercosul (OLIVEIRA, 2005). Essas iniciativas, por sua vez, foram coerentes com a pretensão brasileira de se incluir nos regimes internacionais nos moldes das potências tradicionais que preconizavam a democracia e o livre comércio. Por fim, tal conjuntura influenciou nas escolhas diplomáticas acerca de quais quadros conceituais utilizar como representação regional da identidade internacional do Brasil.

2.2.1.2 Usos Conceituais

Vistas as linhas gerais do primeiro mandato de FHC, é necessário aprofundar as discussões específicas sobre a sua posição em relação aos conceitos aqui problematizados. Segundo Couto (2006) e Galvão (2009), ao exercer a função de Ministro de Relações Exteriores de Itamar Franco de 1992 a 1993, FHC defendeu a ampliação do horizonte regional brasileiro do Cone Sul para a América do Sul, mencionando esse segundo conceito em várias ocasiões. No entanto, durante o seu primeiro mandato presidencial, ele não expandiu ou valorizou o conceito de América do Sul, mas atuou justamente na direção contrária, rumo ao desmonte do significado sul-americano que estava implícito na proposta da ALCSA (MIRANDA, 2014; SANTOS, 2014).

¹⁷ Formulado por pensadores da Cepal, o conceito de regionalismo aberto busca harmonizar a interdependência regional derivadas de acordos preferenciais e a liberalização econômica a nível mundial. Combinando, assim, o liberalismo com a regionalização. Cf. CORAZZA, (2006).

Para apreender as razões desse abandono conceitual, é necessário entender quais foram as prioridades de tal governo. Como mencionado anteriormente, a diplomacia atuava com base no conceito de otimismo liberal em que prevaleceram as políticas neoliberais, a busca pela inserção nos regimes internacionais, pela proximidade para com as potências tradicionais do Norte e pelo enfoque mercadológico-comercial (REIS DA SILVA, 2008; RAMOS, 2012), reflexo da hegemonia da corrente institucionalista pragmática no Itamaraty (SARAIVA, 2010b).

Ademais, houve saldos positivos na balança comercial nos anos em que o Brasil exerceu essa abertura comercial entre 1991 e 1998 (RAMOS, 2012). Isso aumentou a percepção acerca dos ganhos relativos em priorizar as relações hemisféricas e multilaterais, já que o país colheria frutos mais ambiciosos do que limitando a sua atuação ao nível sub-regional (LAMPREIA, 1998; VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003; REIS DA SILVA, 2008).

Isso provocou impactos diretos na retórica diplomática. Primeiramente, o conceito de América Latina passou a ser emitido com um teor mais geográfico, do que político, mais hemisférico do que regional (MIRANDA, 2014). Não teve, entretanto, o seu grau de saliência atenuado, mas seu conteúdo ressignificado. Por outro lado, o conceito de América do Sul foi relegado ao esquecimento, não se cristalizando como quadro operativo da diplomacia do período (COUTO, 2007; SANTOS, 2014).

Ao interpretar que o sistema internacional transitava para um processo de globalização que terminaria na construção de uma nova ordem mundial dominada pelos EUA, FHC buscou diálogos com as potências tradicionais, com destaque para a superpotência. Entretanto, a proposta de Itamar Franco de constituir a ALCSA obteve uma receptividade negativa nos EUA. Torna-se, então, necessário relegar as questões sensíveis das relações entre ambos os países ao esquecimento (VIZENTINI, 2005).

O problema residia no fato de que o conceito de América do Sul estava significativamente acoplado à ALCSA. Por extensão, ele também precisou ser menos mencionado, já que, nessas circunstâncias, não havia interesse algum em aumentar a saliência dessa ideia (COUTO, 2007; SANTOS, 2014). Consequentemente, houve “uma depreciação da noção de América do Sul no conjunto dos pronunciamentos da política externa brasileira durante o primeiro governo Cardoso” (MIRANDA, 2014, p. 128). Exemplo disso foi a não menção a esse conceito nos discursos de posse do presidente e de seu chanceler, Luiz Felipe Lampreia (SANTOS, 2005).

Dessa maneira, de 1995 a 1999, a noção de América do Sul foi pouco utilizada e com o seu significado limitado ao âmbito meramente geográfico. Não havia, portanto, interesses políticos ou identitários nas raras vezes em que foi mencionado, era algo meramente incidental e limitado ao pragmatismo territorial (COUTO, 2007; RAMOS, 2012; MIRANDA, 2014; SANTOS, 2014). Por conseguinte, há uma baixa possibilidade que ao se analisar os dados desse período o conceito de América do Sul seja mais mencionado do que o de América Latina.

2.2.2 Fernando Henrique Cardoso (1999-2002)

2.2.2.1 Linhas gerais

Com a aprovação da emenda constitucional em 1997¹⁸, FHC conseguiu se reeleger. No entanto, o seu segundo mandato sofreu uma série de inflexões em relação ao primeiro. Parte disso se deu em razão das crises econômico-financeiras do final dos anos 1990, tal qual a asiática de 1997, a russa de 1998 e a da desvalorização do real brasileiro em 1999¹⁹ (VIZENTINI, 2013). Toda essa instabilidade provocou reflexos no modelo paradigmático e no quadro conceitual do segundo mandato FHC. O conceito de otimismo liberal do primeiro governo foi substituído pelo de globalização assimétrica (REIS DA SILVA, 2008; VIZENTINI, 2013). Esse novo conceito reflete à exaustão do enfoque neoliberal, os frutos não colhidos da proximidade com as potências tradicionais e a percepção de que o sistema internacional estava configurado por uma distribuição assimétrica do poder, mesmo em questões comerciais (REIS DA SILVA, 2008).

Não apenas a economia foi um vetor de pressão e de constrangimentos, mas a dimensão política também trouxe novos desafios. Nesse sentido, o Mercosul galgou um período de retração e de crises e a proposta estadunidense de formação da Alca, naquele momento, significou uma ameaça aos interesses brasileiros de projeção autônoma que, se implementada, poderia provocar efeitos como o sucateamento ou mesmo o fim do bloco, uma

¹⁸ A emenda constitucional número 16 de 04 de junho de 1997 passa a permitir, dentre outras questões, a reeleição do presidente da República.

¹⁹ Essas três crises foram interpretadas pelos especialistas econômicos não como fenômenos isolados e pontuais, mas oriundas de um problema maior inerente às desigualdades do sistema capitalista que aprofunda a dependência dos países menos desenvolvidos em prol da manutenção da estabilidade dos países desenvolvidos. Dessa forma, haveria uma dimensão assimétrica e negativa na globalização. Isso, por sua vez, alterou os rumos da política macroeconômica de FHC e a sua percepção em relação ao sistema internacional. Cf. OLIVEIRA; TUROLLA (2003)

vez que a TEC não mais poderia ser mantida (VIZENTINI, 2013). Assim, fortalecer uma coalizão sul-americana parecia uma condição necessária para a inserção internacional do Brasil perante tais conjunturas.

De tal forma, a busca pela manutenção da autonomia e do universalismo como objetivos da PEB intensificou os esforços da diplomacia brasileira em estreitar as relações com os países vizinhos (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003) para isso, equilibrar cautelosamente as iniciativas dos EUA para a região se tornou essencial. Assim, ao ser feita uma análise cronológica, percebe-se a existência de uma simultaneidade entre o lançamento de propostas estadunidenses e a manifestação de contrapropostas brasileiras para a região (MIRANDA, 2014).

Nesse aspecto, três pontos se destacam. O primeiro foi a realização da cúpula de presidentes da América do Sul entre 31 de agosto e 01 de setembro de 2000 em Brasília. Além de ser um marco na operacionalização do conceito de América do Sul, a reunião foi tida como uma estratégia brasileira de longo prazo para criar um espaço de manobra do país (SANTOS, 2005, 2014, COUTO, 2006, 2007; GALVÃO, 2009; SPEKTOR, 2010; CABALLERO SANTOS, 2011; RAMOS, 2012; VIZENTINI, 2013; MIRANDA, 2014). A ideia do encontro partiu pessoalmente de FHC, fato que sugere que o presidente mantinha válida a percepção de que o Brasil deveria aumentar o seu horizonte regional para além do Cone Sul, mesmo não tendo implementado isso no seu primeiro governo (SANTOS, 2014).

Em termos tangíveis, os resultados dessa primeira reunião de presidentes envolveram a conformação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) que se tratava de um programa para aperfeiçoar a infraestrutura, o transporte, as comunicações e a logística do subcontinente (SANTOS, 2013). Segundo Vizentini (2013), a centralidade nesses temas se deu em função da inexistência de espaços e condições para propor negociações na área da integração comercial, dadas as conjunturas do período.

O segundo ponto que auxiliou ao governo FHC ter focado nas relações regionais foi que, em 2001, Luiz Felipe Lampreia se aposentou e Celso Lafer o substituiu. A partir daí, a diplomacia começou a estruturar um discurso sobre a identidade internacional do Brasil com base em forças profundas²⁰ que regeriam a projeção e as ações brasileiras no âmbito externo. Nesse aspecto, a América do Sul foi fixada como um vetor perene da PEB (LAFER, 2001).

²⁰ Derivada da escola francesa de Relações Internacionais com os trabalhos de Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, as discussões sobre as forças profundas visam decompor quais são as causalidades e as finalidades que influenciam na tomada de decisão dos estadistas e no movimento de mudança na política externa de um determinado país. No caso específico de Lafer, ele buscou adaptar o quadro teórico para o contexto brasileiro,

Por fim, o último evento a se mencionar nas linhas gerais do governo de FHC foi a realização da segunda reunião de presidentes da América do Sul ocorrida em julho de 2002 no Equador. Tendo como inspiração o histórico encontro entre Bolívar e San Martín, ela reafirmou as intenções declaradas na primeira reunião em 2000 e reforçou a temática da infraestrutura e da logística como sendo a força motriz das relações cooperativas sul-americanas (SANTOS, 2014).

2.2.2.2 Usos Conceituais

Traçadas as linhas básicas de atuação desse segundo mandato, é preciso incorporar as discussões específicas sobre o uso dos conceitos de América Latina e de América do Sul. Primeiramente, a Era FHC pode ser dividida em dois períodos, quanto à saliência dada aos termos sul-americanos. O primeiro abrange os anos de 1995 até o final do primeiro semestre de 2000, momento em que o conceito de América do Sul foi relegado ao esquecimento. O segundo período abrange do segundo semestre de 2000 ao final de 2002. Nele, ocorreu uma inversão significativa, posto que tal conceito passou a ser central e expressivo no tecido discursivo da diplomacia brasileira (SANTOS, 2005, 2014; REIS DA SILVA, 2011; TEIXEIRA, 2011; RAMOS, 2012; MIRANDA, 2014).

A realização da primeira reunião de presidentes em Brasília no ano 2000 foi o que demarcou a ruptura no grau de saliência dado à ideia de América do Sul (SANTOS, 2005; COUTO, 2006, 2007; GALVÃO, 2009; SPEKTOR, 2010; TEIXEIRA, 2011; RAMOS, 2012; MIRANDA, 2014; MIRANDA; RIBEIRO, 2015). Segundo esses autores, ela foi um marco essencial em dois aspectos: na resignificação do conceito e na ampliação das menções ao mesmo.

Quanto à redefinição do significado, pesquisas qualitativas focadas na análise de discursos revelaram que a diplomacia desse período realizou um esforço retórico para afastar o sentido econômico-comercial dado pela ALCSA e atribuir um teor mais logístico e físico ao conceito de América do Sul que estivesse em consonância com a centralidade dada à agenda da IIRSA (SANTOS, 2005, 2014; RAMOS, 2012). Quanto à ampliação das menções ao conceito de América do Sul, a partir daí se iniciou um processo de cristalizar tal enunciado como sendo quadro operativo da agenda diplomática. Desse modo, “após a Cúpula, as

definindo, assim, uma série de vetores que influenciaram, influenciam e influenciarão as ações brasileiras, como a geografia, a demografia, a economia, as instituições e os índices sociais.

referências à América do Sul na retórica brasileira multiplicaram-se” (SANTOS, 2014, p. 138).

A diplomacia exercida durante o restante do governo FHC deu continuidade ao rumo inaugurado em 2000. Dessa forma, com a posse de Celso Lafer, houve um movimento maior de inserir o discurso de América do Sul em meios acadêmicos, fato que culminou com a publicação do livro “A Inserção Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira”, em 2001 (SANTOS, 2014) e que recebeu alguma receptividade entre os especialistas brasileiros interessados no fenômeno da identidade do país em meios externos²¹. Outro evento que alavancou a saliência ao conceito de América do Sul foi a segunda reunião de presidentes ocorrida em 2002 no Equador. Especificamente em relação aos usos conceituais, tal acontecimento serviu como mais uma iniciativa que auxiliou a operacionalizar e manter em destaque o significado do conceito de América do Sul (GALVÃO, 2009).

Por conseguinte, o segundo mandato de FHC foi expressivamente frutífero para a definição do horizonte sul-americano (COUTO, 2007). Convém lembrar que o presidente buscou garantir que o significado de tal conceito fosse diferente do adotado por Itamar Franco, que estava muito ligado às negociações da ALCA. Aqui, o termo ganhou um teor limitado ao logístico e à infraestrutura, sem adotar discursos identitários, mitos fundacionais e a busca pela liderança regional, o seu enfoque não é tão social, quanto político e econômico (REIS DA SILVA, 2011; SANTOS, 2014).

Em suma, o segundo governo de FHC foi responsável por deixar um legado para os mandatários posteriores quanto ao uso do conceito de América do Sul. Ele esboçou pessoalmente a ideia de uma inédita reunião de chefes de Estados do subcontinente, buscou organizar o espaço sul-americano como uma área de paz, de democracia e de respeito aos direitos humanos e inaugurou um tabuleiro que se tornou essencial para a projeção externa do Brasil e a sua construção como potência regional (SANTOS, 2005, 2014; SPEKTOR, 2010; CABALLERO SANTOS, 2011; TEIXEIRA, 2011; VILELA; NEIVA, 2011; MIRANDA; RIBEIRO, 2015).

²¹ Exemplo disso é o número de citações do livro contabilizado pelo *Google Scholar* que, em 15/10/2016 chegou a 382 menções. Para uma discussão ampliada sobre a questão entre os escritos de diplomatas e acadêmicos ver Miranda (2014, p.70) na sua nota de número 122 e Pinheiro e Vedoveli (2012).

2.2.3 Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006)

2.2.3.1 *Linhas gerais*

A chegada ao poder do líder sindical de esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva veio acompanhada por uma retórica de mudanças (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Talvez, por isso, os estudiosos tenham pesquisado tanto sobre as reais rupturas e continuidades de tal governo em relação aos antecessores (VILELA; NEIVA, 2011). No tocante à PEB, essas pesquisas variam entre aqueles que concluem ter havido pequenos ajustes e mudanças de ênfases (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007) e aqueles que entendem que houve rupturas paradigmáticas, em que o Estado passou a atuar ainda mais de forma logística (CERVO, 2003). De qualquer maneira, o primeiro mandato de Lula alterou, qualquer que seja o grau, a linha condutora da inserção internacional brasileira.

Em primeiro lugar, a PEB desse período foi marcada, mesmo que parcialmente, pelas posições do Partido dos Trabalhadores (PT) (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Consequentemente, isso ocasionou uma alteração na composição das forças que organizavam o Itamaraty. Com Lula, houve a passagem dos institucionalistas pragmáticos, fortalecidos em FHC, para os autonomistas. Isso significou uma projeção brasileira com base em percepções mais nacionalistas e estatais, em que prevaleceu a defesa de uma inserção mais ativa e autônoma no sistema internacional (SARAIVA, 2010b)

Além disso, o fenômeno da diplomacia presidencial, iniciado em FHC, não foi apenas continuado, mas vertiginosamente ampliado (SATO, 2015). Assim, o envolvimento e a condução pessoal do presidente em assuntos de política externa se tornaram rotineiros no processo decisório da PEB. Evidência disso é que, enquanto FHC em seus dois mandatos se deslocou do Brasil para o exterior 88 vezes, Lula, também em seus dois mandatos, se deslocou 144 vezes (RIBAS; FARIA, 2011). Por conseguinte, a vertente presidencial da diplomacia continuou sendo um relevante vetor a ser contabilizado ao se realizar o cálculo estratégico para a tomada de decisão em assuntos de projeção internacional do país.

De tal maneira, o primeiro governo Lula pode ser avaliado com base em três dimensões. A primeira é a da diplomacia econômica, em que prevaleceram percepções mais realistas em relação à obtenção de recursos comerciais com a manutenção das boas relações para com o Norte. A segunda dimensão diz respeito à diplomacia política. Nesse sentido, as

relações com o Sul Global²² ganharam contornos no sentido de buscar a resistência, em âmbitos institucionais, à dependência econômica. E, por fim, a terceira dimensão foi a diplomacia social em que foi sugerida a busca multilateral pela erradicação da pobreza, da fome e da miséria. Enfim, essa tríade proposta por Vizentini (2005) fornece uma sintética visão geral do conteúdo da inserção internacional brasileira no período.

Dois conceitos ajudam a definir o governo Lula: o de inserção global afirmativa (VIZENTINI, 2013) e o de autonomia pela diversificação (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Ambos se referem ao esforço exercido pela diplomacia durante esse período em estabelecer uma estável coalizão sob o signo do Sul Global. A visita feita pelo presidente aos países africanos e ao Oriente Médio, a criação do fórum de diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) ambos os eventos em 2003 e as realizações das cúpulas entre a América do Sul e países árabes (2005) e entre países africanos (2006) foram exemplos disso.

Ademais, a reunião entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) serviu de aporte para o discurso do país sobre ser uma potência emergente e a temática quanto à busca por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas ganhou mais importância na retórica diplomática (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). O entendimento era o de que, uma vez que o sistema internacional estava em processo de ascensão de novos polos de poder, as Nações Unidas deveriam incluir outros membros permanentes com poder de voto e de veto, dentre os quais o Brasil (VIZENTINI, 2013).

No tabuleiro regional, várias iniciativas se destacaram. Para tanto, primeiro ocorreu uma alteração institucional ao nível doméstico. Dessa forma, em 2003, a hierarquia organizacional do Itamaraty foi modificada com fins de estabelecer uma centralidade maior ao conceito de América do Sul. Nesse aspecto, foi inaugurada a Subsecretaria-Geral da América do Sul como unidade não mais subordinada à Secretaria das Américas. Desse modo, o organograma do Itamaraty passou a vincular na Subsecretaria-Geral de Política I o departamento que trata dos EUA e na Subsecretaria-Geral da América do Sul, Central e Caribe os departamentos que lidam com o Mercosul, a integração regional, a América Central e Caribe e a América do Sul I e II (PUNTIGLIANO, 2008).

No âmbito do Mercosul, duas ações foram essenciais. A primeira foi o estabelecimento do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a CAN em 2004. A segunda foi o início do processo de adesão da Venezuela como membro pleno do bloco em 2006, efetivado em 2012 (SPEKTOR, 2010). Unidas, essas ações, buscaram dar um teor sul-

²² A África, a Ásia e a América Latina.

americano ao bloco que era frequentemente confundido como um projeto cujo horizonte era limitado ao Cone Sul (AMORIM, 2006).

Além disso, entre 07 e 09 de dezembro de 2004 realizou-se a terceira reunião de presidentes da América do Sul no Peru. Dentre as decisões tomadas nesse evento, dá-se, aqui, destaque para a declaração de Cuzco que criou a Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa) (MEUNIER; MEDEIROS, 2013). A sua constituição significou a organização de um fórum político para dialogar e definir iniciativas com o intuito de articular a paisagem cooperativa sul-americana de um modo mais coeso em termos de cooperação entre os países da região. A partir de então as reuniões dos presidentes sul-americanos se deram no âmbito institucional da Casa, sendo que a primeira se realizou entre os dias 29 e 30 de dezembro de 2005 que definiu melhor o escopo institucional da comunidade através de documentos contendo programas de ações, declarações presidenciais e agendas prioritárias.

2.2.3.2 Usos Conceituais

A partir da discussão anterior, é perceptível que a dimensão regional ocupou um espaço central na agenda diplomática brasileira do período e isso influenciou nos usos conceituais. Dessa maneira e de um modo geral, considera-se que, conquanto FHC tenha iniciado a cristalização do conceito de América do Sul, foi em Lula que tal conceito se tornou saliente e prioritário (COUTO, 2007; GALVÃO, 2009; SANTOS, 2014; MIRANDA; RIBEIRO, 2015). Então, atribui-se a esse governo a fixação definitiva da América do Sul como tabuleiro regional distinto do horizonte latino-americano (SPEKTOR, 2010).

Nesse aspecto, convém apresentar as diferenças no significado do conceito de América do Sul entre FHC e Lula. Ao nível quantitativo, Santos (2014) e Miranda (2014) concordam que há uma expressiva assimetria no grau de intensidade com o qual esse conceito foi mencionado na diplomacia dos dois presidentes, no sentido em que Lula ampliou, vertiginosamente mais do que FHC, as menções ao conceito de América do Sul.

Ao nível da significação da ideia também houve rupturas marcantes. Nesse quesito, o teor dado à América do Sul se expandiu consideravelmente preenchendo os silêncios estabelecidos por FHC. Por extensão, as emissões diplomáticas passaram a incluir argumentos identitários e mitos fundacionais a esse conceito, recorrendo às figuras históricas, ao passado comum, à desigualdade entre os Estados no sistema internacional, à pobreza, ao Sul Global e a um Brasil que poderia ser líder regional (COUTO, 2007; GALVÃO, 2009; REIS DA

SILVA, 2011; MEUNIER; MEDEIROS, 2013; MIRANDA, 2014; SANTOS, 2014; MIRANDA; RIBEIRO, 2015).

Além disso, o enfoque comercial-mercadológico foi substituído pelo logístico-integrativo (RAMOS, 2012). A América do Sul, portanto, não apenas foi mencionada expressivamente, mas também seguida dos mais variados argumentos, abarcando desde a conjuntura social até os mitos lendários e históricos da região (MIRANDA, 2014).

Essa emissão sistemática do conceito de América do Sul teve seus resultados práticos, apontando para um exitoso processo de persuasão. Santos (2014) cita o fato da terceira reunião de presidentes da América do Sul, ocorrida em dezembro de 2004, e a conformação da Casa não terem sido inicialmente propostas da diplomacia brasileira. Segundo ele, isso deve ser interpretado como um indício da difusão e validação do conceito de América do Sul.

Dessa maneira, a Casa passou a se tornar um âmbito essencial para comportar os vários significados que o conceito de América do Sul poderia ter. Significou, portanto, a ascensão do horizonte sul-americano como um sujeito coletivo reconhecido internacionalmente (MIRANDA, 2014). Quanto ao conceito de América Latina, tanto Caballero Santos (2011), quanto Ramos (2012) entendem que ele não apenas foi atenuado, mas deixou de ser citado explicitamente, sendo diluído na faceta do Sul Global.

A expectativa é a de que existam maiores frequências nesse mandato do que em FHC. De tal maneira, os autores entendem que foi durante esse governo que a noção de América do Sul recebeu status de primeira prioridade da PEB (SANTOS, 2005; COUTO, 2006, 2007; GALVÃO, 2009; MIRANDA, 2014), chegando a estar “presente em praticamente todos os discursos, entrevistas e outros textos relativos a temas internacionais” (SANTOS, 2014, p. 149).

2.2.4 Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010)

2.2.4.1 *Linhas gerais*

Em geral, o segundo mandato de Lula foi marcado pelas linhas de continuidade em relação ao primeiro. Os analistas continuaram utilizando os conceitos de autonomia pela diversificação (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007) e de inserção global afirmativa (VIZENTINI, 2013) para definir a atuação presidencial do período.

Nesse quesito, a principal diferença a nível sistêmico foi o acirramento da crise financeira mundial a partir de 2008. A percepção da emergência do Brasil unida às

dificuldades financeiras que as principais potências tradicionais sofreram auxiliou, por exemplo, o protagonismo do país no G20 financeiro (VIZENTINI, 2013). Ademais, nesse mesmo ano, ocorreu a primeira reunião de chanceleres do BRICS e em 2009, Brasil, África do Sul, China e Índia (BASIC) se reuniram para tomar uma posição conjunta durante a conferência do clima ocorrida em Copenhague. Tais iniciativas foram utilizadas para sustentar a retórica da emergência brasileira no sistema internacional. Por fim, no segundo mandato de Lula houve tanto a manutenção da postura em relação às potências tradicionais, quanto à busca por cooperação maior em relação ao Sul Global (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Em níveis regionais, a assinatura do tratado constitutivo da Unasul em 2008, foi um marco na ampliação do horizonte regional brasileiro, uma vez que transformou a Casa, definitivamente, em um fórum político de diálogo para questões sul-americanas cujo escopo temático transbordou das áreas centrais de infraestrutura e logística para a busca de coordenação de várias questões, dentre as quais: a. A defesa e segurança regionais, através do Conselho de Defesa Sul-Americano, constituído em 2008; b. A estabilidade democrática, por meio do protocolo adicional de 2010 que instituiu a cláusula democrática; c. Os assuntos econômico-comerciais, através do Conselho de Economia e Finanças, estabelecido em 2011; d. A saúde, por meio do Conselho de Saúde Sul-Americano de 2008; e. A infraestrutura, através do Conselho de Infraestrutura e Planejamento (GALVÃO, 2009; VIZENTINI, 2013; MIRANDA, 2014).

Outra iniciativa a ser mencionada foi a realização da primeira reunião da Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC) sobre Integração e Desenvolvimento, ocorrida em 2008, na Costa do Sauípe, Brasil. Foi a primeira vez em que todos os trinta e três presidentes da América Latina se reuniram para discutir questões de integração e de cooperação no continente, em que receberam centralidade os temas voltados para a crise alimentar, financeira e energética da região (MIRANDA, 2014).

Em fevereiro de 2010 ocorreu uma cúpula convocada pelo Grupo do Rio e pela CALC que ficou decidido, através da Declaração da Cancun, a junção desses dois organismos em um único fórum de discussão, denominado de Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) (MIRANDA; RIBEIRO, 2015). Por fim, essas foram as principais linhas de atuação da diplomacia do segundo governo Lula quanto aos temas tratados por essa dissertação.

2.2.4.2 Usos Conceituais

Quanto aos usos conceituais, alguns traços se destacam. O primeiro foi o avanço institucional ocorrido com a transformação da Casa em Unasul, em 2008. Ele promoveu um espaço discursivo no qual diferentes perspectivas e significados foram articulados a fim de se criar uma coesão retórica entre os países acerca do edifício integrativo sul-americano. Significa não apenas o reforço da busca brasileira por liderança regional, mas também o resultado de um processo de negociação que permitiu com que esse fórum institucional trouxesse benefícios para todos os participantes (NOLTE; COMINI, 2016).

Em termos conceituais, a Unasul inaugurou um contexto institucional propício para a divulgação, a mimetização e a ressignificação do conceito de América do Sul a fim de se criar uma noção de identificação regional melhor estruturada. Nesse tema específico, Meunier e Medeiros (2013), após examinarem o tecido discursivo da Unasul, identificam a presença do uso de terminologias identitárias a fim de se constituir um sujeito coletivo com uma narrativa cíclica baseada em um passado, presente e futuro comum e com uma relevante dimensão normativa em termos de valores a serem seguidos pelos países do subcontinente, dentre os quais a democracia, o respeito aos direitos humanos e a superação do subdesenvolvimento.

No caso específico do Brasil, os supramencionados autores demonstram que a América do Sul foi vista com uma plataforma distinta, mas complementar à América Latina, muito embora, o discurso identitário prevaleça para o primeiro conceito mais do que para o segundo. Ademais, eles trazem evidências que sugerem que ao falar em objetivos da integração regional sul-americana, as três áreas mais mencionadas são a dimensão econômica, a social e a democrática, respectivamente.

A proposta da Unasul foi mais uma iniciativa brasileira que operacionalizou e alavancou as emissões ao conceito de América do Sul. Nesse segundo mandato, como se demonstrou nas linhas gerais do governo, houve iniciativas sob o signo da América Latina, dentre as quais a CALC e a Celac. Convém, então, agregar o entendimento de alguns autores sobre o seu impacto nos usos conceituais.

Para Miranda (2014), mesmo com a retomada da noção de América Latina, o conceito de América do Sul não sofreu grandes alterações, uma vez que a noção latino-americana veio de forma parcial, e em etapas, e a ideia de América do Sul continuou sendo mantida como a área de principal atuação da PEB. Para Santos (2014), não existe contrariedade entre ambos os conceitos, devido à atuação nacional nos vários tabuleiros existentes, pois a diplomacia sempre teve o cuidado de manter válidos os conceitos de universalismo e de geometria

variável, mesmo ao priorizar a noção sul-americana. Assim, a América Latina foi retomada, mas não houve expressivas alterações no grau de intensidade com a qual a América do Sul era mencionada.

Em resumo, a Era Lula, em termos de usos conceituais, foi a responsável por uma expressiva quantidade de menções à América do Sul dando não apenas continuidade à tradição iniciada por FHC, mas intensificando a saliência desse conceito a um grau tão significativo a ponto de se tornar consensual entre os especialistas em discursos da PEB a afirmação segundo a qual esse significante se tornou a primeira prioridade da retórica brasileira (COUTO, 2007; GALVÃO, 2009; SPEKTOR, 2010; RAMOS, 2012; MIRANDA, 2014; SANTOS, 2014; MIRANDA; RIBEIRO, 2015). Dessa maneira, em hipótese, é mais plausível que os resultados obtidos pela análise dos dados apontem para uma quantidade significativa maior de menções ao conceito de América do Sul em Lula do que em FHC.

2.2.5 Dilma Vana Rousseff (2011-2014)

2.2.5.1 Linhas gerais

Da mesma maneira que a transição do governo FHC para Lula veio acompanhada de uma série de questionamentos sobre os traços de mudanças e de continuidades entre ambos os governos no tocante à PEB, na transição de Lula para Dilma as mesmas questões foram feitas (MIRANDA; RIBEIRO, 2015; OLIVEIRA; SILVEIRA, 2015). Em termos gerais, a principal conclusão dos autores é a de que houve continuidade, mas com mudanças de ênfases no sentido em ter sido um governo menos propositivo e mais reativo aos constrangimentos internacionais (VIZENTINI, 2013; CERVO; LESSA, 2014; CORNETET, 2014; PAUTASSO; ADAM, 2014; SARAIVA, 2014; OLIVEIRA; SILVEIRA, 2015).

Ademais, embora não tenham ocorrido mudanças significativas na hegemonia da corrente autonomista no Itamaraty, em Dilma alguns traços do processo decisório em política externa foram alterados, como a deterioração das relações entre a presidente e o Itamaraty e a diminuição desse último na participação total do orçamento do Executivo, passando de 0,5% em 2003 para 0,28% em 2013 (SARAIVA; GOMES, 2016).

Além disso, o temperamento menos carismático da presidente em comparação com a espontaneidade do seu antecessor é uma variável que é lembrada pelos estudiosos (VIZENTINI, 2013; CERVO; LESSA, 2014; CORNETET, 2014). Isso está diretamente associado ao fato dela não desenvolver a vertente presidencial da diplomacia, como FHC e

Lula tinham feito. Ela não se dedicou pessoalmente às questões internacionais e quando o fez foi limitada às previsões protocolares da Constituição (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2015).

De tal maneira, “em 2011, por exemplo, durante a cúpula do IBAS, Dilma ‘perguntou a assessores qual era o sentido de ela, como presidente, estar ali’. Desde 2013, por falta de empenho da presidência brasileira, a cúpula entre os três parceiros não foi mais realizada” (SARAIVA; GOMES, 2016, p. 84). Outra evidência que demonstra o abandono da diplomacia presidencial na PEB são as viagens da presidente. Cornetet (2014) mostra que Dilma viajou 31% menos do que o primeiro mandato de Lula e 55% menos do que o segundo mandato do mesmo.

O perfil político de Dilma levou a uma atuação mais reativa do que propositiva, em que, embora os objetivos tenham sido mantidos, o ativismo para conquistá-los foi menor, havendo redução de empenho em relação à inserção internacional do país (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2015). Conquanto não tenha sido o único fator, isso auxiliou na diminuição do peso brasileiro na política internacional (SARAIVA, 2014); o que levou ao diagnóstico de que a PEB passava por um período de declínio após a sua fase emergente (CERVO; LESSA, 2014).

Outros fatores mencionados para explicar o declínio brasileiro no mandato de Dilma são a perda da capacidade indutora do Estado, da ausência de uma política estratégica de comércio exterior (CERVO; LESSA, 2014), o ambiente desfavorável interna e externamente (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2015) e o fato de que o papel de *agenda setting* no período não ficou nem com a presidência da república e nem com o Itamaraty²³ (SARAIVA, 2014).

Dessa forma, o ambiente desfavorável unido ao pouco ativismo diplomático e ao baixo perfil da presidente levaram ao não avanço do Parlasul²⁴, aos singelos avanços da Celac e do Mercosul (SARAIVA, 2014). No caso do último, entretanto, a questão que ocupou a agenda diplomática da PEB foi a adesão definitiva da Venezuela em 2012, após o processo de impeachment no Paraguai que levou à sua suspensão temporária.

²³ Essa indefinição na tomada de decisão provocou uma série de constrangimentos, descompassos e tímidas decisões em tal governo. Cf. SARAIVA (2014).

²⁴ O Parlasul ou parlamento do Mercosul foi criado em 2006 e tem como intuito ampliar a representação civil e democrática em decisões legislativas do bloco. O objetivo principal é eleger parlamentares de forma direta no âmbito dos Estados membros para que se amplie o conhecimento dos povos em relação ao bloco e à temática da integração regional. Entretanto, por estar em processo de incorporação, tais eleições ainda se dá pelo método indireto. Cf. MARIANO (2011).

2.2.5.2 Usos Conceituais

Apesar de ainda existir poucas pesquisas publicadas em relação à engenharia discursiva do governo Dilma e aos usos dos conceitos de América Latina e de América do Sul, os autores que já se dedicaram a essa questão concordam que, ao se comparar a retórica de Dilma com a de Lula, algumas diferenças podem ser percebidas, ao nível quantitativo e qualitativo (CORNETET, 2014; MIRANDA; RIBEIRO, 2015; SARAIVA; GOMES, 2016).

Na dimensão quantitativa, entende-se que a principal distinção entre os presidentes é o grau de intensidade com o qual os conceitos foram mencionados. Desse modo, mantêm-se a percepção de que a diplomacia exercida durante o governo Dilma foi reativa, em que o grau de saliência das pautas internacionais que estava alto no governo Lula declinou expressivamente e isso, por extensão, atingiu também o conceito de América do Sul que foi expressivamente atenuado (SARAIVA; GOMES, 2016).

Ademais, há mudanças na dimensão qualitativa no que diz respeito ao significado e à estrutura do discurso de América do Sul nesse mandato. Quanto a isso, Miranda e Ribeiro (2015) analisaram os discursos da presidente em três aspectos: as bases de uma identidade regional, a liderança brasileira e a constituição do outro discursivo. Concluem que houve continuidade em relação à noção de América do Sul como espaço prioritário em que a ênfase ao nível retórico continuou existindo, mas entendem também que houve traços de rupturas quando se percebe que os EUA foram menos mencionados como o outro identitário e o fato de ter havido o abandono da posição brasileira em se colocar como o líder da região.

De tal maneira, a conclusão a que chegam os autores é a mesma demonstrada nas linhas gerais do governo, houve continuidade na redução. A América do Sul continuou sendo mencionada como a principal prioridade da PEB, mas a intensidade com que essas emissões aconteceram foi significativamente diminuída (SARAIVA, 2014; MIRANDA; RIBEIRO, 2015; SARAIVA; GOMES, 2016).

Por conseguinte, essa redução do interesse na América do Sul faz com que tal noção seja menos, e não mais, valorizada do que foi na era Lula. De tal modo, os autores defendem que embora FHC tenha no seu segundo mandato inaugurado uma relevante política de valorização à noção sul-americana, foi a partir de Lula que essa valorização discursiva se elevou ao status de primeira prioridade que, por sua vez, foi continuada, mas de forma menos enfática em Dilma (COUTO, 2007; GALVÃO, 2009; SPEKTOR, 2010; SANTOS, 2014; MIRANDA; RIBEIRO, 2015; SARAIVA; GOMES, 2016), o que justifica a segunda hipótese de trabalho.

Haja vista, esse capítulo foi essencial não apenas por ter demonstrado os pontos teóricos que justificaram as duas hipóteses da pesquisa, mas também por ter apresentado um conjunto de eventos que são tidos como paradigmáticos na operacionalização dos conceitos aqui estudados. Desse modo, é necessário avançar para contribuição que essa dissertação almeja oferecer. Para tanto, os próximos capítulos se dedicam a apresentar, metodologicamente, os dados coletados e, em seguida, incorporar os resultados encontrados através da análise dos mesmos.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esse capítulo discute a operacionalização da pesquisa, os pressupostos, os dados e as técnicas utilizadas. Reportar isso é relevante uma vez que “a única forma de compreender e avaliar uma análise empírica completamente é conhecer o processo exato pelo qual os dados foram gerados e as análises produzidas” (KING, 1995, p. 444). O objetivo principal, portanto, é assegurar a legitimidade, a transparência e a replicabilidade dos resultados apresentados (ROCHA et al., 2013; JANZ, 2015).

3.1 Os Pressupostos

Em razão de se trabalhar com as palavras como evidências empíricas, o desenho da pesquisa assumiu uma série de axiomas que definiram os principais aspectos metodológicos para a análise dos pronunciamentos. O primeiro diz respeito à relação entre a quantidade de repetições de uma expressão e o interesse por trás da mesma, pois “é provável que exista alguma correlação entre o número de vezes que um incidente é mencionado e o seu impacto sobre a imagem que o emissor quer passar, ainda que ela não seja completa e invariável” (JERVIS, 1967 apud VILELA; NEIVA, 2011, p. 80). De tal maneira, entende-se que dentre todas as palavras presentes em um pronunciamento, “as mais citadas são as mais relevantes para o autor do discurso. No nosso caso, estamos assumindo que ela seja um indicador do grau de atenção, preocupação ou importância” (VILELA; NEIVA, 2011, p. 77) que a diplomacia brasileira deu para determinado signo regional.

A partir de tal pressuposto, os valores obtidos via quantificação das unidades textuais podem ser interpretados como indicadores que contribuem para empreender uma comparação numericamente exata do espaço discursivo dado para determinado tema através de técnicas voltadas para tal finalidade (WEBER, 1990; NEUENDORF, 2002; KRIPPENDORFF, 2004). Ademais, assim como instrumentos qualitativos explicam aspectos da realidade, ferramentas quantitativas também contribuem para revelar mudanças nas narrativas retóricas, não por meio da identificação de metáforas, analogias e construções argumentativas, mas através dos interesses subjacentes ao variar as menções a conceitos em distintos períodos (WEBER, 1990; OPPERMANN; SPENCER, 2013).

Portanto, segue-se a tradição inaugurada pela Análise de Conteúdo e ramificada em uma série de outras linhas de pesquisas, como as narrativas quantitativas (*quantitative narratives*) e a análise de saliência (*salience analysis*). No caso da primeira, trata-se de

selecionar algum conceito ou característica que esteja presente na construção identitária e discursiva de um agente e aplicar técnicas quantitativas que forneçam valores numéricos predispostos longitudinalmente a fim de se identificar como aquele agente construiu uma narrativa para o conceito analisado.

Nesse aspecto, as variações são interpretadas como indicadores importantes. Isso porque não seria obra do acaso haver períodos em que uma ideia é emitida mais ou menos, os emissores são racionais e, portanto, a alteração na oferta de um conceito se dá em função do interesse por trás do mesmo (ELLIOTT, 2005).

No caso da segunda linha de pesquisa, a análise de saliência pressupõe que um agente possui uma cognição escassa e que, portanto, precisa dar preferência a um número limitado de questões e decisões.

Desse modo, considera-se que o grau de saliência é definido pela frequência de emissões, quanto mais uma questão se torna relevante em um contexto social, mais ela será debatida e, portanto, mencionada. Isso permite que ela seja mensurada por técnicas específicas e comparada com o grau de saliência de outras questões, hierarquizando as pautas de uma agenda discursiva (OPPERMANN; SPENCER, 2013).

Convém agregar que, embora ambas as perspectivas tenham influenciado traços significativos dessa dissertação, a principal técnica metodológica que regeu o desenho de pesquisa foi a Análise de Conteúdo, que mais à frente será discutida.

Haja vista, essa dissertação propõe demonstrar, por meio de frequências numéricas, como a diplomacia brasileira constituiu uma narrativa em torno dos conceitos de América Latina e de América do Sul na dimensão temporal, adotando como critério básico a variação no grau de saliência que ambos os conceitos sofreram. Em síntese, os resultados apresentados no próximo capítulo dependem desses axiomas que sustentam o desenho dessa pesquisa, mas também da maneira pela qual as variáveis foram operacionalizadas, os dados manuseados e as técnicas utilizadas. Nesse sentido, as próximas seções discutem cada um desses pontos.

3.2 O Desenho de Pesquisa e a Operacionalização das Variáveis

O estudo conduzido para essa dissertação foi observacional, cujo corte foi uma série temporal que abrangeu os anos de 1995 a 2014. Conforme visto antes, a partir da problemática por trás do uso, desuso e reuso de quadros conceituais, formulou-se a seguinte questão de investigação: Como se deu a variação na utilização dos conceitos de América Latina e de América do Sul no discurso da diplomacia brasileira de 1995 a 2014? Para

respondê-la, duas hipóteses foram estabelecidas com base na literatura mobilizada nos capítulos anteriores.

A primeira alude que as menções ao conceito de América do Sul foram maiores do que as menções ao conceito de América Latina, já que os termos sul-americanos teriam ganhado mais saliência no espaço discursivo da diplomacia do que os termos latino-americanos. A literatura sugere que, durante o corte temporal estudado, a plataforma sul-americana teria alcançado o *status* de primeira prioridade da PEB (SANTOS, 2005, 2014, COUTO, 2006, 2007; GALVÃO, 2009; SPEKTOR, 2010; CABALLERO SANTOS, 2011; TEIXEIRA, 2011; RAMOS, 2012; MIRANDA, 2014). Cabe salientar que, nesse caso em particular, a variação no grau de intensidade existente entre os cinco mandatos presidenciais que compreendem o recorte temporal dessa dissertação não foi levada em consideração, porque o objetivo aqui é comparar a saliência total dada a cada um dos conceitos.

Por outro lado, é na segunda hipótese que essa variação entre os mandatários analisados torna-se relevante. Quanto a isso, é esperado que as menções ao conceito de América do Sul sejam maiores durante os dois mandatos de Lula do que em qualquer outro governo do período, conforme indica parte da literatura sobre o tema (SANTOS, 2005, 2014, COUTO, 2006, 2007; GALVÃO, 2009; SARAIVA, 2010; MIRANDA, 2014; MIRANDA; RIBEIRO, 2015)

As menções aos conceitos de América Latina e de América do Sul são as duas variáveis dependentes dessa pesquisa. Elas foram operacionalizadas a partir da Análise de Conteúdo, via construção de um dicionário que codifica as palavras e expressões representativas do tema (KRIPPENDORFF, 2004), definindo quais signos linguísticos seriam contabilizados e numericamente reportados nas distribuições de frequências referentes a cada uma das duas variáveis, mensurando-as de modo quantitativo e discreto. O quadro abaixo representa tal operacionalização.

Quadro 1 – Operacionalização das Variáveis Dependentes.

Variável Dependente	Termos Operacionalizadores
Conceito de América Latina	América Latina, latino-american*
Conceito de América do Sul	América do Sul, sul-american*

Fonte: Elaboração do autor.

Ao pensar na forma de codificar as duas variáveis dependentes, utilizaram-se critérios mencionados por Neuendorf (2002). Segundo ele, deve prevalecer o equilíbrio e a parcimônia na alocação dos termos. Equilíbrio, no sentido de não enviesar os valores das variáveis via

agregação desigual de palavras. E quanto à parcimônia, o objetivo é priorizar a simplificação e a elegância em detrimento da prolixidade e da verborragia.

Além do mais, é necessário que os códigos sejam mutuamente excludentes. Isso significa dizer que uma mesma expressão não pode caracterizar mais de uma variável, de forma que as palavras usadas para definir a pertinência à América Latina não podem ser as mesmas usadas para delimitar a pertinência à América do Sul. Convém notificar que a busca foi feita em todos os idiomas usados nos discursos, a saber, português, inglês, espanhol e francês. Por fim, o asterisco indica que foram levadas em consideração as variações de gênero (masculino, feminino) e número (singular e plural) das expressões.

Ambas as variáveis dependentes foram analisadas longitudinalmente. As variáveis independentes utilizadas para comparar e explicar a trajetória de ambos os conceitos foram duas: o corte temporal e os mandatos presidenciais. Quanto à primeira, ela é basilar tanto para descrever o comportamento geral da utilização dos conceitos quanto para testar a hipótese sobre a saliência da América do Sul ter sido maior do que a da América Latina. Ela foi mensurada semestralmente e embora os gráficos exponham os valores de todos, optou-se por rotular apenas os segundos semestres dos respectivos anos. Isso facilita a visualização gráfica sem abrir mão de apresentar os resultados do ano de 1995, que só possui dados referentes ao segundo semestre. Quanto à segunda variável independente, ela permitirá categorizar o tempo em governos e, então, testar a hipótese que afirma que o conceito de América do Sul foi mais utilizado na era Lula do que em qualquer outro mandatário presidencial do período.

Em suma, esses foram os critérios adotados para operacionalizar as variáveis e, desse modo, não enviesar os resultados obtidos, desenhando, então, uma pesquisa séria e robusta. Para isso, os dados e as técnicas utilizadas também influenciaram consideravelmente a natureza dessa dissertação, o restante do capítulo aprofunda esses pontos.

3.3 Os Dados

Uma das principais contribuições que essa dissertação buscou oferecer à sua temática de pesquisa foi testar o entendimento dos autores com uma base sistemática e numericamente expressiva de evidências discursivas. Para isso, a teoria estatística sugere duas possibilidades de coletar e de trabalhar com os dados. A primeira é identificar uma população de discursos, selecionar randomicamente uma amostra representativa dela, aplicar as técnicas de pesquisa e os testes de hipóteses e, por fim, verificar o grau de significância dos resultados através das

medidas derivadas de testes probabilísticos inferenciais, cujos valores obtidos são chamados de estatísticas (DANCEY; REIDY, 2013; WASSERSTEIN; LAZAR, 2016).

A segunda, por sua vez, trata-se de identificar a população de discursos, coletá-la inteiramente, aplicar as técnicas de pesquisa, testar as hipóteses via medidas descritivas e, por fim, reportar os resultados sem necessitar da verificação probabilística, uma vez que os resultados já são parâmetros populacionais provenientes de um estudo de censo²⁵ (KRIPPENDORFF, 2004; FIELD, 2009; DANCEY; REIDY, 2013; FIGUEIREDO FILHO et al., 2013).

Fazer essa remissão didática é importante porque há um relevante debate, entre os pesquisadores que utilizam a Análise de Conteúdo acerca da plausibilidade, da validade e dos limites dos resultados das análises amostrais. Segundo Neuendorf (2002), o problema em utilizar apenas os valores probabilísticos para generalizar resultados encontrados via Análise de Conteúdo não é matemático, mas ontológico, porque as descobertas obtidas pela análise dos textos se limitam à realidade textual examinada. As palavras são facilmente produzidas e são mais voláteis do que outros tipos de conteúdo. Em função disso, realizar inferências e generalizações apenas a partir de uma amostra e da significância de seus testes de hipóteses seria, segundo o autor e no caso específico das análises textuais, um processo inferencial não empírico e sem o suporte dos dados, fato que fere a filosofia da ciência²⁶.

Perante essa questão acerca da especificidade ontológica subjacente à produção discursiva *versus* a matematicidade da generalização probabilística, aqui, buscou-se identificar uma determinada população de discursos diplomáticos e nela realizar uma pesquisa de censo. No sítio virtual do Itamaraty²⁷, há uma seção de documentos chamados “Resenhas de Política Exterior do Brasil” que são publicações institucionais e oficiais disponibilizadas semestralmente com pronunciamentos do segundo semestre de 1995 ao segundo semestre de 2014, fato que definiu o recorte temporal adotado.

Essas resenhas foram editadas e organizadas pela Coordenação de Documentação Diplomática do Departamento de Comunicações e Documentação do MRE. Elas contêm

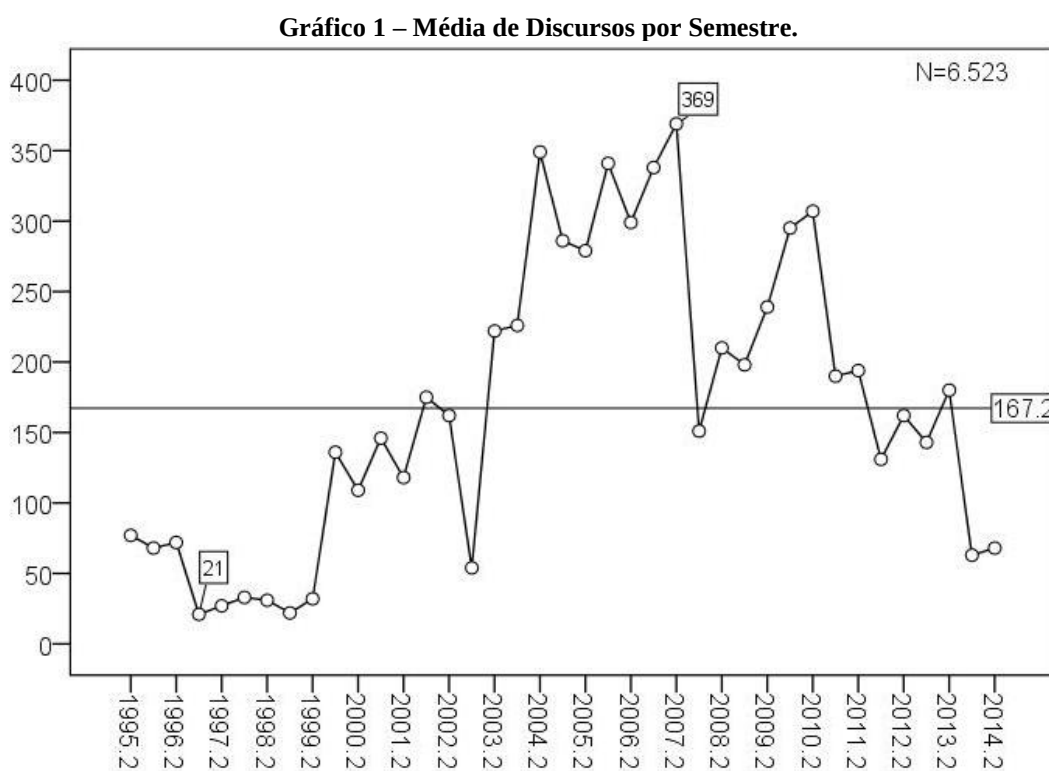
²⁵ Censo aqui pode ser definido como “um corpo de textos que incluem todos os componentes da sua espécie [...] os analistas não fazem quaisquer escolhas quanto ao que incluir ou excluir” (KRIPPENDORFF, 2004, p. 120).

²⁶ O preferível é que se faça um estudo de censo, entretanto, isso nem sempre é viável. Nesse caso, é plausível utilizar um desenho de pesquisa inferencial que utilize medidas de probabilidade para decidir sobre a representatividade e significância do resultado obtido quanto ao comportamento esperado na população. Cf. FIGUEIREDO FILHO et al., 2013. Não obstante, perante as questões acima levantadas, os especialistas em Análise de Conteúdo aqui utilizados sugerem que se aja com cautela na generalização dos resultados, que seja feito um debate profundo sobre a validade e os limites dos valores obtidos. Ademais, que se busquem outros indicadores para sustentar os resultados textuais encontrados.

²⁷ Acessado em: <http://www.itamaraty.gov.br/resenha-de-politica-exterior-do-brasil?lang=pt-BR>

todas as conversações do arcabouço diplomático de determinado semestre, como discursos, palestras, comunicados, acordos assinados, entrevistas, notas, etc. No tocante aos temas, eles são plurais. Envolvem, portanto, tudo que esteve nas pautas da agenda diplomática da época, desde segurança internacional, integração regional, direitos humanos, relações multilaterais e bilaterais, meio ambiente, entre outras. Além disso, no que diz respeito aos atores, há textos provenientes dos principais envolvidos no processo decisório da PEB, como o Presidente da República, o Ministro de Relações Exteriores, o Secretário Geral do MRE e de uma série de embaixadores.

Por conseguinte, essa é a população de interesse dessa dissertação. Dessa maneira, ao se falar em discursos da diplomacia brasileira se está fazendo referência unicamente aos textos contidos nas Resenhas de Política Exterior do Brasil, que podem ser consultados na página virtual do MRE. Os valores obtidos e os testes de hipóteses dizem respeito apenas a essa população. Embora pareça ser um limite significativo, cabe lembrar que, atualmente, esse é o único banco de dados oficial e institucional que reúne um conjunto numericamente tão expressivo das comunicações diplomáticas brasileiras, representado pelo gráfico 1.

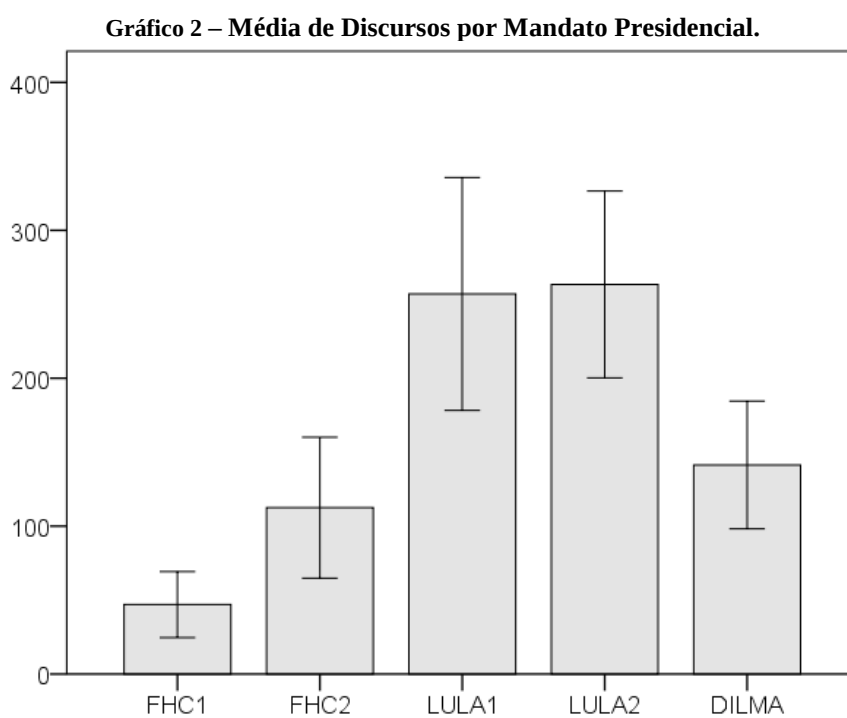


Fonte: Elaboração do autor.

Há um total de 6.523 discursos disponibilizados em 39 documentos, cada um representando um semestre. A linha horizontal mostra que a média de textos é,

aproximadamente, 167,2. Embora isso gere uma expectativa em torno desse número como de referência para cada semestre, há um padrão de alta variação que gera grande assimetria entre os valores. Isto se confirma quando se olha para o desvio padrão de 104,6 e para a distância entre o menor e o maior número de pronunciamentos, respectivamente, 21, no primeiro semestre de 1997, e 369, no segundo semestre de 2007²⁸.

Além disso, o gráfico aponta para uma diferença na disponibilidade de pronunciamentos da diplomacia exercida durante os governos de FHC, Lula e Dilma. Para perceber isso, basta utilizar a linha horizontal como referencial de análise. Nesse caso, há observações que se distanciam, tanto para cima, quanto para baixo, do esperado pela linha que demarca a média de discursos. Essa é uma característica da disposição dos dados que merece ser visualizada e discutida mais profundamente. Para isso, o gráfico 2 informa qual foi em média a quantidade de discursos da diplomacia de cada mandato presidencial, bem como a variabilidade dos valores via a mensuração dos erros em um intervalo de confiança de 95%.



Fonte: Elaboração do autor.

²⁸ Como a assimetria entre os valores é alta, poderia ser mais adequado trabalhar com a mediana, já que ela não é tão sensível a valores extremos, entretanto, considera-se que a diferença entre a média (167,2) e a mediana (162) não é tão significativa a ponto de distorcer a característica central da distribuição (FIELD, 2009).

De fato, há uma diferença numérica expressiva no número de discursos que compõem cada um dos cinco governos analisados²⁹. Percebe-se que a média de pronunciamentos dos dois mandatos de Lula foi significativamente maior do que a média dos governos de FHC e de Dilma. Igualmente, ao transferir a análise da média para a soma total de textos coletados, percebe-se que, enquanto o primeiro mandato de FHC representou, aproximadamente, 5% do total de discursos analisados, o segundo mandato de Lula é responsável por aproximadamente 32% desse mesmo total. As barras de erro apresentadas, por sua vez, refletem tal variação entre os mandatos presidenciais, pois reasseguram a existência de diferenças nas médias das gestões. Mais detalhes podem ser vistos na tabela 1.

Tabela 1 – Descritivos da Quantidade de Discursos por Mandato Presidencial.

	FHC1	FHC2	LULA1	LULA2	DILMA
N	7	8	8	8	8
Mínimo	21	22	54	151	63
Máximo	77	175	349	369	194
Média	47	112,5	257	263,3	141,3
Desvio Padrão	24,1	57	94,1	75,5	51,6

Fonte: Elaboração do autor.

Os descritivos transparecem numericamente as assimetrias entre as gestões presidenciais e demonstram que a variação no mínimo, no máximo e na média de discursos coletados para cada um dos mandatários não é desprezível. Essa constatação, por sua vez, levanta a seguinte questão: Essa assimetria na quantidade de discursos coletada para cada um dos mandatos presidenciais não seria um viés interveniente nos resultados futuros obtidos?

Nós não sustentamos essa visão. Primeiramente, por se tratar de dados de censo, essa diferença está ligada a uma característica inerente à população. Ou seja, nela, a diplomacia durante os dois mandatos de Lula esteve mais interessada em aumentar a sua quantidade retórica, ao passo que, durante os mandatos de FHC e de Dilma, esse interesse foi menor. Além disso, mesmo que essa lógica argumentativa não seja aceita como válida, cabe salientar que, ainda que haja algum enviesamento na coleta dos dados, ele não foi produto voluntário ou exógeno do pesquisador, mas da própria instituição estatal, o Itamaraty, que disponibilizou

²⁹ Esse resultado poderia ser explorado nas pesquisas voltadas para a temática específica da diplomacia presidencial no Brasil para testar as afirmações teóricas de que Lula exerceu a vertente presidencial da diplomacia muito mais do que FHC e Dilma (PRETO, 2006; DANESE, 2009; SATO, 2015). Em geral, usa-se como indicador o número de viagens presidenciais. O que, entretanto, os dados trazidos sugerem é que parece pertinente utilizar também o número de discursos pronunciados como outro indicador desse mesmo fenômeno. Para isso, seria preciso discriminar a quantidade de textos que foram mencionados apenas pelos presidentes, esforço que não foi feito aqui já que esse não é objetivo dessa pesquisa.

essa coleção desigual de discursos. Por fim, convém lembrar que tal questão já foi enfrentada por outros pesquisadores que chegaram à conclusão que:

Duas explicações principais podem ser dadas para essa diferença de frequência entre os dois governantes. A primeira decorre do fato de que Lula viajou substancialmente mais e recebeu mais representantes de outros países do que FHC, o que teria gerado mais manifestações. O segundo motivo deve-se à própria característica pessoal de cada um deles: Lula parece ter um gosto maior pelo discurso do que FHC. Apesar da assimetria, acreditamos que isso não gerará qualquer viés de seleção, já que o número de casos é razoavelmente grande, até mesmo para este último. Trata-se de uma fonte de dados muito abrangente e que poderá nos dar uma ideia bem aproximada do pensamento dos dois presidentes, das políticas externas adotadas em seus governos e da sua evolução ao longo do tempo (VILELA; NEIVA, 2011, p. 76–77).

Enfim, é necessário reportar algumas observações quanto ao manuseio dos dados. Majoritariamente, os documentos disponibilizados pelo Itamaraty vieram em arquivos textualmente editáveis, o único processo pelo qual passaram foi a conversão da extensão original em formato de documento portátil ou *Portable Document Format* (PDF) para arquivo de texto (txt), otimizando, então, as buscas feitas pelo QSR NVivo8.

No entanto, alguns arquivos estavam em formato de imagem, não textualmente selecionáveis e, portanto, inviabilizando a contabilização das palavras. Para solucionar isso, esses documentos específicos foram submetidos a mais um processo de conversão, via reconhecimento ótico de caracteres, *Optical Character Recognition* (OCR) através dos recursos fornecidos pelo Wondershare PDF Converter. Essa é uma tecnologia que transforma imagens em caracteres textuais editáveis, sem os quais não seria possível fazer buscas e obter os valores numéricos das menções conceituais.

Como os autores que utilizam a Análise de Conteúdo sugerem que se reportem todas as conversões pelas quais os dados foram submetidos (WEBER, 1990; KRIPPENDORFF, 2004), a tabela 2 distingue quais foram os documentos submetidos a um processo de conversão além do de PDF para txt.

Tabela 2 – Documentos primeiramente convertidos para OCR.

DOCUMENTO (PDF → OCR → TXT)	NÚMERO DE DISCURSOS
1997.2	27
1998.1	33
1998.2	31
1999.1	22
1999.2	32
2003.1	54
2003.2	222

Fonte: Elaboração do autor.

Esses sete arquivos foram convertidos do formato original, PDF, para OCR e só depois para txt. Como essa tecnologia ainda está em desenvolvimento, é comum haver erros de interpretação, causando letras trocadas e palavras ortograficamente mal escritas, que, por seu turno, altera os resultados numéricos das buscas. Para sanar isso, foi realizada uma revisão textual em cada um dos documentos.

Haja vista, são essas as características e processos pelos quais os dados foram submetidos. Eles foram relevantes não apenas na definição do recorte temporal a ser utilizado, mas também no fato de se realizar um estudo de censo, com teste de hipóteses via medidas descritivas. Por fim, o último elemento que influenciou o desenho de pesquisa e o manuseio dos dados foi a Análise de Conteúdo, tema que encerra esse capítulo.

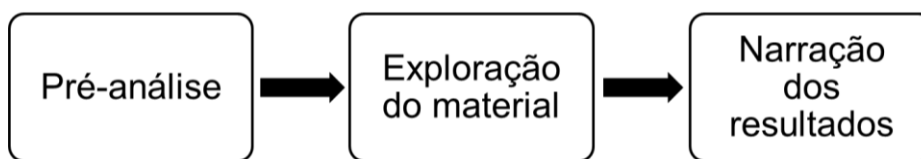
3.4 As Técnicas

A principal técnica utilizada foi a Análise de Conteúdo. Trata-se de um instrumental de pesquisa que permite reduzir as palavras a determinadas categorias temáticas e, então, considerá-las como um indicador quantitativo acerca da importância das diferentes categorias em determinado espaço textual (WEBER, 1990):

A Análise de Conteúdo é uma análise quantitativa e sumarizante de mensagens que se baseia no método científico (incluindo atenção à objetividade-intersubjetividade, a um desenho de pesquisa definido anteriormente, à confiabilidade, à generalização, à replicabilidade e ao teste de hipóteses) e não é limitada quanto aos tipos de variáveis que podem ser mensurados ou o contexto ao qual as mensagens são criadas e apresentadas (NEUENDORF, 2002, p. 10).

Para isso, ela fornece uma série de ferramentas como a contagem de frequência de palavras, palavras-chave em contexto (*Key-word-in-context*), listas de palavras, concordâncias, classificação de palavras em categorias, contagem de categorias, cobertura (*coverage*), análises estatísticas, entre outras (WEBER, 1990). Cada um desses instrumentos fornece subsídios específicos, de modo que a escolha de quais utilizar depende dos objetivos definidos no desenho de pesquisa. A Análise de Conteúdo, portanto, se apresenta como um modelo de raciocínio (*framework*) específico para extrair as informações almejadas via evidências textuais. Para tanto, Bardin (2011) sugere que haja um planejamento cauteloso que permita que três componentes possam ser claramente delimitados, conforme a figura 2 a seguir.

Figura 2 – Componentes da Análise de Conteúdo.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Bardin (2011)

A primeira fase tem como objetivo a coleta dos discursos, a formulação da questão de investigação e de suas respectivas hipóteses, bem como as escolhas quanto à operacionalização das variáveis (BARDIN, 2011). Em outras palavras, é a elaboração de um desenho de pesquisa que siga, rigorosamente, os padrões do método científico. Essa discussão já foi incorporada nesse capítulo nas seções 3.2 e 3.3.

A segunda etapa de uma Análise de Conteúdo é a exploração do material. O que se objetiva com esse componente é que as decisões que foram pré-estabelecidas no desenho de pesquisa sejam aplicadas sobre o corpo textual, partindo da teoria para prática (BARDIN, 2011). Nesse momento, o foco é contabilizar as palavras e transformá-las em variáveis cujo nível de mensuração seja quantitativo e discreto. Para isso, as operações computacionais são executadas, o que, no contexto dessa dissertação, significa realizar os seguintes passos: a. Inserir o método de entrada que é o dicionário do quadro 2; b. Realizar as buscas via *software*; c. Receber, como método de saída, duas medidas, a de cobertura (*coverage*) e a de valores numéricos discretos.

As medidas de cobertura são porcentagens que representam o espaço dado para determinadas palavras no todo textual. Desse modo, um valor de 100% na categoria X significa que ela dá conta de todas as palavras do discurso e um valor 0% significaria que a mesma não foi demandada em parte alguma do texto. Esses números trazem um resultado específico: o de permitir saber se os conceitos de América Latina e de América do Sul ocupam parcela significativa no todo discursivo da diplomacia ou se são responsáveis apenas por uma baixa porcentagem do mesmo.

Quanto aos valores numéricos discretos, eles se referem à quantidade de vezes em que as variáveis dependentes foram pronunciadas pelos emissores dos discursos em cada um dos 39 semestres que correspondem aos anos de 1995 a 2014³⁰. Com tais resultados, um banco de

³⁰ Convém lembrar que o ano de 1995 apenas contém discursos referentes ao seu segundo semestre.

dados foi construído e a análise deixou de ser centrada no conteúdo das palavras e passou a se focar nas distribuições obtidas.

A terceira e última fase da Análise de Conteúdo está embasada inteiramente no banco de dados criado. É nesse momento que ocorrem os processos de inferência e de interpretação. Para tanto:

Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos. Operações estatísticas simples (percentagens), ou mais complexas (análise factorial) [sic], permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise (BARDIN, 2011, p. 101).

Esse estágio é marcado pela visualização gráfica dos dados, a apresentação das características principais da distribuição via medidas descritivas, como a média e o desvio padrão, e a realização do teste de hipóteses que, por ser de um estudo de censo, não se baseia em processos da estatística inferencial, em razão dos valores obtidos já se caracterizarem por serem parâmetros representativos da população de estudo (DANCEY; REIDY, 2013).

De tal maneira, gráficos de linha, de barra, de erro e de pizza serão basilares para a extração das informações almejadas, tais quais: a. Saber a diferença, em cada semestre, da utilização dos conceitos de América Latina e de América do Sul; b. Saber quanto se utilizou de cada um dos conceitos em cada mandato presidencial; e, c. Saber, no geral, qual o conceito foi mais e qual foi menos utilizado.

Além disso, foi criada uma variável que contém o resultado da subtração entre os valores das menções ao conceito de América Latina menos os das menções ao conceito de América do Sul. Há três possibilidades numéricas. Um valor positivo significa que se falou mais em América Latina do que em América do Sul. Um resultado negativo indica que a América do Sul foi mais utilizada do que a América Latina. E, por fim, o valor zero diz que houve equilíbrio na utilização dos conceitos, em que nenhum foi mais demandado do que outro. Isso será importante por facilitar a visualização de quais são os semestres em que há as maiores e menores distâncias em relação às diferenças médias dos usos conceituais.

Por fim, é preciso incorporar duas questões sobre os resultados obtidos pela Análise de Conteúdo: a validade (*validity*) e a confiabilidade (*reliability*). O primeiro pode ser definido como o grau de correspondência entre a categoria mensurada e o conceito abstrato ao qual ela se refere (WEBER, 1990). Aqui, a pergunta a ser feita é se o que foi mensurado é realmente o que se pretendeu medir. Um trabalho pode ser validado em três dimensões: a de face, a social e a empírica (KRIPPENDORFF, 2004).

Se o esquema apresentado pela pesquisa for tido como óbvio, plausível e elementar apenas pela fisionomia da pesquisa, diz-se que houve um tipo de *face validity*, que se trata da impressão de que os resultados são corretos, pois aquilo parece legítimo. A segunda dimensão da validade é a social. Uma investigação é socialmente válida quando as suas descobertas trazem contribuições importantes para o contexto social ao qual ela se insere e se refere. Por fim, a terceira dimensão da validade é a empírica. Ela acontece quando as evidências disponíveis e a teoria estabelecida dão respaldo para o processo inferencial apresentado na pesquisa. Isto é, ela deve ser considerada empiricamente válida quando as suas contribuições e seu processo inferencial partem do rigor científico e da neutralidade axiológica (WEBER, 1990; KRIPPENDORFF, 2004).

Quanto à confiabilidade de um trabalho, ela se configura caso exista uma resposta positiva à seguinte questão: Se essa análise for replicada múltiplas vezes em distintos lugares usando outros softwares, mas a partir da mesma metodologia apresentada, os resultados permanecerão constantes? (NEUENDORF, 2002). Em geral, no caso específico da Análise de Conteúdo, os debates se concentram no processo de codificação das variáveis, isto é, se os termos e palavras escolhidos para operacionalizá-las captam adequadamente o seu teor no texto analisado.

Via de regra, as respostas para ambas as questões são dadas tanto pelo julgamento dos pares acadêmicos, quanto do processo evolutivo incremental que é próprio do campo científico. Depende também das conclusões de possíveis trabalhos futuros que repliquem essa pesquisa, que a complemente ou a contraste com novas evidências derivadas de outros testes de hipóteses e disponibilização de novos dados.

Por fim, em termos epistemológicos, os pressupostos e as ferramentas metodológicas utilizadas em nenhum momento contradizem a linha construtivista adotada. Por exemplo, os dois principais autores construtivistas utilizados nessa dissertação, a saber, Alexander Wendt e Emanuel Adler; empregam metodologias “positivistas” em suas análises. Além disso, pressupõe-se que se a identidade, as ideias e os interesses são realmente construções históricas e sociais que foram materializadas e transmitidas por meio de discursos (WENDT, 1994, 1999; ADLER, 1999); então, é plausível esperar que haja variações na frequência com que os conceitos são ofertados para as audiências de acordo com a evolução da construção desses mesmos fatores ideacionais (WEBER, 1990).

Em outras palavras, se a diplomacia brasileira passou a se interessar mais pela utilização da América do Sul como quadro conceitual, então, por consequência, haverá construções discursivas que demandarão mais termos referentes a essa ideia, já que para

persuadir é preciso comunicar. Isso, por sua vez, poderá ser mensurado através das ferramentas aqui adotadas.

Em síntese, partindo da premissa de que para ser considerada científica uma pesquisa precisa garantir que seus procedimentos sejam públicos (KING; KEOHANE; VERBA, 1994), esse capítulo descreveu quais foram as principais etapas e decisões metodológicas adotadas para a obtenção dos resultados. O próximo capítulo, por sua vez, os apresenta e os discute, cumprindo, portanto, com os objetivos definidos na introdução dessa dissertação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

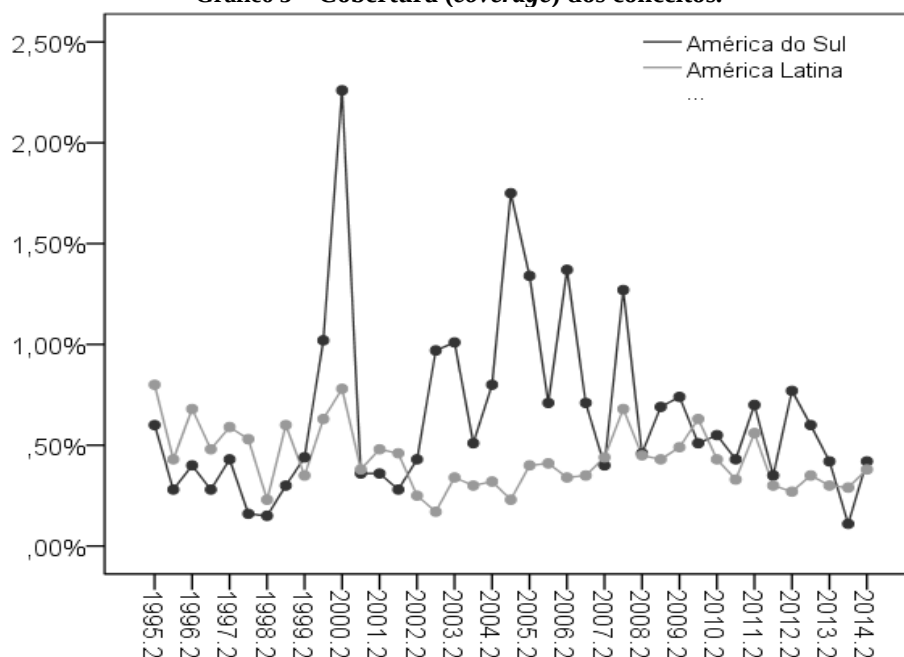
O propósito desse capítulo é incorporar a análise dos dados e apresentar novas evidências que permitam incrementar o campo científico ao qual o tema dessa dissertação faz parte. Por conseguinte, essa seção traz uma série de contribuições que abrangem desde a descrição do comportamento longitudinal das variáveis até os testes das hipóteses, bem como a comparação entre os valores numéricos obtidos e os eventos tidos como paradigmáticos pelos autores mobilizados.

Em termos de estrutura, duas partes dividem o texto. A primeira é a dos resultados, em que o objetivo é introduzir as evidências geradas e fazer uma discussão sucinta das mesmas e de como elas permitem verificar as duas hipóteses de trabalho. A segunda parte, por sua vez, empreende a interpretação dos dados incorporados anteriormente. Desse modo, o ponto central é debater acerca das implicações dos indicadores apresentados para a temática problematizada nessa dissertação.

4.1 Resultados

A Análise de Conteúdo forneceu duas espécies de distribuições numéricas que foram fundamentais para a realização dos objetivos subjacentes ao desenho dessa pesquisa. A primeira delas foi o conjunto de valores denominados cobertura (*coverage*), que informa a fatia percentual das variáveis dependentes frente ao total de palavras do tecido textual. Salientamos que esse não é um resultado conclusivo, apenas indicativo. O propósito que temos ao apresentá-lo não é afirmar nada sobre centralidade conceitual, mas apenas demonstrar que essa pode ser uma forma de pesquisar graus de saliência na constelação enunciativa da agenda discursiva dos tomadores de decisão brasileiros em assuntos de política externa.

Entretanto, para ter resultados conclusivos seria necessário, justamente, encontrar uma estratégia para identificar a referida constelação enunciativa. Isso, por seu turno, exigiria um desenho de pesquisa com numerosas variáveis e exclusão de palavras comuns, como preposições, adjetivos, conjunções e pronomes. Como isso não foi realizado, aqui, o gráfico 3 deve ser interpretado apenas como uma visualização procedimental para pesquisas posteriores.

Gráfico 3 – Cobertura (*coverage*) dos conceitos.

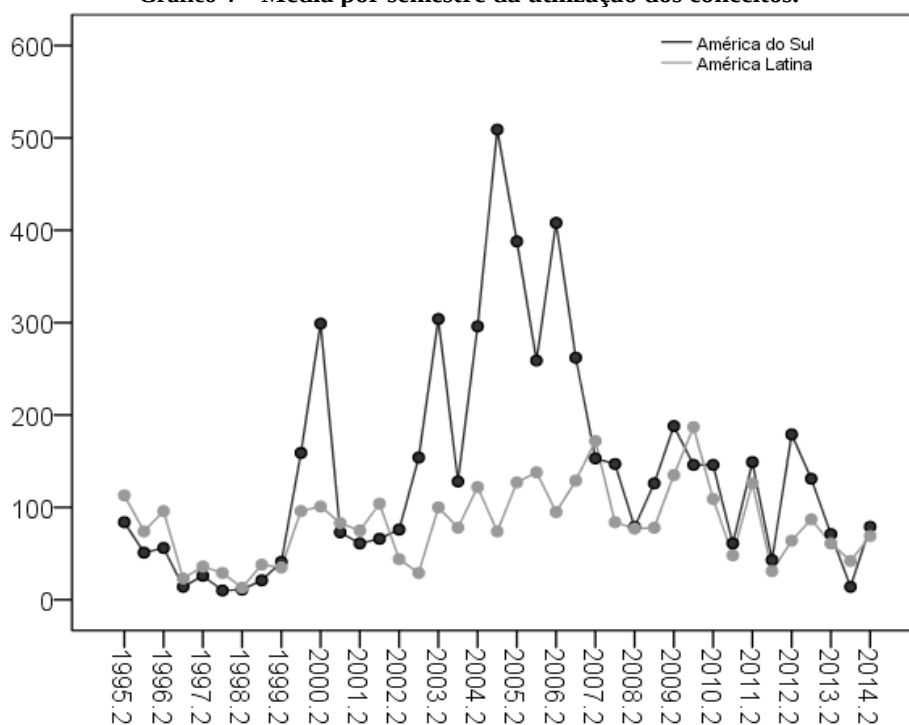
Fonte: Elaboração do autor.

Em média, o conceito de América do Sul ocupou 0,64% e o de América Latina 0,43% do todo do tecido retórico dos tomadores de decisão, com desvio padrão de 0,44% e 0,15%, respectivamente. De fato, a noção de América Latina, em nenhum semestre, foi responsável por uma fatia maior ou igual a 1% do conjunto textual. No caso da América do Sul, das 39 observações, apenas em seis delas que o conceito empossou uma parcela maior ou igual a 1% do todo textual. Ainda assim, em nenhum caso, ele representou mais do que 2,26% do espaço textual da população analisada.

O que esses dados sugerem? Infelizmente, pouca coisa. Assim, se, por um lado, não se pode dizer que ambos os conceitos ocuparam um espaço importante no discurso da PEB, por outro lado, também é impreciso afirmar que eles não ocuparam um espaço relevante. Ora, para verificar ou falsear tal questão, seria necessário fazer uma pesquisa mais robusta cujo problema central de investigação fosse mensurar os variados conceitos utilizados pela diplomacia e, então, comparar o grau de saliência de todos eles, hierarquizando, tematicamente, os mesmos. Então, os valores de cobertura apresentados servem apenas como uma perspectiva que essa dissertação fornece para comparar prioridades e ênfases discursivas da PEB.

Outro resultado adquirido através da Análise de Conteúdo foi a frequência de menções aos conceitos pesquisados e a partir desses valores, foram extraídas informações acerca da população e realizados os testes de hipóteses. A seguir, o gráfico 4 que os apresenta:

Gráfico 4 – Média por semestre da utilização dos conceitos.



Fonte: Elaboração do autor.

O gráfico 4 expõe a trajetória semestral da utilização dos conceitos de América Latina e de América do Sul na agenda discursiva da diplomacia brasileira. A partir dele, duas classes de observações podem ser feitas. A primeira trata dos aspectos centrais das distribuições e a segunda das continuidades e rupturas nos usos conceituais. Quanto à primeira, o procedimento mais adequado é identificar os valores descritivos da população, pois eles representam as propriedades fundamentais da predisposição dos dados, indicados na tabela 3.

Tabela 3 – Estatística Descritiva.

Variável	N	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação
América Latina	39	13	187	82,6	78	41,1	0,49
América do Sul	39	10	509	140,2	126	120,1	0,85

Fonte: Elaboração do autor.

Em média, a América Latina (82,6) foi menos mencionada do que a América do Sul (140,2). Através desse critério já se tem uma noção acerca da plausibilidade da hipótese que afirma que o segundo conceito foi mais utilizado do que o primeiro. Ademais, a primeira variável teve uma variação geral significativamente menor do que a segunda. Prova disso, é o alto valor do desvio padrão do conceito de América do Sul (120,1) em comparação com a

dispersão do conceito de América Latina (41,1), refletindo as oscilações visualmente perceptíveis no gráfico 4.

O enunciado referente à América do Sul chegou a ser mencionado 10 vezes, no primeiro semestre de 1998 e 508 vezes, nos seis primeiros meses de 2005, ao passo que, o conceito de América Latina, no segundo semestre de 1998, foi citado 13 vezes e, no primeiro semestre de 2010, 187 vezes, isso sugere que o segundo conceito teve um grau de saliência muito mais estável do que o primeiro.

Essa mesma conclusão se valida ao utilizar os valores do coeficiente de variação³¹. Percebe-se que os dados pertinentes ao conceito de América Latina se dispersaram bem menos, aproximadamente 0,49, do que os valores da distribuição do conceito de América do Sul que variaram em relação à média, aproximadamente, 0,85. Assim, enquanto a oscilação do primeiro conceito é de 49%, a oscilação do segundo é de 85%, ambos os valores aproximados. Isso justifica, por sua vez, o empreendimento realizado nessa pesquisa de demonstrar longitudinalmente a variação da ideia de América do Sul que sofreu um processo de valorização sistemática a ponto de ser mais saliente no recorte temporal.

A segunda classe de observações extraída por meio dos dados é a distinção entre períodos de continuidades e de rupturas nos usos conceituais. Para tanto, é necessário fazer um retorno analítico aos valores mostrados no gráfico 4 e periodizar os semestres em que se falou mais e menos em ambos os conceitos. O quadro 3 expõe essa periodização³².

Quadro 2 – Tendências temporais da utilização dos conceitos.

PERÍODO	UTILIZAÇÃO
1995.2 – 1999.1	AL > AS
1999.2 – 2000.2	AL < AS
2001.1 – 2002.1	AL > AS
2002.2 – 2007.1	AL < AS
2007.2	AL > AS
2008.1 – 2009.2	AL < AS
2010.1	AL > AS
2010.2 – 2013.2	AL < AS
2014.1	AL > AS
2014.2	AL < AS

Fonte: Elaboração do autor.

³¹ “O coeficiente de variação é uma medida de dispersão para comparar médias de distribuições diferentes. Isso porque o desvio padrão é relativo à média e como em duas distribuições as médias podem ser diferentes, o desvio dessas duas distribuições pode não ser diretamente comparável. Uma solução é utilizar o coeficiente de variação: basta dividir o valor do desvio-padrão pela média” (SILVA JÚNIOR; FIGUEIREDO FILHO, 2012, p. 203)

³² Cabe informar que onde há AL, leia-se América Latina; onde há AS, leia-se América do Sul. Ademais, os símbolos “>” e “<” significam maior que e menor que, respectivamente.

É perceptível a existência das oscilações nos usos conceituais. Entre o segundo semestre de 1995 e o primeiro de 1999, o conceito de América do Sul não foi valorizado no discurso da diplomacia brasileira. Nesse período falou-se mais em termos de América Latina. No entanto, entre os segundos semestres de 1999 e 2000, aconteceu uma inversão na tendência numérica, no sentido em que a noção sul-americana assumiu um peso discursivo maior do que a latino-americana, ocorrendo um crescimento vertiginoso com fins de mencionar mais o conceito de América do Sul.

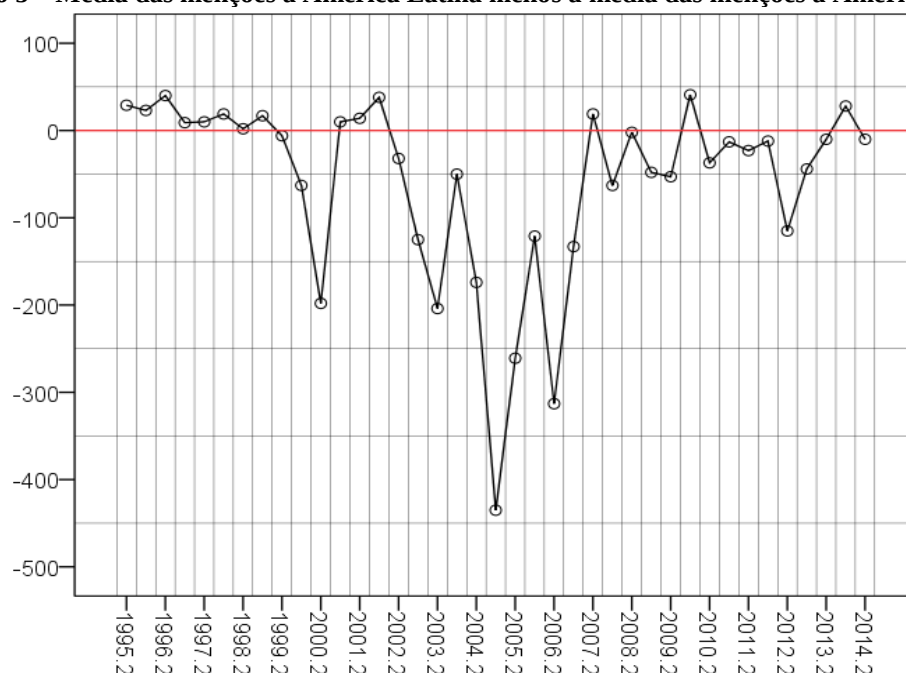
Durante os primeiros semestres de 2001 e 2002, a quantidade de menções ao conceito de América do Sul caiu abruptamente. Então, a América Latina voltou a ser mais citada nos discursos. Isso foi novamente interrompido entre o segundo semestre de 2002 e o primeiro de 2007, quando a plataforma sul-americana ganhou uma quantidade significativamente maior de menções. Embora isso tenha sido suspenso durante o segundo semestre de 2007, quando mais se falou em América Latina, o conceito de América do Sul voltou a ser quantitativamente superior entre o primeiro semestre de 2008 e o segundo de 2009.

Isso novamente foi invertido nos seis primeiros meses de 2010, mas do segundo semestre desse mesmo ano ao segundo semestre de 2013, a oscilação pendeu para uma menção maior do conceito de América do Sul. Os seis primeiros meses de 2014 vieram acompanhados com mais menções à América Latina e nos seis últimos meses desse mesmo ano falou-se mais em América do Sul.

Em resumo, se considerarmos a hegemonia conceitual como sendo as vezes em que uma das variáveis dependentes foi mais mencionada do que a outra, então, pode-se afirmar que, no período analisado, houve uma disputa pendular entre o conceito que foi mais hegemônico nos discursos, demonstrando que o grau de saliência de ambas as variáveis dependentes esteve distante de ser homogêneo.

No entanto, os valores apresentados até aqui não consideram as distâncias nas diferenças das médias conceituais. Para visualizar isso mais intuitivamente, uma nova variável foi contabilizada a partir da subtração das médias dos valores do conceito de América Latina menos as médias dos valores do conceito de América do Sul. O respectivo resultado está reportado no gráfico 5.

Gráfico 5 – Média das menções à América Latina menos a média das menções à América do Sul.



Fonte: Elaboração do autor.

Por resultarem da subtração das médias, três valores são possíveis. O primeiro é o zero, representado pela linha horizontal em vermelho, que significa a não diferença na quantidade média de vezes em que se falou em ambos os conceitos. O segundo é um resultado positivo que significa que se falou mais em termos de América Latina do que de América do Sul. E o terceiro são valores negativos, representando que o primeiro conceito foi menos utilizado do que o segundo.

A principal contribuição desse gráfico 5 é o fato dele permitir uma análise direta acerca das distâncias entre as médias de utilização das variáveis ao fornecer uma exata noção geral de quando e quanto eles estiveram mais próximos e mais distantes em termos de menções quantitativas. A primeira observação que pode ser realizada é a de que, dos 39 semestres, 14 possuem valores positivos e 25 negativos. Ou seja, o conceito de América Latina foi em aproximadamente 64% dos casos menos prioritário do que o de América do Sul. Isto reforça a afirmação de que a noção sul-americana, no período investigado, foi realmente prioridade discursiva.

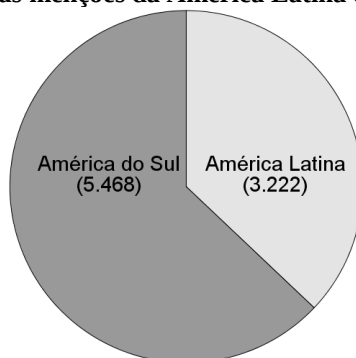
Dentre o conjunto dos valores positivos, as diferenças mais significativas em prol do conceito de América Latina estão no primeiro semestre de 2010, quando a subtração resultou em 41, e no segundo semestre de 1996, quando ela resultou em 40. Por outro lado, as diferenças menos distantes ocorreram nos seis últimos meses de 1998 e nos seis primeiros meses de 1997, quando os valores foram de 2 e 9, respectivamente.

Dentre o conjunto dos valores negativos, a primeira observação a ser feita diz respeito às distâncias entre as variáveis. As menores diferenças se encontram nos segundos semestres de 1999 e de 2008, em que os valores foram -6 e -2, respectivamente. O que chama atenção, entretanto, são as marcantes diferenças do primeiro semestre de 2005 e do segundo de 2006, em que os valores foram -435 e -313, respectivamente.

De tal forma, o gráfico sugere que quando o conceito de América Latina foi mais mencionado do que o de América do Sul, as diferenças não eram tão vertiginosas quanto quando o segundo foi mais mencionado do que o primeiro. Assim, enquanto o primeiro conceito foi, no máximo, 41 vezes mais mencionado do que o segundo, nos seis primeiros meses de 2010, o conceito de América do Sul foi 435 vezes mais mencionado do que o de América Latina no primeiro semestre de 2005. Em outras palavras, a distância entre a valorização do conceito de América Latina em detrimento do de América do Sul nunca foi tão grande quanto a distância entre a valorização do conceito de América do Sul em detrimento do de América Latina.

Tendo como critério os dados até aqui apresentados é possível alicerçar uma resposta acerca da plausibilidade da primeira hipótese de trabalho. Desse modo, retomando os valores da média, sabe-se que o conceito de América Latina (82,6) foi menos saliente do que o conceito de América do Sul (140,2). Ademais, retomando a discussão de hegemonia semestral, sabe-se que o segundo conceito foi mais mencionado do que o primeiro em 64% dos casos. É, também, possível adotar outros valores como critério de comparação, por exemplo, através da soma total de vezes em que ambos os conceitos foram mencionados. Para isso, basta examinar o gráfico 6.

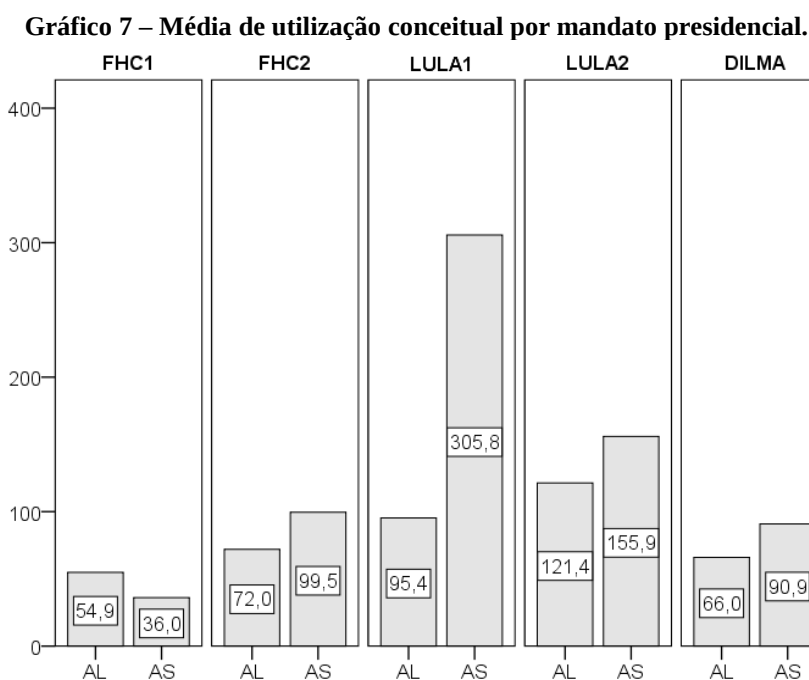
Gráfico 6 – Soma das menções da América Latina e da América do Sul.



Fonte: Elaboração do autor.

Através desse critério, a América Latina foi mencionada 3.222 vezes e a América do Sul 5.468. Isso significa que o segundo conceito foi citado 2.246 vezes a mais do que o primeiro. Chega-se, por conseguinte, à mesma conclusão: O conceito de América do Sul foi a prioridade discursiva diplomática quando comparado com o grau de saliência dado ao conceito de América Latina.

Verificada a plausibilidade da primeira hipótese, é preciso buscar evidências que demonstrem quais foram os semestres responsáveis por essa diferença na prioridade conceitual. Para isso, é possível direcionar as discussões em busca de identificar quais foram as oscilações existentes nos mandatos presidenciais de FHC, Lula e Dilma. O objetivo é testar a hipótese que afirma que durante os dois mandatos de Lula o conceito de América do Sul foi expressivamente mais enunciado pela diplomacia, fato que promoveu a diferença identificada na primeira hipótese e garantiu a hegemonia dos termos sul-americanos. Para isso, em um primeiro momento, é necessário comparar as médias de ambos os conceitos em cada mandato presidencial, cujos valores são expostos no gráfico 7³³.



Fonte: Elaboração do autor.

No primeiro mandato de FHC, a média de menções ao conceito de América Latina (54,9) foi maior do que a do conceito de América do Sul (36). Isso se inverteu no segundo mandato desse mesmo presidente e, então, o primeiro conceito (72) tornou-se em média

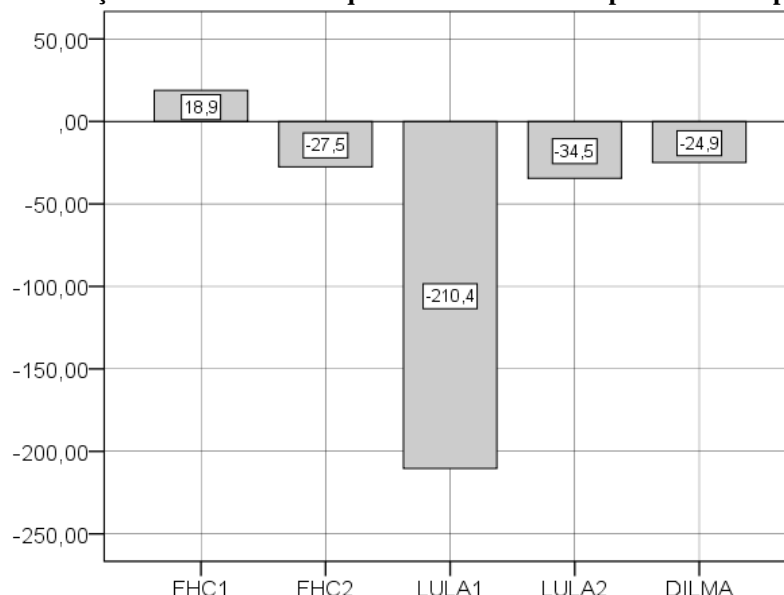
³³ Onde se vê AL, lê-se América Latina, e onde se vê AS, lê-se América do Sul.

menos citado do que o segundo (99,5). O gráfico revela também que a diferença entre os usos conceituais se tornou grande no primeiro mandato de Lula. De fato, olhando para a distribuição de forma global, percebe-se que esse período é por si só um *outlier*. Assim, enquanto o conceito de América Latina foi mencionado em média 95,4 vezes, o de América do Sul recebeu uma média de 305,8 menções.

Durante o segundo mandato de Lula, o enunciado de América do Sul continuou sendo a prioridade discursiva, entretanto, a distância diminuiu significativamente, passando da média de 305,8 emissões, da primeira gestão, para a média de 155,9 menções na segunda gestão de Lula. Por fim, o argumento de que a política externa do governo Dilma se caracterizou pela continuidade na contenção parece ser aplicável à frequência de enunciações discursivas. Já que, embora a diplomacia desse período tenha mais menções a ambos os conceitos do que a do primeiro governo de FHC, ela dedicou menos atenção aos mesmos enunciados do que o segundo mandato dele. Ainda assim, o conceito de América do Sul (90,9) continuou, em média, a ser mais emitido do que o de América Latina.

Outra maneira de exibir as diferenças nos mandatos presidenciais é através da variável já apresentada que subtraiu os valores das menções à América Latina pelo das menções à América do Sul³⁴. Segue, então, o gráfico 8 representando tais resultados.

Gráfico 8 – Subtração da Média das Frequências dos Conceitos por mandatos presidenciais.



Fonte: Elaboração do autor.

³⁴ A título de lembrança, quando o resultado foi negativo, significa que se falou mais em América do Sul, quando positivo é porque se falou mais em América Latina e quando zero falou-se igualmente em ambos os conceitos.

A principal contribuição desse gráfico é permitir saber em quais governos se localizaram as maiores e menores distâncias entre os usos conceituais. À exceção do primeiro mandato de FHC, quando o conceito de América Latina foi mais mencionado do que o de América do Sul, todos os demais mandatos presidenciais priorizaram retoricamente a plataforma sul-americana. Como já mencionado, destaca-se o primeiro mandato de Lula, em que a diferença chegou a ser um *outlier* (-210,4). Em ordem decrescente, o segundo mandato de Lula foi o segundo período em que se falou mais em termos sul-americanos do que latino-americanos. Entretanto, a distância da diferença caiu significativamente em relação ao primeiro mandato de -210,4 para -34,5.

É interessante perceber que FHC, durante seu segundo mandato, priorizou mais as menções à América do Sul do que o fez o governo Dilma. Desse modo, durante a gestão dela, a distância em prol do conceito de América do Sul foi menor do que no segundo mandato dele. Isso sugere a necessidade de uma investigação futura que problematize se a variável ideologia partidária é ou não importante no projeto de América do Sul³⁵.

Por fim, uma questão significativa é a constatação de que a América Latina, no primeiro mandato de FHC foi o conceito priorizado. Isso também sugere a necessidade de um estudo que amplie o recorte temporal para antes desse primeiro mandato, com o intuito de obter uma noção de longo prazo das alterações conceituais. Isso não foi realizado, aqui, uma vez que não há dados disponíveis para os períodos anteriores.

Em suma, esses valores indicam que a hipótese segundo a qual o conceito de América do Sul foi mais utilizado em Lula não pode ser falseada, a sua plausibilidade se manteve. Fica, portanto, constatado que há, realmente, uma significativa diferença entre os usos conceituais nos mandatos presidenciais. Os dados confirmam que a era Lula foi a que mais priorizou discursivamente o conceito de América do Sul. Entretanto, eles revelam também que há uma grande diferença entre essa prioridade no primeiro e no segundo mandato desse presidente.

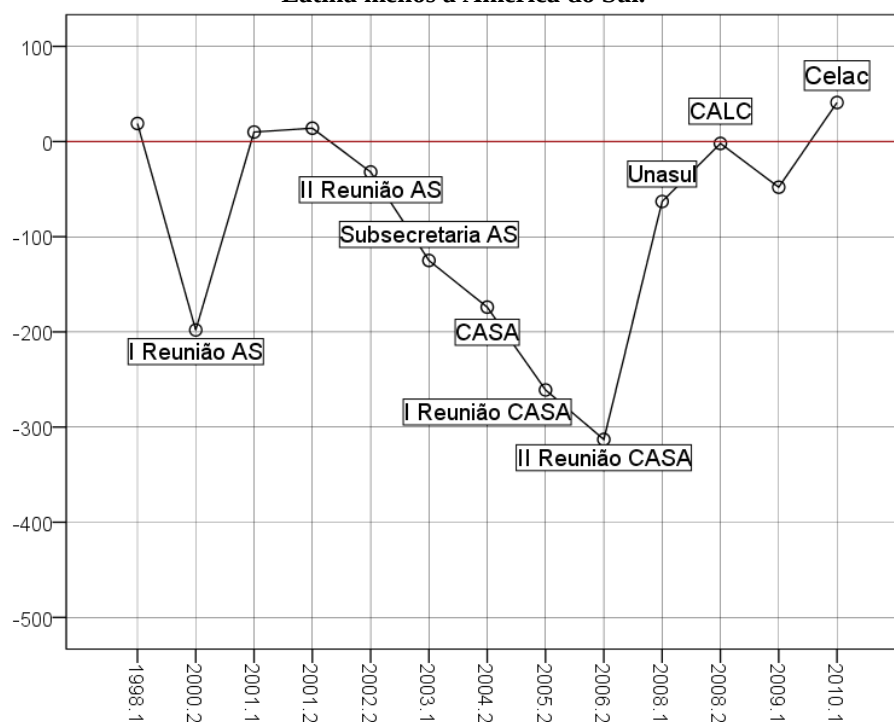
Para encerrar essa seção de resultados, convém fazer uma comparação entre os valores obtidos e alguns eventos considerados paradigmáticos pela literatura mobilizada. Salienta-se que aqui os resultados serão incorporados e brevemente discutidos, a sua interpretação mais profunda se faz na próxima parte em conjunto com todos os outros dados introduzidos. Dessa maneira, partindo da mesma variável que plotou o gráfico 5³⁶, segue o gráfico 9 que expõe os

³⁵ Seria interessante realizar um estudo nesse sentido a fim de identificar se a valorização do horizonte sul-americano pode ser explicada, ainda que parcialmente, como um projeto partidário.

³⁶ Como antes, os valores negativos significam que a América do Sul foi mais mencionada do que a América Latina. Os positivos informam que a América Latina foi mais mencionada do que a América do Sul. E um valor zero diz que ambos os conceitos foram igualmente mencionados.

valores para cada acontecimento que exerceu algum impacto³⁷, segundo os autores, nos usos conceituais.

Gráfico 9 – Valores referentes aos eventos paradigmáticos via subtração da média das menções à América Latina menos à América do Sul.



Fonte: Elaboração do autor.

Nota: Significado das abreviaturas incorporado na nota de rodapé³⁸

No semestre em que se realizou a discussão da ALCA, no âmbito da segunda reunião de Cúpula das Américas, o conceito de América Latina foi hegemônico nas emissões diplomáticas, sendo 19 vezes mais citado do que o de América do Sul. Esse quadro se inverteu, porém, nos seis últimos meses de 2000, quando ocorreram os preparativos e a realização da primeira reunião de presidentes da América do Sul em Brasília e o conceito de América Latina recebeu 198 menções a menos do que a América do Sul. Entretanto, nos semestres imediatamente posteriores a essa reunião não houve a continuidade da prioridade

³⁷ Cabe salientar que não se está, aqui, afirmando alguma relação de causalidade entre determinado evento e os valores obtidos. Na verdade, o termo mais adequado seria a existência de algum tipo de associação. De tal maneira, o esforço empreendido foi o de fornecer evidências numéricas acerca das observações destacadas pelos autores.

³⁸ Significado das abreviaturas do Gráfico 9: a. I e II Reunião AS se referem, respectivamente, à primeira e à segunda reuniões de Presidentes da América do Sul; b. Subsecretaria AS se refere à criação da Subsecretaria Geral para a América do Sul no âmbito do MRE; c. CASA se refere à Comunidade Sul-Americana de Nações; d. I e II Reunião CASA se referem, respectivamente, à primeira e à segunda reuniões da CASA; e. Unasul se refere à União Sul-Americana de Nações; f. CALC se refere à Cúpula da América Latina e do Caribe; e, g. Celac se refere à Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos.

aos termos sul-americanos, sendo que a América Latina foi mais mencionada durante todo o ano de 2001, mesmo com a posse de Celso Lafer.

Isso foi interrompido a partir do semestre em que se realizou a segunda reunião de presidentes da América do Sul, quando houve 32 menções a mais a termos sul-americanos do que latino-americanos. Nos seis primeiros meses de 2003, quando o organograma do Itamaraty foi reestruturado e, então, se criou a Subsecretaria-Geral da América do Sul, o conceito de América Latina recebeu 125 menções a menos do que a América do Sul.

Isso se aprofundou no segundo semestre de 2004, quando se realizou a terceira reunião de presidentes da América do Sul e a criação da Casa, a ponto dos dados indicarem que os termos sul-americanos foram 174 vezes mais emitidos do que os latino-americanos. As reuniões no âmbito da Casa nos segundos semestres de 2005 e de 2006 aprofundaram ainda mais a valorização do conceito de América do Sul.

Não obstante, isso foi gradualmente interrompido. De tal modo, interessa perceber que a transformação da Casa em Unasul, ocorrida no primeiro semestre de 2008, não aprofundou os valores do conceito de América do Sul em prol de criar uma diferença ainda maior em relação à América Latina. Ao contrário, embora continue sendo mais mencionado, os termos sul-americanos foram apenas 63 vezes mais utilizados do que os latino-americanos. Aparentemente, a criação da Casa exerceu mais impacto imediato no conceito de América do Sul do que a sua reformulação em Unasul.

A diferença entre as médias das utilizações conceituais tornou-se ainda menor no segundo semestre de 2008, com a reunião da CALC, em que o conceito de América do Sul foi apenas duas vezes mais mencionado do que o de América Latina. Por sua vez, no semestre em que houve a quinta reunião de Cúpula das Américas, o primeiro conceito obteve 48 menções a mais do que o segundo e no semestre em que a CALC foi transformada em Celac, o conceito de América Latina recebeu 41 menções a mais do que a América do Sul.

4.2 Discussões

Essa parte não tem como princípio empreender uma mera repetição dos resultados incorporados anteriormente. O objetivo é, partindo deles, traçar uma comparação com as posições teóricas e debater sobre as implicações dos dados produzidos para a temática da dissertação. A apresentação do Gráfico 4 foi essencial tanto para definir as características centrais das distribuições dos conceitos, quanto para periodizar as continuidades e rupturas na variação longitudinal dos mesmos. Desse modo, a Tabela 3, contendo os descritivos

subjacentes às variáveis, permitiu perceber que o conceito de América do Sul (140,2) foi, em média, mais utilizado do que o de América Latina (82,6).

Outra constatação ao analisar os dados apresentados na Tabela 3 foi que o conceito de América do Sul teve uma variação significativamente maior do que o de América Latina, fato indicado pelos valores dos desvios padrões de 120,1 e 41,1, respectivamente, e do coeficiente de variação que para o primeiro conceito foi de 0,85 e para o segundo 0,49. Isso sugere que o espaço discursivo dado ao conceito de América Latina foi mais estável longitudinalmente do que o dado ao conceito de América do Sul, que variou consideravelmente entre os semestres analisados. Refletindo, portanto, que os termos sul-americanos passaram por uma trajetória que transitou de uma inicial inexpressividade para um *status* prioritário na agenda retórica da diplomacia brasileira.

As informações trazidas pelo Quadro 3 e Gráfico 5 apontaram, em conjunto, traços importantes sobre as continuidades e rupturas nos usos conceituais, no sentido em que houve períodos em que se falou mais no conceito de América Latina e períodos em que se falou mais no conceito de América do Sul. Nesse âmbito, cabe comparar a periodização feita pelos autores com o que os dados apresentaram. Segundo Santos (2005; 2014) e Miranda (2014), de 1995 até 2000, as referências sul-americanas foram esparsas, ambíguas, não significativas e dependentes da noção latino-americana. E isso teria se invertido a partir do segundo semestre de 2000, quando o conceito de América do Sul passou a se tornar hegemônico e prioritário, com a realização da primeira reunião de presidentes em Brasília.

O que os dados sugerem, no entanto, é que isso está parcialmente correto. Desse modo, não foi no ano 2000 em que se começou a falar consideravelmente mais em América do Sul, mas já a partir do segundo semestre de 1999, quando o conceito de América Latina foi menos mencionado do que o de América do Sul. Ademais, os dados não indicam que depois da reunião de presidentes, o segundo conceito passou a ser priorizado em detrimento do primeiro. Após o semestre em que se realizou tal cúpula, a América do Sul só voltou a ser mais mencionada do que a América Latina a partir dos seis últimos meses de 2002, por extensão, de 2001 até primeiro semestre de 2002, o conceito mais saliente foi o segundo e não o primeiro. Isso, de certo modo, não sustenta a afirmação de que, imediatamente, “após a Cúpula, as referências à América do Sul na retórica brasileira multiplicaram-se” (SANTOS, 2014, p. 138). Elas, de fato, se multiplicaram, mas algum tempo depois da reunião de Brasília.

O Gráfico 5 também sugeriu que, dos 39 semestres, em 14 a América Latina foi mais mencionada e em 25 a América do Sul recebeu mais menções. Ademais, convém considerar que, nas vezes em que o conceito de América Latina prevaleceu sobre o de América do Sul, a

distância entre a média da diferença dos valores não foi tão grande, quanto quando o segundo conceito prevaleceu sobre o primeiro.

Quanto ao teste da primeira hipótese, além dos dados já incorporados, o Gráfico 6 sugeriu que o conceito de América do Sul recebeu 2.246 menções a mais do que a América Latina. Sendo que, a média de menções, a hegemonia do domínio semestral e a diferença no somatório foram utilizadas para apontar como plausível a hipótese de que o primeiro conceito foi a prioridade da agenda retórica da diplomacia brasileira do período, confirmando a afirmação de parte da literatura (CABALLERO SANTOS, 2011; COUTO, 2006, 2007; GALVÃO, 2009; MIRANDA, 2014; RAMOS, 2012; REIS DA SILVA, 2011; SANTOS, 2005, 2014, 2013; SARAIVA, 2010; SARAIVA; GOMES, 2016; SPEKTOR, 2010)

Testada essa primeira hipótese, as discussões se direcionaram para as diferenças nos usos dos conceitos em cada um dos cinco mandatos presidenciais. Para isso, o gráfico 7 apresentou as médias entre os governos. No caso do primeiro mandato de FHC, a ideia que prevaleceu foi a de América Latina que teve uma média de menções maior do que a de América do Sul, 54,9 e 36, respectivamente. Por sua vez, esse é o único mandato em que esse conceito foi menos emitido do que aquele. Isso está em consonância com o que Miranda (2014) e Santos (2014) concluem, ao afirmarem que o primeiro mandato de FHC não valorizou o conceito de América do Sul, mas o atenuou, tentando relegá-lo ao esquecimento.

No segundo mandato de FHC, esse quadro se inverteu e, então, o conceito de América Latina foi em média menos saliente do que o de América do Sul. Por seu turno, isso também está em consonância com as conclusões de parte da literatura que consideraram que, diferente do primeiro mandato, em seu segundo governo a diplomacia de FHC, por ter uma conotação mais crítica em relação ao sistema internacional, passou a adotar a região como prioridade e, nesse aspecto, o conceito de América do Sul foi materializado a partir de iniciativas retóricas e institucionais, levando-o a ser mais emitido do que o conceito de América Latina. (COUTO, 2006, 2007; GALVÃO, 2009; MIRANDA, 2014; REIS DA SILVA, 2011; SANTOS, 2005, 2014; SPEKTOR, 2010)

Os dois mandatos de Lula foram considerados como os períodos em que mais se falou no conceito de América do Sul, segunda hipótese do trabalho. Nesse sentido, os autores afirmam que, de 2003 a 2010, a plataforma sul-americana foi inserida como a primeira e principal prioridade da PEB (CABALLERO SANTOS, 2011; COUTO, 2007; GALVÃO, 2009; MIRANDA, 2014; MIRANDA; RIBEIRO, 2015; REIS DA SILVA, 2011; SANTOS, 2014; SARAIVA, 2010; SPEKTOR, 2010).

Os dados sustentam esse entendimento. Desse modo, em seu primeiro mandato, a média de menções ao conceito de América Latina foi de 95,4 e ao conceito de América do Sul foi de 305,8. No caso do segundo governo, a média do primeiro conceito foi 121,4 e do segundo foi 155,9. De tal forma, a segunda hipótese é plausível. Entretanto, convém notar a diferença entre as menções ao conceito de América do Sul no primeiro e no segundo mandato, em que houve uma queda considerável na saliência dada a esse conceito entre os mesmos.

Por fim, em Dilma, embora o conceito de América do Sul tenha sido mantido como a prioridade perante o de América Latina, com as respectivas médias de 90,9 e 66, percebe-se uma diminuição considerável, sendo que, em seu mandato, a diplomacia mencionou menos ambos os conceitos do que o segundo governo FHC. Isso, por sua vez, está em consonância com a conclusão dos autores de que, o governo Dilma, foi marcado por uma continuidade mais reativa e em contenção, em que a saliência dos temas internacionais caiu bruscamente (CERVO; LESSA, 2014; CORNETET, 2014; OLIVEIRA; SILVEIRA, 2015; PAUTASSO; ADAM, 2014; SARAIVA, 2014; SARAIVA; GOMES, 2016; VIZENTINI, 2013).

Outro modo de visualizar a questão da variação nos mandatos presidenciais foi através dos valores fornecidos pelo Gráfico 8. A sua especificidade reside no fato de informar a distância entre as utilizações conceituais. Assim, a valorização do conceito de América do Sul é logo percebida quando se descobre que se no primeiro mandato de FHC o conceito de América Latina recebeu, em média, 18,9 mais menções do que o de América do Sul, no mandato inicial de Lula, o primeiro conceito obteve, em média, 210,4 menções a menos do que o segundo conceito.

Dessa forma, com a incorporação desses dados acerca da variação nos mandatos presidenciais de ambas as variáveis dependentes, concluiu-se que não se pode falsear a hipótese segundo a qual teria sido em Lula quando o conceito de América do Sul se tornou primeira prioridade discursiva, sustentando, os argumentos dos autores já mencionados.

Finalmente, foram fornecidos dados que comparam os principais eventos tidos como operacionalizadores do conceito de América do Sul ou de América Latina com os respectivos valores encontrados na fonte de dados pesquisada. Dessa maneira, o Gráfico 9 trouxe informações que precisam ser aprofundadas em discussão. A primeira reunião de presidentes da América do Sul ocorrida no segundo semestre de 2000 é vista pelos autores como ponto basilar da operacionalização da plataforma sul-americana (COUTO, 2006, 2007; GALVÃO, 2009; MIRANDA, 2014; MIRANDA; RIBEIRO, 2015; RAMOS, 2012; SANTOS, 2005; SPEKTOR, 2010; TEIXEIRA, 2011).

De fato, conforme os dados, nos dois mandatos de FHC, o período em que mais se falou em termos sul-americanos foi no semestre em que ocorreu a reunião de Brasília. Além disso, em Dilma não houve período algum em que se mencionou tanto o conceito de América do Sul, como durante o segundo semestre de 2000, gestão de FHC. Desse modo, mediante os dados aqui apresentados não consideramos exagero o *status* dado pelos autores a essa reunião para a operacionalização do conceito de América do Sul.

Passado o semestre em que se realizou a primeira reunião de Presidentes da América do Sul, houve um retorno à prioridade das emissões do conceito de América Latina. Sendo que, segundo os dados, a posse de Celso Lafer como chanceler não teve um efeito imediato na valorização do horizonte sul-americano. A inversão em prol do conceito de América do Sul só ocorreu no semestre em que se realizou a segunda reunião de presidentes da América do Sul, nos seis primeiros meses de 2002. Ali, houve 32 menções a mais ao conceito de América do Sul do que o de América Latina. Os dados deram ainda mais plausibilidade às afirmações de Couto (2006; 2007) e Galvão (2009) que consideram que tal reunião foi mais uma iniciativa brasileira para materializar a ideia de América do Sul na PEB.

No entanto, cabe reafirmar que no semestre em que ocorreu a primeira reunião de Presidentes, iniciada em 31 de agosto de 2000, o conceito de América do Sul recebeu 166 menções a mais do que no semestre em que ocorreu a segunda reunião de presidentes, iniciado em 26 de julho de 2002. Isto leva a concluir que, de fato, a segunda reunião de presidentes foi importante para operacionalizar o conceito de América do Sul, entretanto, a saliência do semestre em que ela ocorreu foi menor para os termos sul-americanos do que a da primeira reunião.

No primeiro semestre de 2003, ocorreu a modificação da estrutura regimental do Itamaraty com a criação da Subsecretaria Geral da América do Sul que, segundo Puntigliano (2008) e Santos (2014) foi uma importante iniciativa no sentido de dar mais autonomia e centralidade à plataforma sul-americana. De fato, os dados para esse período corroboram com a visão desses autores, já que nos primeiros seis meses desse ano, o conceito de América Latina obteve 125 menções a menos do que o de América do Sul. E essa diferença em prol do último conceito se aprofundou ainda mais com o passar do governo Lula.

Nesse aspecto, no semestre em que houve a criação da Casa, os termos sul-americanos foram 174 vezes mais emitidos do que os latino-americanos. Isso também corrobora com a visão de Santos (2005; 2014), Couto (2006, 2007), Galvão (2009), Miranda (2014) que atribuem como iniciativa central da PEB esse novo fórum institucional de diálogo e cooperação sub-regionais. Para obter uma noção mais precisa da relevância da Casa para a

operacionalização do conceito de América do Sul, convém notar que nas duas reuniões realizadas sob o seu contexto institucional, os termos sul-americanos se aprofundaram em saliência.

Dessa forma, no semestre em que se realizou a primeira reunião de chefes de Estado na Casa, o conceito de América do Sul recebeu 93 menções a mais do que no semestre em que se realizou a primeira reunião de presidentes em Brasília (2000.2) e, no caso do semestre em que houve a segunda reunião da Casa, o mesmo conceito obteve 115 mais menções do que no respectivo semestre de realização da primeira reunião. Portanto, ao se adotar como válidos os dados aqui apresentados, não resta razões sistemáticas para falsear a importância que autores como Santos (2005; 2014), Couto (2006), Galvão (2009) e Miranda (2014) conferem ao âmbito institucional da Casa no que concerne à valorização da plataforma sul-americana na agenda retórica da diplomacia brasileira.

Não obstante, impressiona o que os dados indicaram para o semestre em que a Casa foi transformada na Unasul (2008.1). Para Galvão (2009), Spektor (2010), Meunier (2012), Ramos (2012), Santos (2014) e Miranda (2014), a Unasul foi essencial para a valorização e fixação do conceito de América do Sul na PEB. Era, portanto, ainda que, indiretamente, plausível esperar que houvesse altas menções a tal conceito. Contudo, os dados sugerem que a saliência a tal noção não foi tão expressiva quanto se previa. Desse modo, o conceito de América do Sul recebeu 63 menções a mais do que a América Latina³⁹.

Além disso, é possível que a retomada da noção latino-americana na PEB tenha influenciado na menor distância da média da diferença entre os conceitos. Desse modo, no semestre em que a Unasul se constituiu, as relações latino-americanas começavam a se estreitar mais, parcialmente, em função da crise iniciada em 2008. Assim, no segundo semestre desse ano, com a realização da CALC, a distância entre os graus de saliência dos conceitos tornou-se mínima, no sentido em que o conceito de América do Sul obteve apenas duas vezes menções a mais do que a América Latina.

E, com a transformação da CALC na Celac, no primeiro semestre de 2010, ocorreu uma inversão e o conceito de América do Sul recebeu 41 menções a menos do que a América Latina. Isso, por sua vez, está em consonância com a posição de Miranda (2014) que considera que a retomada da noção latino-americana exerceu impacto no conceito de América

³⁹ Convém mencionar que isso não significa que a Unasul não tenha sido relevante para a materialização do horizonte sul-americano, apenas que o semestre em que tal modificação ocorreu não teve impacto imediato na valorização desse conceito.

do Sul, ainda que de forma gradual e não tão significativa. E isso, por sua vez, foi também apontado pelos dados aqui levantados.

Por fim, cabe salientar que os resultados encontrados por essa pesquisa não permitem validar a afirmação de Caballero Santos (2011) e Ramos (2012) de que a valorização do conceito de América do Sul promoveu também o abandono das menções ao conceito de América Latina. Como se evidenciou aqui, o mais provável é a existência de uma oscilação constante entre os conceitos. Ademais, o que ocorreu não foi a diminuição expressiva do segundo conceito, mas uma emissão numericamente vertiginosa do primeiro, fato que, por sua vez, pode ter eclipsado a saliência da noção latino-americana, mesmo ela existindo. Essa diferença nos graus de saliência é mais difícil de ser captada por meio de técnicas qualitativas e essa dissertação, ao usar uma técnica quantitativa, foi capaz de capturar parte relevante do fenômeno aqui problematizado.

Em suma, encerra-se, aqui, a apresentação dos resultados e as discussões dos mesmos, o cerne das contribuições almejadas por essa pesquisa. Notou-se que as duas hipóteses de trabalho são plausíveis e foram corroboradas pelos dados colhidos e técnicas empregadas. De fato, o conceito de América do Sul foi o mais saliente e prioritário no período de 1995 a 2014 e o mesmo foi mencionado expressivamente mais durante a era Lula, com destaque para o primeiro mandato, do que nos demais governos analisados.

Além disso, por meio dos resultados, vários eventos paradigmáticos foram comparados com os valores numéricos dos respectivos semestres em que ocorreram. Para a conclusão, portanto, serão retomadas as principais considerações aqui feitas, mas, principalmente, comentadas as questões sobre os limites inerentes ao desenho de pesquisa assumido e sugestões de futuras agendas de investigação para a temática da saliência e da hegemonia conceituais.

CONCLUSÃO

A sul-americanização da PEB é um tema que tem sido amplamente debatido pelos especialistas das áreas desde a década de 1990. Nele, há numerosos enfoques e dimensões, como a econômica, a política e a sociocultural. Nessa dissertação, optamos por examinar uma das dimensões que menos tem sido problematizada, a discursiva. Para tanto, desenvolvemos um desenho de pesquisa cujo objetivo era descobrir como variaram os conceitos de América Latina e de América do Sul no tocante às suas emissões ao longo dos semestres de 1995 a 2014.

Dentre os numerosos resultados obtidos, destacamos o fato de termos verificado como plausíveis as duas hipóteses adotadas. Assim, o conceito de América do Sul foi, em média, 57,6 vezes mais mencionado do que o conceito de América Latina. Além disso, enfatizamos que a Era Lula falou, em média, 326,2 vezes a mais em termos sul-americanos do que a Era FHC e 370,8 vezes a mais do que a diplomacia do primeiro mandato Dilma. Isso, por seu turno, mostra que houve um processo de fortalecimento quantitativo da ideia de América do Sul, o que, por extensão, sugere a existência da sul-americanização da PEB.

Quanto à variação longitudinal das variáveis, dos 39 semestres analisados e de um total de 6,523 discursos, identificamos um movimento oscilatório com períodos em que se falou mais em América Latina do que em América do Sul (1995.2 a 1999.1; 2001.1 a 2002.1; 2007.2; 2010.1; 2014.1) e períodos em que o inverso foi o que ocorreu (1999.2 a 2000.2; 2002.2 a 2007.1; 2008.1 a 2009.2; 2010.2 a 2013.2; 2014.2).

Juntas, essas e todas as outras descobertas permitiram realizar com êxito cada um dos objetivos traçados na introdução. Apesar disso, existem três limites que precisam ser ressaltados, pois se configuram como lacunas que demandam pesquisas futuras para que sejam resolvidos. O primeiro diz respeito à abordagem puramente quantitativa, o segundo se refere ao silêncio quanto aos mecanismos causais e, por fim, o terceiro se liga à escolha das variáveis abordadas.

Embora a natureza puramente quantitativa na forma de analisar os textos tenha trazido um conjunto de dados inéditos para o tema, ela também estabeleceu um limite expressivo. Nesse aspecto, por seguir a tradição das pesquisas que mensuram a saliência conceitual e temática de um determinado objeto, retirou-se do foco análises aos níveis semânticos e interpretativos. Desse modo, embora saibamos quando e quanto se falou mais ou menos em um determinado enunciado, não se sabe muito sobre o contexto dessas emissões e a sua lógica

argumentativa, metáforas, analogias e conotações. Não obstante, é justamente isso que permite com que essa dissertação se encaixe em um espaço singular no tema pesquisado.

Em sua maioria, os estudos existentes sobre o tema partem de um problema de pesquisa semelhante, utilizam metodologias muito próximas e chegam a conclusões parecidas. No nosso caso, optamos por adotar um problema de pesquisa análogo ao da literatura mobilizada, mas aplicar uma metodologia oposta com o intuito de identificar se as conclusões seriam distintas das demais publicações. E, no geral, encontramos padrões e tendências muito próximas do referencial teórico seguido. A nosso ver, isso traz um maior nível maior de robustez, cientificidade e confiabilidade às discussões sobre a sul-americanização da PEB. Nesse sentido, os estudos qualitativos complementam e preenchem as lacunas dessa dissertação e vice-versa.

Outro limite dessa e das outras pesquisas é que não há nada sobre causalidade, mas apenas algumas explicações descritivas e exploratórias da questão e traços associativos entre as variáveis. Nesse aspecto, as referências iniciais se destacaram por descrever e explorar o fenômeno aqui problematizado, um esforço essencial e admirável por ter incorporado o tema às discussões científicas da PEB.

Esse trabalho, por sua vez, transformou as evidências textuais em variáveis mensuradas numericamente e demonstrou a trajetória longitudinal dos conceitos, além de testar algumas afirmações teóricas. A partir de agora, urge que as pesquisas futuras partam dessa e das outras investigações para propor esquemas causais que consigam mensurar os impactos entre as variáveis.

O terceiro limite se refere às variáveis escolhidas no estudo. Quanto ao recorte temporal, ele capta apenas uma parte necessária, mas insuficiente da variação do fenômeno. Convém também notar que a variável “partido político” ou “ideologia partidária” atuou de forma inconstante, já que, conforme sugerido pelos dados, após Lula, o presidente que, em média, mais emitiu o conceito de América do Sul foi FHC, em seu segundo mandato, conquanto as linhas partidárias sejam, a princípio, divergentes.

Perante tais limites, surge uma série de perspectivas para as futuras pesquisas. Primeiro, sugerimos que a complementariedade entre métodos quantitativos e qualitativos seja ampliada, uma vez que, somente dessa maneira, é que será possível minimizar as lacunas inerentes a ambas as abordagens. A recomendação é que se tente realizar investigações de métodos mistos que se apoiem no modelo comunicacional de Harold Lasswell e busquem responder quem diz o quê, através de que meio, para quem e com que efeito. Essa espécie de

agenda é essencial para ampliar o avanço do tema, uma vez que serão agregadas outras variáveis, tais quais: o emissor, o local de emissão e os receptores.

Ademais, é necessário tentar minimizar o limite referente à busca por explicações causais. Recomenda-se, portanto, que os trabalhos futuros tentem constituir um modelo que olhe para os possíveis impactos causais da ascensão do conceito de América do Sul perante o de América Latina, o que, necessariamente, inclui avaliar a questão da memória e da defasagem dos valores. Isso, por seu turno, refletirá um processo evolutivo e incremental do tema.

É, igualmente, necessário tentar encontrar dados que ampliem o recorte temporal aqui adotado para antes de 1995 e depois de 2014. Só assim, por exemplo, é que seria possível ter uma noção ainda mais precisa acerca das oscilações de ambos os conceitos. Não obstante, até a presente data, ainda é algo assaz complicado encontrar bancos de dados discursivos disponibilizados e minimamente trabalháveis nas instituições brasileiras.

Quanto à centralidade dos conceitos de América Latina e de América do Sul no tecido discursivo da diplomacia nacional, convém que se faça uma pesquisa que selecione um conjunto numericamente expressivo de conceitos presentes na PEB e apliquem técnicas metodológicas semelhantes às utilizadas aqui para que se possa ter uma distribuição que apresente os vários graus de saliência desses enunciados no arcabouço diplomático. Somente assim é que será possível demarcar comparativamente o espaço dos signos aqui estudados perante outros quadros conceituais.

Além do mais, conforme já indicado, os discursos podem ser utilizados como indicadores do exercício presidencial da diplomacia, complementando as evidências tradicionalmente utilizadas, dentre as quais, o número de viagens presidenciais. Assim, convém que os trabalhos que analisem tais temáticas façam uma reflexão mais profunda acerca da utilidade dos dados textuais como vestígios empíricos de tais fenômenos.

Muito dificilmente algum trabalho isolado foi e será capaz de explicar completamente um determinado tema, por mais delimitado que ele seja. De modo semelhante, essa dissertação buscou minorar os vazios existentes no objeto pesquisado, dando a sua contribuição, ainda que singela. Assim, o intuito não foi apenas o de incrementar o avanço do campo ao qual faz parte, mas também o de fornecer evidências que estimulem novos debates e problemas de investigações, uma vez que, compartilhamos com a crença de Isaac Asimov, segundo o qual, a frase mais empolgante na ciência não é “Eureca, eu descobri”, mas “há algo de estranho nisso...”.

REFERÊNCIAS

- ADLER, E. O Construtivismo no estudo das Relações Internacionais. **Lua Nova**, v. 47, n.1, p. 201-252, 1999.
- _____. Constructivism and International Relations. In: CARLSNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, B. A. **Handbook of International Relations**. Los Angeles: SAGE Publications, 2002. p. 127-158.
- AMORIM, C. **Discurso do ministro Celso Amorim por ocasião da abertura oficial da Cúpula Social do Mercosul**. 2006. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/7914-discurso-do-ministro-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-por-ocasio-da-cerimonia-de-abertura-oficial-da-cupula-social-do-mercosu>>. Acesso em: 20 nov. 2016
- ARBILLA, J. M. Arranjos institucionais e mudança conceitual nas políticas externas brasileira e argentina (1989-1994). **Contexto Internacional**, v. 22, n. 2, p. 337-383, 2000.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: EDIÇÕES 70 - BRASIL, 2011.
- BATISTA JR, P. N. A Alca e o Brasil. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, p. 267-293, 2003.
- BÉLAND, D.; COX, R. H. Introduction: Ideas and politics. In: BÉLAND, D.; COX, R. H. **Ideas and Politics in Social Science Research**. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 3–23.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.
- CABALLERO SANTOS, S. Brasil y la región: una potencia emergente y la integración regional sudamericana. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 54, n. 2, p. 158-172, 2011.
- CERVO, A. L. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n. 2, p. 5-25, 2003.
- _____; LESSA, A. C. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 2, p. 133-151, 2014.
- CHRISTENSEN, S. F. The influence of nationalism in Mercosur and in South America – can the regional integration project survive? **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 50, n. 1, p. 139-158, 2007.
- CORNETET, J. M. C. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. **Conjuntura Austral**, v. 5, n. 24, p. 111-150, 2014.
- COUTO, L. F. **O horizonte regional do Brasil e a construção da América do Sul (1990-2005)**. 2006. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- _____. O horizonte regional do Brasil e a construção da América do Sul. **Revista**

Brasileira de Política Internacional, v. 50, n. 1, p. 159-176, 2007.

COX, R. W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium - Journal of International Studies**, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

DANCEY, C. P.; REIDY, J. **Estatística sem matemática para psicologia**. Porto Alegre: Penso, 2013.

DANESE, S. F. **A escola da liderança: Ensaio sobre a política externa e a inserção internacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

DORATIOTO, F. F. M. A política platina do Barão do Rio Branco. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 43, n. 2, p. 130-149, 2000.

DUROSELLE, J.B. **Todo império perecerá: Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Edunb, 2000.

ELLIOTT, J. **Using narrative in social research: Qualitative and quantitative approaches**. London: SAGE Publications, 2005.

FIELD, A. **Descobrendo a estatística usando o SPSS**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FIGUEIRA, A. R. **Introdução à Análise de Política Externa**. São Paulo: Saraiva, 2011.

FIGUEIREDO FILHO, D. B. et al. When is statistical significance not significant? **Brazilian Political Science Review**, v. 7, n. 1, p. 31-55, 2013.

FLEMES, D. O Brasil na iniciativa BRIC: soft balancing numa ordem global em mudança. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 1, p. 141-156, 2010.

GALVÃO, T. G. América do Sul: construção pela reinvenção (2000-2008). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 52, n. 2, p. 63-80, 2009.

HAY, C. Ideas and the construction of interests. In: BÉLAND, D.; COX, R. H. **Ideas and Politics in Social Science Research**. Oxford University Press, 2011. p. 65-82.

HOPF, T. The promise of constructivism in international relations theory. **International Security**, v. 23, n. 1, p. 171-200, 1998.

HOUGHTON, D. P. Reinvigorating the study of foreign policy decision making: toward a constructivist approach. **Foreign Policy Analysis**, v. 3, n. 1, p. 24-45, 2007.

HUDSON, V. M. Foreign Policy Analysis: Actor-specific theory and the ground of International Relations. **Foreign Policy Analysis**, v. 1, n. 1, p. 1-30, 2005.

_____; VORE, C. S. Foreign policy analysis: yesterday, today, and tomorrow. **Mershon International Studies Review**, v. 39, n. 2, p. 209-238, 1995.

JANZ, N. Bringing the gold standard into the classroom: replication in university teaching. **International Studies Perspectives**, p. 1-16, 2015.

JESUS, D. S. V. Da redução da incerteza estratégica à perpetuação da exclusão: a relevância dos fatores ideacionais na análise de política externa. **Contexto Internacional**, v. 31, n. 3, p.

503-534, 2009.

KING, G. Replication, replication. **PS: Political Science & Politics**, v. 28, n. 3, p. 444-452, 1995.

KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. **Designing social inquiry**. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

KRIPPENDORFF, K. **Content Analysis: An introduction to its methodology**. California: SAGE Publications, 2004.

LAFER, C. **A identidade internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: Passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MARIANO, M. P. **A Política Externa Brasileira e a integração regional: Uma análise a partir do Mercosul**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

MEHTA, J. The varied roles of ideas in politics: From “whether” to “how”. In: BÉLAND, D.; COX, R. H. **Ideas and Politics in Social Science Research**. Oxford University Press, 2011. p. 23–46.

MEUNIER, I. **Construindo a América do Sul: identidades e interesses na formação discursiva da Unasul**. 2012. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

_____; MEDEIROS, M. Construindo a América do Sul: identidades e interesses na formação discursiva da Unasul. **Dados**, v. 56, n. 3, p. 673-712, 2013.

MIRANDA, S.P. **A integração da América do Sul no discurso da política externa brasileira (1992-2010)**. 2014. 237 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

_____; RIBEIRO, C.A.L. A América do Sul na política externa de Dilma Rousseff: continuidades e rupturas Samir. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 2015, Porto Alegre. **Anais...** . Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 1 - 17.

NETO, T. E.; FIGUEIREDO, N. Os (Des) encontros nas relações entre o Brasil e o México de 2003 à 2013: um balanço preliminar. **Conjuntura Austral**, v. 6, n. 27-28, p. 93-107, 2015.

NETO, W. A. D. The Evolution of Mercosur behaving as an international coalition. **Contexto Internacional**, v. 38, n. 382, p. 593-620, 2016.

NEUENDORF, K. A. **The Content Analysis guidebook**. Londres: SAGE, 2002.

NOLTE, D. How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. **Review of International Studies**, v. 36, n. 4, p. 881-901, 2010.

_____; COMINI, N. M. UNASUR: regional pluralism as a strategic outcome. **Contexto Internacional**, v. 38, n. 2, p. 545-566, 2016.

OLIVEIRA, G. Z. DE; SILVEIRA, I. L. DA. De Lula a Dilma: mudança ou continuidade na política externa brasileira para a América do Sul? **Revista de Estudos Internacionais**, v. 6, n.

2, p. 134-159, 2015.

OLIVEIRA, H. A. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

ONUF, N. Constructivism: a user's manual. In: KUBÁLKOVÁ, V.; ONUF, N.; PAUL KOWERT. **International Relations in a Constructed World**. New York: Routledge, 1998. p. 58–78.

OPPERMANN, K.; SPENCER, A. Thinking alike? salience and metaphor analysis as cognitive approaches to foreign policy analysis. **Foreign Policy Analysis**, v. 9, n. 1, p. 39-56, 2013.

PAUTASSO, D.; ADAM, G. P. A política da política externa brasileira: novamente entre autonomia e alinhamento na eleição de 2014. **Conjuntura Austral**, v. 5, n. 25, p. 20-43, 2014.

PINHEIRO, L. **Política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____; VEDOVÉLI, P. Caminhos cruzados: diplomatas e acadêmicos na construção do campo de estudos de política externa brasileira. **Revista Política Hoje**, v. 21, n. 1, p. 211-254, 2012.

PRETO, A.F. **O conceito de diplomacia presidencial: o papel da Presidência da República na formulação de política externa**. 2006. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PUNTIGLIANO, A. R. Going global: an organizational study of brazilian foreign policy. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 1, p. 28-52, 2008.

RAMOS, F. S. **¿Sur o no Sur?: Uma genealogia da política externa brasileira para a construção da América do Sul**. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

REIS DA SILVA, A. L. **Do otimismo liberal à globalização assimétrica: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. 2008. 360 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

_____. South America in Fernando Henrique Cardoso's foreign policy: a legacy for Lula's government? **Conjuntura Austral**, v. 2, n. 3-4, p. 92-104, 2011.

RIBAS, L. D.; FARIA, C. A. P. A política externa vista da janela do avião: a diplomacia presidencial nos governos FHC e Lula.. In: III SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO PROGRAMA "SAN TIAGO DANTAS" (UNESP, UNICAMP E PUC/SP., 1., 2011, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: San Tiago Dantas, 2011. p. 1 - 24.

ROCHA, E. C. et al. A importância da replicabilidade na Ciência Política: o caso do SIGOBr. **Política Hoje**, v. 22, n. 2, p. 213-229, 2013.

ROSAS, M. C. México y Brasil: ¿Buenos enemigos o amigos mortales? **Revista Mosaico**, v. 1, n. 1, p. 87-105, 2008.

SALOMÓN, M.; PINHEIRO, L. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 1, p. 40-59, 2013.

SANTOS, L. C. V. G. A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 2, p. 185-204, 2005.

_____. **A América do Sul no discurso diplomático brasileiro**. Brasília: FUNAG, 2014.

SANTOS, M. A presença brasileira na América do Sul: ações e instrumentos de política externa. **Análisis Político**, v. 26, n. 77, p. 195-210, 2013.

SARAIVA, M. G. A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas. **Mural Internacional**, v. 1, n. 1, p. 1-9, 2010a.

_____. Brazilian foreign policy towards South America during the Lula administration: caught between South America and Mercosur. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, p. 151-168, 2010b.

_____. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? **Relações Internacionais**, v. 44, n.1, p. 25-35, 2014.

_____; GOMES, Z. S. B. Os limites da política externa de Dilma Rousseff para a América do Sul. **Relaciones Internacionales**, v. 25, n. 50, p. 81-97, 2016.

SATO, E. A diplomacia presidencial brasileira e as transformações em curso nas relações internacionais. In: PEIXOTO, J. P. M. **Presidencialismo no Brasil: História, organização e funcionamento**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. p. 304.

SCHMIDT, V. A. Reconciling ideas and institutions through discursive institutionalism. In: BÉLAND, D.; COX, R. H. **Ideas and Politics in Social Science Research**. Oxford University Press, 2011. p. 47-64.

SILVA JÚNIOR, J. A. DA; FIGUEIREDO FILHO, D. B. Marolas ou tsunamis?: o impacto das ondas de renovação sobre a profissionalização dos deputados federais(1999-2003). **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 42, p. 199-212, 2012.

SOUZA, A. DE. **A agenda internacional do Brasil: A Política Externa Brasileira de FHC a Lula**. Rio de Janeiro: Elsevier: CEBRI, 2009.

SPEKTOR, M. Ideias de ativismo regional: a transformação das leituras brasileiras da região. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 1, p. 25-44, 2010.

TEIXEIRA, C. G. P. Brazil and the institutionalization of South America: from hemispheric estrangement to cooperative hegemony. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 54, n. 2, p. 189-211, 2011.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

_____; OLIVEIRA, M. F. DE; CINTRA, R. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social**, v. 15, n. 2, p. 31-61, 2003.

_____.; RAMANZINI JR., H. Pensamento brasileiro e integração regional. **Contexto Internacional**, v. 32, n. 2, p. 437-487, 2010.

VILELA, E.; NEIVA, P. Temas e regiões nas políticas externas de Lula e Fernando Henrique: comparação do discurso dos dois presidentes. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 54, n. 2, p. 70-96, 2011.

VIZENTINI, P. G. F. O Brasil e o mundo: a política externa e suas fases. **Ensaio FEE**, v. 20, n. 1, p. 134-154, 1999.

_____. **A política externa do regime militar brasileiro**: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

VIZENTINI, P. G. F. De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005). **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 2, p. 381-397, 2005.

_____. **A projeção internacional do Brasil**: 1930-2012. Rio de Janeiro: Elsevier - Campus, 2013.

WASSERSTEIN, R. L.; LAZAR, N. A. The ASA's Statement on p -Values: Context, Process, and Purpose. **The American Statistician**, v. 70, n. 2, p. 129–133, 2016.

WEBER, R. P. **Basic Content Analysis**. California: SAGE Publications, 1990.

WEHNER, L. E. Role expectations as foreign policy: South American secondary powers' expectations of Brazil as a regional power. **Foreign Policy Analysis**, v. 11, n. 4, p. 435-455, 2015.

WENDT, A. Collective identity formation and the international state. **The American Political Science Review**, v. 88, n. 2, p. 384-396, 1994.

_____. **Social theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WICAKSANA, W. I. G. The constructivist approach towards Foreign Policy Analysis. **Indonesian Journal of Social Sciences**, v.1, n.1, p. 1-17, 2009.